



Em 17 de Março

# Mais força ao PCP e à CDU



O Comité Central do PCP, reunido em 19 de Janeiro, analisou aspectos actuais da situação política nacional, questões da vida e intervenção partidária, e o andamento da preparação da campanha eleitoral para a Assembleia da República.

Págs. 5 e 15 a 18

Grupo Parlamentar do PCP presta contas

## Acção ímpar em defesa dos trabalhadores e do País

Na Assembleia da República, ao longo da Legislatura que termina agora, a acção do Grupo Parlamentar comunista, inserida no quadro mais geral da intervenção do PCP, voltou a distinguir-se. Como oposição à política de direita. Tomando a iniciativa, apresentando políticas alternativas. Batendo-se pela aprovação de leis, defendendo os direitos de quem trabalha, combatendo as desigualdades sociais e opondo-se a orientações e medidas negativas.

Págs. 14 e 19

### Comissão Europeia pressiona

#### Ordem para liberalizar

A Comissão Europeia quer acelerar a abertura a privados do caminho-de-ferro em toda a União Europeia e ameaça impor à força a liberalização do sector do gás e electricidade.

Pág. 21

### Mulheres da Maia

#### Solidariedade

Lisboa e Porto foram palco de manifestações contra a actual lei de penalização do aborto, no dia em que o Tribunal da Maia leu o acórdão do processo de 17 mulheres.

Págs. 12 e 13

### Encontro Nacional do PCP

#### Eleições Legislativas

Vai realizar-se no próximo domingo, no centro de congressos da FIL, em Lisboa, o Encontro Nacional do PCP sobre as Eleições Legislativas 2002.

Pág. 7

**Avante!**  
Proletários de todos os países  
UNI-VOS!

**PROPRIEDADE**  
Partido Comunista Português  
R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 38 00

**ADMINISTRAÇÃO**  
Editorial «Avante!», SA  
Av. Almirante Reis, 90,  
7.ª A, - 1169-161 Lisboa.  
Capital social:  
15 000 000\$00.  
CRC matrícula: 47058.  
NIF - 500 090 440

**DIREÇÃO E REDACÇÃO**  
R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 71 90/91  
Fax: 21 781 71 93

E-mail:  
avante.pcp@mail.telepac.pt  
Web:  
http://www.pcp.pt

**Director**  
José Casanova

**Chefe de Redacção**  
Leandro Martins

**Chefe Adjunto**  
Anabela Fino

**Redactores**  
Carlos Nabais  
Domingos Mealha  
Gustavo Carneiro  
Henrique Custódio  
Isabel Araújo Branco  
João Chasqueira  
Lígia Calapez  
Margarida Folque

**Grafismo**  
José Araújo

**Fotografia**  
Jorge Caria

**Secretaria da Redacção**  
Ivone Dias Lourenço  
Noémia Presúncia

**DISTRIBUIÇÃO**  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial Avante!  
Av. Gago Coutinho, 121,  
1700 Lisboa  
Tel. 218 429 836

**Alterações de remessa**  
Até às 17 horas  
de cada sexta-feira:  
Tel. 218 429 836

**DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL**  
DELTAPRESS  
Delegação Lisboa:  
Tapada Nova - Capa Rota  
Linhó - 2710 Sintra  
Tel. 21 923 99 21  
Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia  
Tel. 22 941 76 70

**ASSINATURAS**  
Av. Gago Coutinho, 121,  
1700 Lisboa  
Tel. 218 429 836

**TABELA DE ASSINATURAS\***  
(IVA e portes incluídos)

**PORTUGAL**  
(Contínente e Regiões  
Autónomas)  
50 números: 9 000\$00  
44,90 euros  
25 números: 4 600\$00  
41,00 euros  
**EUROPA**  
50 números: 23 000\$00  
114,75 euros  
**EXTRA-EUROPA**  
50 números: 33 000\$00  
164,60 euros

\*Enviar para  
Editorial «Avante!»  
nome, morada  
com código Postal  
e telefone  
a acompanhar cheque  
ou vale de correio.

**Composição e impressão**  
Heska Portuguesa, SA  
Campo Raso  
2710 - 139 Sintra  
Depósito legal n.º 205/85



Manifestação contra julgamento na Maia

## Resumo

### 16 Quarta-feira

Os vereadores do PCP e do PS na Câmara de Lisboa temem os «efeitos perversos» da medida anunciada por Santana Lopes de alterar o PDM para que os proprietários possam construir «mais um ou dois pisos» ● A Associação Nacional de Subchefes da PSP manifesta, em comunicado, o seu descontentamento face ao projecto de regulamentação de novos horários ● O secretário de Estado americano, Colin Powell, apela em Islamabad à Índia e ao Paquistão para «reatarem» o diálogo de modo a «resolver a questão de Caxemira» que opõe os dois países ● O presidente da Autoridade Palestiniana, Yasser Arafat, acusa os israelitas de não fazerem «jogo limpo» e de não tomarem verdadeiras medidas para reduzir a violência no Médio Oriente.

### 17 Quinta-feira

A Câmara de Setúbal aprova em sessão pública a contração de um empréstimo de curto prazo de 840 mil euros para garantir o pagamento de salários aos trabalhadores e a realização de um diagnóstico à situação financeira da autarquia ● Jorge Sampaio assina o decreto-lei que dissolve o parlamento ● Um palestiniano é morto nos arredores de Nablus, na Cisjordânia, numa troca de tiros com o exército israelita ● O presidente George W. Bush renova os seus avisos ao presidente iraquiano Saddam Hussein, intimando-o a aceitar o regresso dos inspectores de desarmamento da ONU ● As eleições presidenciais em Timor-Leste são formalmente marcadas para o dia 14 de Abril.

### 18 Sexta-feira

Dezenas de pessoas manifestam-se contra a realização do julgamento na Maia sobre os casos de aborto ● A eurodeputada da CDU, Ilda Figueiredo, acha «inadmissível» que as mulheres julgadas por prática de aborto, tenham sido sentenciadas ● A Associação de Técnicos de Radiologia, Radioterapia e Medicina Nuclear denuncia o estado indecente da saúde em Portugal ● A Autoridade Palestiniana pede uma «intervenção internacional de urgência para pôr fim aos planos militares do primeiro-ministro Ariel Sharon, que visam destruir esta Autoridade e o processo de paz» ● O ministro dos Negócios Estrangeiros indiano confessa estar consciente que a acção de alguns «elementos dementes» pode comprometer as relações com o Paquistão.

### 19 Sábado

A CGTP considera urgente e necessário a entrada em

vigor do diploma relativo ao novo método de cálculo das pensões de reforma, que aguarda promulgação na Presidência da República ● O Exército Israelita dinamita o edifício da rádio e televisão palestinianas na Cisjordânia ● Centenas de pessoas manifestam-se em Caxemira, junto à ONU para exigir a «regulamentação imediata» do território, sob controlo do Paquistão e zona disputada pela Índia.

### 20 Domingo

A Associação Nacional dos Militarizados da Marinha protesta por não ter sido ouvida sobre um novo Sistema Retributivo aplicável a militares ● O governo da Colômbia e as FARC assinam um novo acordo para «manter vivo» o processo de paz que ambas as partes iniciaram há três anos ● Milhares de palestinianos saem à rua para demonstrar o seu apoio a Yasser Arafat ● Confrontos entre grupos de católicos e protestantes eclodem em vários bairros do Norte de Belfast.

### 21 Segunda-feira

Num gesto simbólico, professores portugueses em Timor-Leste participam numa acção de protesto contra o Ministério da Educação por não equiparar o serviço no território ao prestado em escolas do ensino público em Portugal ● O bairro lisboeta de Telheiras acolhe os primeiros Julgados de Paz da cidade, um projecto inovador e experimental, que visa uma justiça mais célere e próxima dos cidadãos ● Uma explosão de origem desconhecida ocorre nas instalações eléctricas da principal ilha das Filipinas, deixando sem luz cerca de 35 milhões de pessoas ● O exército israelita volta a ocupar a cidade autónoma palestiniana de Tulkarem, no Norte da Cisjordânia.

### 22 Terça-feira

Uma reclusa do Estabelecimento Prisional feminino de Tires torna-se no primeiro detido a trocar a prisão preventiva por uma pulseira electrónica de controlo à distância ● Quatro palestinianos são assassinados por soldados israelitas durante uma incursão militar na cidade autónoma de Nablus, no Norte da Cisjordânia ● Quatro mortos e 14 feridos é o resultado de um ataque ao centro norte-americano em Calcutá (Este da Índia) ● Cerca de 16 pessoas são mortas e cinco outras ficam feridas devido a um ataque lançado pelos separatistas no Estado indiano de Assam.

## Aconteceu

### Tribunal de Contas detecta anomalia

O Tribunal de Contas (TC) dete-  
tu irregularidades  
no Centro Nacional  
de Protecção Contra  
Riscos Profissionais  
e apresentou  
um relatório que  
indica o desvio de  
600 milhões de  
euros, 120 milhões  
de contos, para o  
funcionamento do  
Ministério da Seguran-  
ça Social.

A auditoria de  
1999 à instituição,  
então tutelada por  
Ferro Rodrigues,  
mostra que a verba  
terá sido desviada  
para o Fundo de  
Estabilização do  
Financeira do  
Ministério, mas,  
por lei, o Centro  
Nacional de Protecção  
Contra Riscos Profissionais é

um fundo de reser-  
va que não pode  
ficar sem dinheiro,  
já que serve para  
pagar eventuais  
doenças profissio-  
nais.

O TC diz que  
deve ser reposto  
um fundo de reser-  
va para garantir  
pagamentos em  
casos de doenças  
profissionais.

O tribunal de-  
tectou também  
anomalias no con-  
trole interno, que  
«afectam a fiabili-  
dade das demons-  
trações financeiri-  
as, relativas à  
gerência de 1999,  
pelo que pode  
haver a falta de  
600 milhões de  
euros, usados para  
financiar a Seguran-  
ça Social.



### População cresce em Portugal

A população portu-  
guesa ultrapassa  
os 10 milhões pela  
primeira vez na his-  
tória de Portugal,  
revelaram os dados  
provisórios dos  
Censos 2001, apre-  
sentados na pas-  
sada semana pelo  
Instituto Nacional  
de Estatística  
(INE).

Os resultados  
dos Censos 2001,

XIV Recenseamen-  
to Geral da Popu-  
lação e IV Recen-  
seamento Geral da  
Habitação, publi-  
cados dois meses  
antes da data pre-  
vista, indicam que  
em Portugal resi-  
dem 10,3 milhões  
de habitantes. Os  
dados apurados,  
embora não definiti-  
vos, acentuam a  
tendência de con-

centração da po-  
pulação no litoral,  
onde habitam 3,6  
milhões de pesso-  
as.

De acordo com  
os resultados apre-  
sentados pelo INE,  
Portugal tem 5 330  
024 mulheres e 4  
998 060 homens,  
uma proporção de  
94 homens para  
cada cem mulhe-  
res.

### Camilo José Cela morre aos 85 anos

O escritor galego Camilo  
José Cela na passada quinta-  
feira, com 85 anos de idade,  
vítima de insuficiência respi-  
ratória.

Galardoado com o Prémio  
Nobel da Litera-  
tura em 1989,  
Camilo José  
Cela é, sem  
dúvida, um dos  
escritores que  
mais prémios e  
títulos honoríficos  
recebeu ao  
longo da sua  
vida, chegando  
a figurar, em  
1995, no «Gui-  
ness Book of  
Records» por esse motivo. Da  
extensa lista de distinções  
fazem parte, além do Nobel, o  
Prémio Príncipe das Astúrias  
(1987) e a Grã Cruz da Ordem  
Militar de Santiago de Espada  
(Portugal, 1995).

Autor de obras incontorná-  
veis como «A Família de Pas-  
coal Duarte» (o seu primeiro  
romance, publicado em 1942)  
ou «São Camilo 1936» (1964),

Cela era senhor de uma escri-  
ta rica, onde a ironia e a irre-  
verência eram uma constante.  
Aliás, o próprio Cela era um  
homem que dizia o que pensa-  
va sem olhar a constrangimen-  
tos que pudesse

criar. Em 1998,  
durante as co-  
memorações do  
centenário de  
Federico Gar-  
cía Lorca, Cela  
disse esperar  
que, numa  
eventual com-  
memoração do  
centenário do  
seu nascimento,  
queria honena-



gens «mais sólidas, menos  
anedóticas e sem o apoio das  
comunidades gay».

Para a comunidade literária,  
o desaparecimento de Cela é  
uma perda irreparável. A rique-  
za linguística da sua obra foi  
sublinhada por outro Nobel da  
Literatura, José Saramago, que  
o comparou, em declarações à  
Lusa, com o português Aquilino  
Ribeiro.

### Estudantes do ensino superior exigem apoios

O Encontro  
Nacional de Direc-  
ções Associativas  
(ENDA) do ensino  
superior, que se  
realizou na Covilhã,  
na Universidade da  
Beira Interior, aprovou no passado  
fim-de-semana  
uma proposta de  
aumento do valor  
das bolsas.

O documento,  
apresentado pela  
Associação Acadé-  
mica de Lisboa  
(AAL) e subscrito  
por todos os presen-  
tes no encontro,  
defende que o cál-  
culo das bolsas  
«deve ter em conta  
os custos reais de  
frequência de cada

curso» e não «só  
apenas as condi-  
ções socioeconómi-  
cas dos estudan-  
tes».

O plenário, com-  
posto por mais de  
200 estudantes em  
representação de 80  
associações de todo  
o país, aprovou  
ainda uma proposta  
no sentido de «se-  
rem atribuídas resi-  
dências condignas a  
todos os estudantes  
deslocados» inde-  
pendentemente do  
subsistema que fre-  
quentam.

Durante a discus-  
são do terceiro pain-  
el, sobre a acção  
social, os dirigentes  
académicos aprova-



ram uma resolução  
visando o «alarga-  
mento» da rede de  
cantinas de «modo  
a suprimir as insufi-  
ciências existen-  
tes», bem como o  
funcionamento das  
cantinas aos fins-

de-semana e feria-  
dos «com preço  
social».

O ENDA preten-  
de, também, apoios  
para os estudantes  
deficientes «nomea-  
damente ao nível de  
aquisição de materi-

ais específicos» e  
mais incentivos às  
actividades culturais  
e desportivas e con-  
sidera «urgente a  
criação de uma ver-  
dadeira rede de  
apoio médico a todos  
os estudantes».

## Crónica Internacional

• Domingos Lopes

# Palestina resiste!

Quatro atentados terroristas contra alvos dos EUA que causaram cerca de quatro mil mortos foram o suficiente para que aquele país e as principais potências capitalistas montassem uma vasta coligação internacional e desencadeassem uma nova guerra no coração da Ásia Central. Não está em causa a gravidade dos atentados bem como o seu carácter hediondo. O que está no cerne do problema é que um atentado contra símbolos do Império foi suficiente para que a sua Administração pusesse em marcha a sua sofisticada máquina de guerra e contra um dos países mais pobres e destruídos do mundo.

A guerra não teve nenhuma base legal e teve como único sustento o combate ao terrorismo do regime taliban com quem durante pelo menos quatro anos os EUA namoraram às escondidas. Fizeram-no directamente e indirectamente por outros Estados (Paquistão, Arábia Saudita) e ainda por via da companhia petrolífera UNOCAL a qual rivalizou com a BRIDAS junto dos taliban do Paquistão e do Turquemenistão, para construir o oleoduto que ligasse o Turquemenistão ao Paquistão por via do Afeganistão.

Porém uma ocupação ilegal, condenada pela comunidade internacional e pelas resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança da ONU, não vale para o conjunto das potências mundiais quase nada porque do outro lado estão os EUA e Israel... Quanto sofrimentos são ainda necessários, quantas mais casas destruídas, quantos mais assassinatos de dirigentes palestinianos, quanto mais fero e fogo sobre o povo palestiniano será necessário para que a Palestina seja independente?

**Que Israel e os EUA sintam no mundo que são eles os fora-da-lei**

Como se pode chegar a um ponto destes? Foi iniciado um processo negocial em Madrid, após a guerra do Golfo com o apoio da ONU, da União Europeia, para

trocar a terra pela paz, para que a Palestina estabelecesse a sua independência em Gaza, Cijordânia e Jerusalém Leste. Celebraram-se Acordos em Oslo, Taba, Hebron, Wye Plantation... Que aconteceu?

Parece uma armadilha. O governo trabalhista aceita que Ariel Sharon, criminoso de guerra, vá à Esplanada das Mesquitas, escoltado por tropas e provoque os sentimentos religiosos dos palestinianos e radicaliza-se a situação; a Intifada recomeça; ganha as eleições Ariel Sharon; os trabalhistas vão para o Ministério dos Negócios Estrangeiros dar a cara na arena internacional pela política de Ariel Sharon de liquidação do movimento nacional palestiniano.

Do alto do seu poderio militar, o Império contempla desvelado o fervor dos sionistas em tentar pela força das armas, contra o direito internacional, impedir no Médio Oriente que a Palestina ize a sua bandeira independente.

Invertem-se os dados do problema. Para os EUA e Israel os terroristas não são os que violam a lei, os que ocupam ilegalmente a Palestina, os que assassinam a frio e a quente mas sim os que reclamam a aplicação do direito, os que exigem o fim da ocupação, os que resistem...

Desde Outubro que Yasser Arafat está cercado na sua terra, onde é Presidente da Autoridade Palestiniana e

por este mundo civilizado que diz combater o terrorismo, os grandes contemporizam com Israel e assistem a este projecto brutal de pela força das armas varrer o movimento nacional palestiniano! Quo vadis no mundo dos nossos dias?

Movem-se os movimentos radicais palestinianos e atacam cidadãos israelitas indefesos para logo as tropas israelitas deixarem a Autoridade e o povo palestiniano sob um dilúvio de metralha...

O mundo assiste a esta tragédia e a pergunta só pode ser esta: o que fizeram os palestinianos? O que os impede, tal como os outros povos, de serem livres e independentes?

A resposta só pode ser uma: um Estado palestiniano independente no Médio Oriente, fazendo fronteira com Israel, Jordânia, Síria e Líbano não entra na cabeça dos engenheiros da nova ordem mundial... Para os engenheiros da ordem, trinta mil quilómetros quadrados são um perigo e um risco porque a região assenta em petróleo e em ditadores e ditaduras que os não constroem, mas um povo organizado e habituado a lutar, impedem os de o aceitar no seio da comunidade...

Porém, há outro lado do problema. Os outros povos. A opinião pública. A solidariedade. Não chega o que se tem feito, e o que temos feito. É imperioso que não deixemos o povo palestiniano só. Que Israel e os EUA sintam no mundo que são eles os fora-da-lei.

## Editorial

# CONDIÇÃO ESSENCIAL

**A**ntente-se neste panorama: sucedem-se os encerramentos de empresas; multiplicam-se as situações de salários em atraso, despedimentos, ataques aos direitos dos trabalhadores; aumentam as pressões do grande patronato visando o congelamento e diminuição real dos salários (perante a aceitação passiva do Governo); o poder de compra e o nível de vida dos portugueses sofrem constantes e brutais golpes; acentua-se o fosso entre o nível de vida dos portugueses e o dos outros povos da União Europeia onde Portugal ocupa lugares cimeiros em matéria de salários baixos e de custos altos (mas os salários mais altos no nosso país estão ao nível de alguns dos mais altos da Europa...).

Acrescentem-se a este panorama – que vem de longe – as mais recentes medidas tomadas pelo demitido Governo do PS: aumentos (já concretizados ou em vias de o ser), nalguns casos brutais, de bens e serviços de primeira necessidade; ofensiva visando a redução dos salários reais dos trabalhadores da administração pública; novos passos em frente no processo das privatizações; decisões gravosas em matéria de políti-

**“O apoio e o voto na CDU são factores decisivos para uma nova política”**

ca de defesa, designadamente no quadro da integração europeia; alteração em sentido antidemocrático do regime de nomeação dos directores clínicos e enfermeiros-directores; não concretização do acordo para a vinculação de seis mil professores contratados... – medidas que, como refere o Comunicado do Comité Central do PCP, espelham alguns dos traços mais negativos da política de direita que, nos seus aspectos mais estruturantes e opções dominantes, caracterizaram a governação do PS.

Tal panorama, com os referidos acrescentos de última hora, exhibe-nos de forma iniludível o essencial do conteúdo e das consequências da política de direita praticada nos últimos dezasseis anos, os malefícios que tal política traz à maioria dos portugueses – e, naturalmente, os benefícios que proporciona a uma minoria. Isto é, mostra-nos, de forma iniludível o conteúdo de classe da política de direita.

**A**ssim sendo, torna-se cada vez mais premente a necessidade de mudança – a necessidade de substituir essa velha política servidora, fundamentalmente dos interesses do grande capital, por uma nova política que tenha como beneficiários fundamentais os que trabalham e vivem do seu trabalho, os reformados, os pequenos e médios empresários, os jovens, as mulheres. Como sublinha o CC do PCP, a realização de eleições legislativas

antecipadas, constitui uma oportunidade para, com o reforço da CDU e do número dos seus deputados, dar força à exigência de uma nova política para Portugal. E porque é de uma nova política que Portugal precisa, o CC alerta para malabarismos diversos através dos quais há quem pretenda sacudir águas de capotes, disfarçar de novo o que velho é, apresentar como novas velhas receitas políticas cujo conteúdo e consequências são por de mais conhecidos. É sintomática a forma como o PSD e o seu líder Durão Barroso procuram apagar da memória dos portugueses a década de governação cavaquista e as suas consequências negativas para a vida dos trabalhadores e dos portugueses – ao mesmo tempo que, prometendo *mudanças*, se preparam para, se tiverem possibilidade, prosseguir essa mesma governação, com as suas políticas fundamentalistas e anti-sociais. Igualmente sintomática é a operação em curso visando o branqueamento da política do PS e o superbranqueamento de Ferro Rodrigues, que se apresenta como se nada tivesse a ver com a política praticada, como se não tivesse sido, durante vários anos, um dos mais destacados e próximos executantes da política de António Guterres – ao mesmo tempo que, também prometendo *mudanças*, abre os braços à alteração das leis eleitorais no sentido do empobrecimento do conteúdo democrático do sistema eleitoral; insiste na continuação de uma política subordinada aos ditames dos grandes da União Europeia, e apresenta a contenção salarial, ou seja, a acentuação da exploração dos trabalhadores, como varinha mágica para a resolução de todos os problemas.

Perpetuar o ciclo alternante indispensável à prossecução da política de direita é, ao fim e ao cabo, o objectivo comum aos dois. Com coloração *laranja*, num caso. Em tons *rosa*, no outro.

**N**estas circunstâncias, a batalha eleitoral das legislativas apresenta-se-nos como tarefa de grande dimensão e importância, à qual é necessário continuar a dedicar uma muito grande atenção e que terá que ser travada na base de um amplo e forte empenhamento do colectivo partidário.

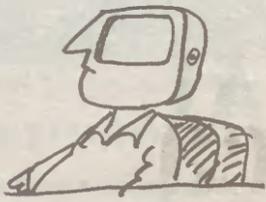
Daí o apelo do Comité Central a todos os militantes e organizações do Partido para que, conscientes das exigências e dificuldades existentes, intervenham com determinação e confiança nesta batalha. Batalha que deve caracterizar-se por um intenso esforço de proximidade e contacto directo com os eleitores – condição fundamental para um amplo esclarecimento capaz de combater com eficácia as habituais e recorrentes mistificações e manipulações – demonstrando-lhes a necessidade e a possibilidade de ruptura com dez anos de governos do PSD e seis anos de governos do PS, afirmando o valor distintivo das nossas propostas e do nosso projecto, afirmando e demonstrando que o apoio e o voto na CDU são factores decisivos para uma nova política – enfim, participando activamente no esclarecimento e na mobilização de forma a assegurar, em 17 de Março, mais votos e mais deputados da CDU, condição essencial para uma política de esquerda.

## Actual A ideologia ambiente

• José Casanova

Tantas são as referências elogiosas ao modelar sistema em que vivemos que qualquer cidadão *distratido* é levado a concluir que vivemos no melhor dos mundos (ou, pelo menos, no melhor dos mundos possível) e que as injustiças existentes são como que uma fatalidade decidida superiormente e contra a qual nada é possível fazer. Isto se não o tiveram já convencido de que vivemos rodeados de justiça por todos lados e que só quem é do *contra* ou do *bota abaixo* é que não quer ver tal evidência... Um dos grandes êxitos da ideologia dominante consiste, precisamente, em ter conseguido, através de uma permanente e monumental lavagem de cérebros, moldar o pensamento e a inteligência de milhões de pessoas, transformando-as em inconscientes transmissoras das ideias que melhor servem os interesses da classe dominante. Os que não desistem de sonhar e de lutar por uma sociedade nova, justa, livre, fraterna, solidária;

os que persistem na consideração de que cada ser humano, pelo simples facto de existir, tem direitos que ninguém tem o direito de lhe negar - esses são apresentados como dinossauros desfasados da realidade, avessos á modernidade, gente do passado, enfim...



Num excelente livro publicado há meia dúzia de anos, François Brune escarpeliza o papel dos órgãos da comunicação social dominante na gestão do modelo de *homem actual*. Diz ele que o ser humano, nos tempos que vivemos, é progressivamente desapaosado de si próprio pelos *media*. Um vasto e múltiplo *discurso anónimo* parasita e habita permanentemente o pensamento e o discurso do *homem actual*: ele julga ter ideias próprias quando não faz mais do que repetir os *clichés* da moda; ele julga exprimir opiniões suas e não faz mais do que repetir fórmulas

iguais às que todos os outros repetem; ele senta-se em frente ao aparelho de televisão, come, bebe, absorve todo esse discurso anónimo e, um dia, ouvindo um dos muitos comentadores gémeos de que é feito o pluralismo mediático, comenta para si: «Ora aí está: aquele indivíduo pensa como eu»...

Obviamente, esse *discurso anónimo* não é neutro, antes constitui uma verdadeira ideologia cuja finalidade é despersonalizar o indivíduo para o submeter aos imperativos da ordem socioeconómica. Diz-se-lhe: «É preciso ser um homem do seu tempo» - e isso tem o objectivo de o convencer da sua impotência transformadora; prega-se-lhe a *inevitabilidade* e, com isso, pretende-se que ele aceite - primeiro, conformado; depois, convicto - que o que é *inevitável* é *aceitável* e o que é *aceitável* é *bom*.

É a ideologia dominante a dominar... Mais e pior do que isso: é, na formulação rica e feliz de Brune, a *ideologia ambiente*...

## Ora bróculos!

• Leandro Martins

Quando se vai atrás de um autocarro, mesmo barricado atrás do pára-brisas de uma viatura, nada nos salva da poluição. Mesmo de vidros fechados, portanto a salvo de gases de escape, não escapa o cidadão à publicidade. Foi o que me aconteceu, no outro dia, quando, de repente, reparei na mensagem que um veículo me propunha. Subliminarmente. É que, convidando-me certamente a ser dono dos meus interesses, a escolher apenas a meu gosto, me dizia: «Política? Ouve só o que te interessa». A coisa pretendia publicitar uma rádio e, para ajudar a mensagem, criada por uma agência perita em mensagens, mostra-nos a imagem de uma rapariga com bróculos enfiados nos... ouvidos.

É certo que, na profusão da mensagem política, há por aí uma quantidade de produtos deteriorados que a comunicação social despeja nos ouvidos e sobre os olhos do cidadão desprevenido. A maioria dos produtos é de tão má qualidade que há gente que adoece e chega a votar na direita. Ou a mensagem tão mentirosa que já há quem há muito prefira abster-se. Aliás, o casamento - ou união de facto - entre as

campanhas políticas e as campanhas de mercado, entre a mensagem política e a mensagem publicitária é tão óbvio que o cidadão já compara certamente o produto bem embalado que afinal não presta com a promessa bem apresentada que afinal era mentira.



A ideia que presidiu a esta iniciativa publicitária visará, de resto, tirar dividendos do descrédito geral que paira sobre o discurso político e sobre o «produto político» que, votando ou não, acabamos por sofrer. Se nos venderam Guterres depois de nos terem vendido Cavaco e agora procuram fazer-nos crer que só há escolha entre Ferro e Durão, muitos eleitores preferirão certamente enfiar bróculos nos ouvidos. E assim, acabam por ter Durão ou Ferro, convencidos de que não foram na conversa.

O «argumento» com que esta mensagem publicitária conclui é, no entanto, ainda mais perigoso - «Ouve só o que te interessa», indica o painel. E, convencido de que a escolha é sua, o ouvinte fecha os ouvidos a tudo o que não seja a mesma música de sempre.

Tapar os ouvidos é a pior receita.

## Direito de optar

• Anabela Fino

O recente julgamento de 17 mulheres acusadas de prática de aborto colocou de novo na ordem do dia o debate sobre uma legislação iníqua, ineficaz e atentatória da dignidade de todas as mulheres.

Segunda causa de morte materna e a primeira entre as mães adolescentes, o aborto clandestino é uma ferida aberta na sociedade portuguesa. Existe mas é escamoteado, pratica-se mas não se reconhece, condena-se mas não se combate.

Legisladores e moralistas defensores da penalização da prática do aborto escudam-se no direito à vida, mas permanecem cegos e surdos ao drama de milhares de mulheres que, pelas mais diversas razões, se vêem forçadas a alimentar um negócio lucrativo de que elas próprias são as primeiras vítimas.

O que devia ser um problema de saúde pública é ainda em Portugal um caso de polícia. O que devia ser um direito da mulher é ainda um crime punível até três anos de prisão.

O que se passou no julgamento da Maia veio mostrar uma vez mais a hipocrisia de uma legislação que não só não resolve como ainda agrava um problema que é uma realidade à escala nacional.

Um punhado de mulheres, mais um, viu a sua vida devassada, sofreu a humilhação e a violência de ver levadas à barra do tribunal questões da sua vida íntima. Que ganhou a justiça com isso? Que problemas resolveu? Que resposta deu a quem, confrontado com uma gravidez indesejada por um sem-número de motivos,

cometeu ou venha a cometer «o crime» de fazer um aborto? A pena aplicada às duas réas que confessaram, simbólica que seja, não é resposta. Porque penaliza o que devia ser despenalizado, a legislação que levou à sentença na Maia não contribuiu para salvar uma única vida

das centenas de milhar de vidas que todos os anos se enredam nas teias do aborto clandestino.

Nesta história de mulheres onde os homens parecem não ter lugar a não ser para legislar e julgar, o que deveria ser sempre um acto de liberdade e de felicidade - a maternidade - vai continuar a poder ser uma tragédia. Ao transformar a maternidade numa obrigação, seja em que circunstâncias for, a sociedade não retira às mulheres apenas o direito de optar, transforma os filhos não desejados num fardo e faz de cada uma de nós, de cada uma das nossas filhas, potenciais «criminosas». O que significa também que somos potenciais vítimas, candidatas a ser um número a mais nas estatísticas das mortes por abortos clandestinos. Até quando?

A solidariedade nacional e internacional com as acusadas da Maia mostra que não estamos sozinhos nesta luta pelo direito de optar. É uma luta pelo direito à vida, com dignidade.



## Frases

“[Os prisioneiros talibãs em Guantánamo] algemados de mãos e de pés e ajoelhados. É assim que Bush e Blair defendem a nossa civilização?”

(Mail on Sunday, jornal britânico citado pelo Público, 21.01.02)

“Que efeito terão estas fotos no Cairo ou em Amã? Não acredito que consigamos ganhar uma campanha contra o terrorismo se tratamos publicamente as pessoas da forma que estas fotografias mostram?”

(Menzies Campbell, porta-voz dos liberais democratas britânicos, ibidem)

“Como se pode criticar o Egipto por impor tribunais militares? Como podemos criticar o estado de emergência na Síria e os tribunais especiais? Os Estados Unidos estão a fazê-lo e o mundo diz “está bem”?”

(Kamal Samari, porta-voz da Amnistia Internacional, ibidem)

“A guerra contra o terror (...) deve reafirmar o princípio de que nenhum civil deve ser deliberadamente morto ou ser vítima de abusos. Não é apenas uma questão de segurança, é uma questão de valores. Mas para muitos países, a “cobertura” do antiterrorismo forneceu um novo argumento para ignorar os direitos humanos?”

(Kenneth Roth, director da Organização para a Defesa dos Direitos Humanos - HRW, ibidem)

“Eis uma nova, e sinistra, manifestação do unilateralismo que tem marcado a administração de George W. Bush. Os Estados Unidos continuam a opor-se a que um seu cidadão possa vir a ser julgado em tribunais internacionais, o que não os impede de serem muito activos no envio ao Tribunal Penal para a Jugoslávia de suspeitos balcânicos de crimes de guerra?”

(Francisco Sarsfield Cabral, Público, 19.01.02)

“Na Argentina, para “travar a fuga de capitais”, o Governo impôs limitações aos levantamentos bancários que podem ser efectuados pelos particulares (...), mas tal medida só foi decretada depois dos grandes especuladores nacionais e internacionais terem colocado no estrangeiro qualquer coisa como 15 mil milhões de dólares?”

(Alfredo Barroso, Expresso, 19.01.02)

“A crise na Argentina não tem precedentes e revela até que ponto o modelo ultraliberal pode conduzir à ruína a economia de um país, destruindo a classe média e aumentando as hordas de desesperados. Ainda há quem diga que o modelo é bom, os homens é que não prestam. Esperem pela pancada?”

(idem, ibidem)

“Não gosto da palavra “absoluta”?”

(Durão Barroso, Público, 18.01.02)

“Depois do guterrismo, pouco ou nada distingue o PSD do PS. E a tragédia dos países da EU é que nem a direita nem a esquerda estão, hoje, em condições de romper com o colete-de-forças que a globalização tecer à volta de todos nós?”

(Manuel Villaverde Cabral, Diário de Notícias, 18.01.02)

“Os partidos já aprenderam (e aprenderam bem) a esconder a realidade ao País com frases de propaganda vácuca, números caricatos, calão de submundo ou termos técnicos para iniciados?”

(Vasco Pulido Valente, Diário de Notícias, 20.01.02)

Comité Central reafirma necessidade de reforço da CDU

# Uma força de inconformismo e de esperança

**O** Comité Central do PCP reuniu no passado sábado e traçou as orientações para a campanha eleitoral para as eleições legislativas de 17 de Março. O reforço da votação da CDU é o grande objectivo, pois só assim será possível dar mais força a uma viragem à esquerda.

É necessário afirmar a CDU «como uma força que, em claro contraste com a atitude do PS e do PSD de ostensiva resignação, acomodação e fatalismo face ao que é injusto e inaceitável, é portadora de inconformismo, de insubmissão e esperança», considerou Carlos Carvalhas na conferência de imprensa realizada no intervalo da reunião do órgão máximo do Partido entre congressos. E fê-lo imediatamente antes de apelar a todos os cidadãos «para que substituam a descrença, a abstenção e o desinteresse pela confiança na força da sua opinião e na eficácia do seu voto».

Outra das prioridades para a campanha, que se pretende «centrada no diálogo directo com os trabalhadores e os cidadãos», prende-se com a criação de um movimento de opinião e uma mobilização de vontades e consciências com vista ao reforço da CDU, «condição essencial

**As deslocações do PS para a CDU darão mais força à política de esquerda**

para uma política de esquerda», deixando o CC mais uma vez expressa a disponibilidade do PCP para, na sequência de resultados que mantenham a direita em minoria na Assembleia, «examinar com outras forças democráticas as possibilidades de definição de uma política de esquerda (que signifique uma ruptura com a política até aqui seguida) e de concretização de uma solução governativa em condições de a respeitar, garantir e aplicar».

Afirmar as propostas dos comunistas e dos seus aliados da CDU, valorizar o «vasto património de propostas, intervenções e acções desenvolvidos pelo PCP e os resultados positivos por si alcançados e colocar no centro do debate os «reais problemas dos portugueses e do País» e a necessidade e urgência de uma nova política, foram outros dos eixos transmitidos pelo secre-

tário-geral para a campanha eleitoral.

**Esclarecer contra as manobras**

Combater firmemente as pressões tendentes a uma bipolarização entre o PS e o PSD é uma das linhas fundamentais da intervenção dos comunistas, pois o quadro pré-eleitoral será – como já está a ser – certamente marcado por duas «manobras políticas fundamentais»: uma desenvolvida pelo PSD, «procurando explorar a seu favor a insatisfação e descontentamento com os governos do PS e o seu fracasso»; outra do PS, que procurará «explorar a seu favor junto do eleitorado de esquerda preocupações com o eventual perigo do regresso da direita ao poder, apresentando-se de forma mistificadora como o único voto útil para impedir esse regresso».

Sobre a primeira, Carlos Carvalhas lembrou que o fracasso do governo está ligado à continuação pelo PS «de linhas essenciais da política dos anteriores governos do PSD» e ao facto do PSD ter realizado «um vasto conjunto de acordos e convergências com o PS» nos últimos seis anos.

Quanto à segunda manobra, o secretário-geral do PCP lembrou que os socialistas escamoteiam que «foi a sua política que fortaleceu a direita e que nunca ninguém viu o PS preocupado com os perigos que a direita representava no tempo dos múltiplos acordos e apoios que (ora com o PSD, ora com o CDS-PP, ora com ambos) com ela celebrou e negociou em matérias de decisiva importância e vasta repercussão».

O CC chamou ainda a atenção para a necessidade de impedir qualquer maioria absoluta de um só partido e lembrou que, nestas eleições, estão em causa 230 deputados e não um qualquer primeiro-ministro.

**A necessária viragem à esquerda**

A realização de eleições legislativas antecipadas, provocadas pela demissão do primeiro-ministro António Guterres após as eleições autárquicas e pela dissolução da Assembleia da República, constitui, segundo Carvalhas, «uma oportunidade para, através do reforço da CDU, dar força à exigência de uma nova política para

Encontro Nacional do PCP sobre as Eleições Legislativas 2002

Para uma política de esquerda  
**mais força ao PCP e à CDU**

27 de Janeiro | Centro de Congressos da FIL | Junqueira | Lisboa

PCP

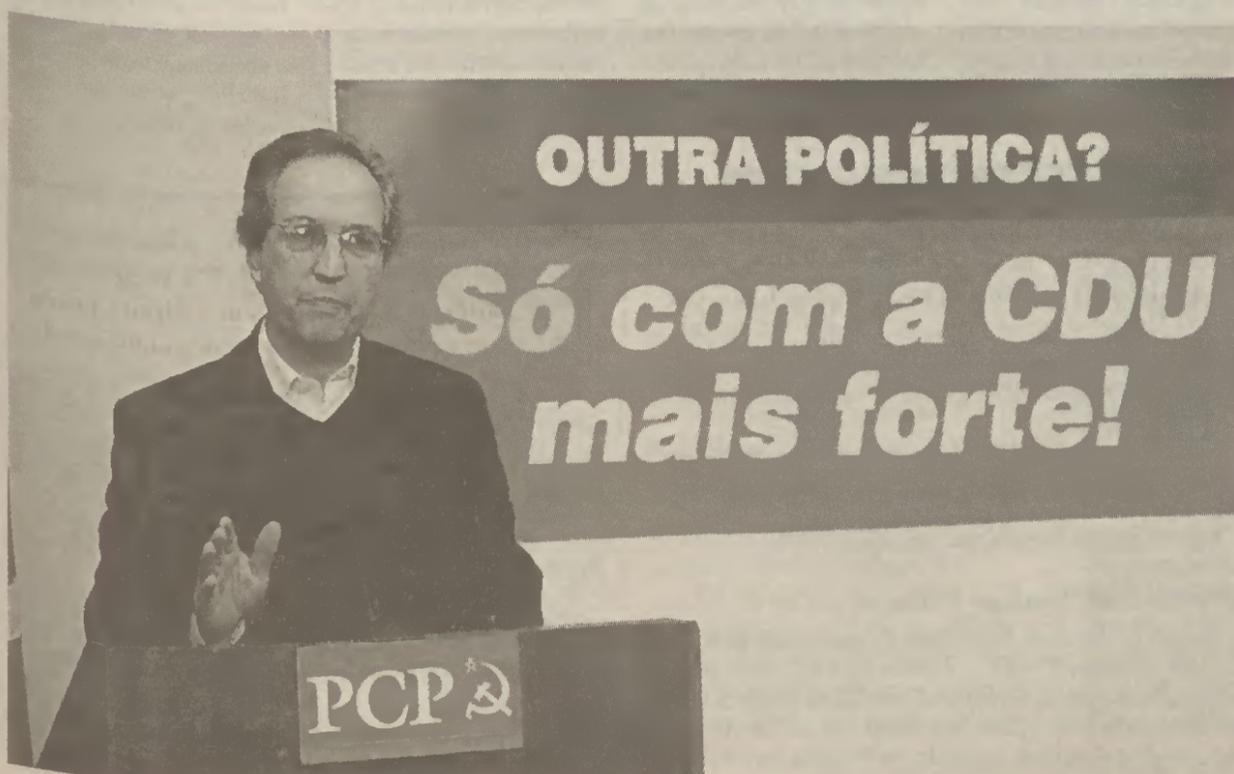
O Encontro Nacional sobre eleições legislativas é um momento de ampla participação e debate sobre as linhas de orientação política e eleitoral

Portugal», só possível sem maioria parlamentar de direita e com a alteração da correlação de forças entre PS e CDU.

O secretário-geral lembrou ainda que os últimos meses do Governo do PS – que deixaram mais clara a opção pela política de direita – foram marcados, entre outros exemplos, pela «injusta e intransigente ofensiva

para reduzir os salários reais dos trabalhadores da administração pública» e pelo avanço de novos passos nas privatizações. Esta situação foi ainda mais agravada pela recente onda de aumentos dos preços de bens e serviços de primeira necessidade, como o pão, a carne, os medicamentos, a energia ou as portagens.

## O valioso contributo dos militantes



Para além das análises sobre a situação política nacional e as tarefas decorrentes da preparação das eleições legislativas antecipadas, o Comité Central destacou a «importância da contribuição de cada militante com a sua reflexão e opinião, e do respeito pelos princípios estatutários decididos democraticamente, que constituem a base de funcionamento do Partido e que a todos obrigam», contribuição esta expressa na realização, por todo o País, de reuniões e plenários, «com a participação de milhares de membros do Partido». Estes militantes foram saudados pelo CC «pelos seus contributos para a definição da orientação e pela sua participação na actividade partidária».

Carlos Carvalhas endereçou ainda, em nome do Comité Central, uma saudação especial aos «mais de 2000 novos militantes do Partido e da JCP, cuja adesão se verificou ao longo do último ano, considerando de particular importância assegurar a sua integração e responsabilização».

Sobre o abaixo-assinado, o Comité Central reafirmou a posição já assumida pela Comissão Política de que «não há fundamentos para convocar um congresso extraordinário».



## Cabeças de lista apresentados

A CDU apresentou, no decorrer desta semana, os primeiros candidatos a cinco círculos eleitorais para as legislativas antecipadas de 17 de Março: Braga, Aveiro, Beja, Faro e Europa.

### Braga



Agostinho Lopes, de 57 anos, é o cabeça de lista pelo círculo de Braga. Actual deputado, eleito pelo mesmo círculo há dois anos, já anteriormente o tinha sido, eleito pelo círculo do Porto em 1991. Membro do PCP desde 1968, participou no movimento democrático contra a ditadura fascista. De 1975 a 1979 é membro da Direcção da Organização Regional Norte do PCP. É responsável pela Direcção

da Organização Regional de Trás-os-Montes de 1980 a 1988. Membro do Comité Central desde o IX Congresso, é eleito para o Secretariado e Comissão Política após o XIV Congresso. Tem, na direcção do PCP, a responsabilidade do Gabinete do Parlamento Europeu e da Área dos Assuntos Económicos, em particular dos Sectores da Agricultura, dos Pequenos e Médios Empresários e do Movimento Cooperativo.

### Aveiro



Joaquim Almeida da Silva, operário metalúrgico de 52 anos, encabeça pela segunda vez consecutiva a lista da CDU pelo distrito de Aveiro. Membro do Comité Central desde o XII Congresso, é militante do Partido desde 1973, altura em que integrava o clandestino Comité Regional das Beiras.

É presidente da Assembleia Geral do Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro, Viseu e Guarda e membro da Comissão Executiva da CGTP-IN e coordenador da União de Sindicatos de Aveiro. A sua vida de sindicalista remonta ao tempo da ditadura, quando integrava a Comissão dos Metalúrgicos de Aveiro, então clandestina, e combateu a direcção corporativa do sindicato dos metalúrgicos. Foi membro da JOC.

### Beja



O deputado Rodeia Machado é novamente o primeiro candidato da CDU pelo círculo de Beja. De 53 anos de idade, é deputado desde 1995 e é membro de diversas comissões: negócios estrangeiros, acompanhamento à situação de Timor-Leste, defesa nacional, acompanhamento ao Euro 2004, trabalho e solidariedade social, agricultura e desenvolvimento rural, equipamento social e poder local.

É vereador na Câmara de Cuba, presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Beja e da mesa da Assembleia Geral da Cooperativa de Consumo Proletário Alentejano.

Ao nível partidário, é membro do executivo da DORBE.

### Faro



O médico João Goulão é o candidato apresentado pela CDU ao distrito de Faro. Desde 1997 que é presidente do Conselho de Administração do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicoddependência (SPTT) e, desde 1998, integra a Comissão para a Estratégia Nacional da Luta Contra a Droga. Antes de presidir ao SPTT, foi presidente da Comissão Instaladora do Centro de

Apoio a Toxicoddependentes do Algarve.

### Europa

Residente em Nanterre, França, Jaime Alves, de 43 anos, é a escolha da CDU para encabeçar a lista pelo círculo da Europa. Director de empresa no sector da construção civil, é membro da direcção da Associação de Promoção de Arte Portuguesa em França e militante comunista.

Emigrantes comunistas na Europa reunidos em França apresentaram as listas de candidatos às legislativas de Março

# Uma política ao serviço das comunidades

Decorreu nos dias 19 e 20 de Janeiro, em Nanterre, França, a reunião de quadros do Partido na Europa, que contou com a presença de João Armando, do Comité Central, e Rui Fernandes, do Secretariado.

Na reunião, que juntou cerca de 40 camaradas oriundos da Bélgica, Alemanha, França e Holanda, foi analisada a situação política e as eleições legislativas, bem como o calendário de iniciativas e prioridades para ao ano em curso.

Rui Fernandes fez uma intervenção na qual, no que respeita ao actual quadro político, referiu a «necessidade do reforço da votação na CDU como condição para a materialização de uma política de esquerda ao serviço das comunidades portuguesas», acrescentando que o PCP «tem um trabalho abnegado ao serviço dos emigrantes que importa divulgar através de um contacto estreito com as comunidades».

No que toca aos problemas que têm vindo a público através de declarações e iniciativas de membros do Partido, Rui Fernandes recordou o conteúdo da nota da Comissão Política e o «carácter antiestatutário de tais práticas, bem como as deturpa-

ções de orientações do Partido visando objectivos que não o de ajudar o colectivo partidário a enfrentar as batalhas que se nos colocam».

**É necessário reforçar a organização do PCP e penetrar na juventude**

Prosseguindo através de um debate vivo, foram assentes as principais linhas a privilegiar no que respeita às eleições legislativas, desde logo o da necessidade de um con-

tacto estreito com as comunidades, sendo para isso fundamental o empenho das organizações e militantes do Partido.

No quadro da planificação da actividade para este ano, foi colocado como necessidade absoluta o reforço da organização do Partido e a sua penetração na juventude. Por outro lado, a necessidade de prosseguir com a iniciativa «Emigração e Comunidades Portuguesas no século XXI» com vista ao aprofundamento do conhecimento da realidade.

Em conferência de imprensa realizada no dia 20, foi apresentada a lista de candidatos pelo círculo da Europa e apresentada uma

proclamação, aprovada no decorrer do Encontro. Na ocasião, Jaime Alves, cabeça de lista pelo círculo da Europa, afirmou que «25 anos de deputados do PS e do PSD, e respectivos governos, nada fizeram pela dignificação das comunidades portuguesas. É preciso mudar! E mudar votando naqueles que já deram provas de trabalhar com as comunidades e para as comunidades».

A lista, encabeçada por Jaime Alves, emigrante em França, é constituída por Manuel Beja, emigrante na Suíça, Honorata Martins, residente na Holanda, e Luciano Rosa, que habita em Berlim.



Além de apresentar a lista de candidatos, o Encontro destacou a importância em votar «naqueles que já deram provas»

## Solidário com os trabalhadores

A Comissão Concelhia do Fundão do PCP está preocupada com a situação na empresa Eres, cuja administração pretende realizar um despedimento colectivo de 112 trabalhadores.

A concelhia emitiu um comunicado onde relembra que o PCP «assumiu as suas responsabilidades e desde a primeira hora chamou a atenção das entidades competentes para este grave problema» e retomou a exigência para que as tomadas de posição das restantes forças

políticas, «apenas assumidas em campanha eleitoral, não fiquem apenas por palavras mas se transformem em acções com consequência».

O PCP manifesta ainda a «mais sentida solidariedade» aos trabalhadores da empresa, alvos da tentativa de despedimento colectivo, bem como a todos os outros que prosseguem a luta pelos postos de trabalho e saúde «todos quantos, apesar das contrariedades, exigem o direito ao trabalho e lutam contra os despedimentos»,

pois «a sua luta é justa e merece a solidariedade de todos os fundanenses».

Em Alcobaca, a Comissão Concelhia do PCP tomou posição acerca do recente encerramento da empresa Elias & Paiva que, «fruto de uma gestão ruínoza e de total falta de respeito pelos mais elementares direitos de quem trabalha, deixou no desemprego dezenas de trabalhadores, recusando-se a pagar os salários em atraso e respectivas indemnizações a que têm direito». Sobre este

encerramento, o PCP mostrou-se disponível para, através dos seus eleitos na Câmara, Assembleia Municipal e Assembleia da República, tudo fazer para exigir dos órgãos competentes a resolução desta grave situação e exortou os trabalhadores à união e organização «em torno das suas organizações de classe como forma de resistirem contra os salários em atraso, contra o encerramento de postos de trabalho, por melhores condições de vida».

### ▼ CAMARADAS FALECIDOS

#### António Rato Pereira da Cunha

Faleceu aos 62 anos, o camarada António Rato Pereira da Cunha. Membro do Partido desde 1974, era licenciado em Filologia Germânica e professor, recentemente aposentado, na Escola Secundária Ferreira Dias, no Cacém, de cujo Conselho Directivo foi o primeiro presidente democraticamente eleito, após a revolução.

Natural de Mora, foi por duas vezes eleito presidente da Assembleia Municipal do seu concelho, a última das quais no mandato que terminou no princípio deste ano.

Estava organizado no Sector Intelectual da ORL.

#### Bráulio José Santiago Pacheco

Natural de Aljustrel, faleceu aos 69 anos o camarada Bráulio José Santiago Pacheco. Encarregado da carpintaria da Câmara Municipal do Barreiro, foi membro da primeira Comissão de Moradores do Alto do Seixalinho após o 25 de Abril. Era membro do secretariado da célula dos trabalhadores da Câmara

Municipal do Barreiro. Militante muito activo, destacava-se na construção das festas do Avante!, sempre com grande dedicação ao Partido.

#### Raul Soares de Pinho

Com 86 anos, faleceu o camarada Raul Soares de Pinho, natural de Torres Novas. Era reformado do Arsenal do Alfeite e sócio fundador do Clube Recreativo do Feijó. Foi dirigente da Cooperativa Piedense e estava actualmente organizado na freguesia do Feijó.

#### Francisco Rosa Inteiro

Faleceu no passado dia 17, o camarada Francisco Rosa Inteiro, de 78 anos de idade. Estava organizado no Comité local do Bom Sucesso, na freguesia de Alverca do Ribatejo.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

# Encontro Nacional, dia 27, na antiga FIL

## Dar mais força ao PCP e à CDU

Realiza-se durante todo o dia de domingo, nas instalações da antiga FIL, em Lisboa, o Encontro Nacional do PCP sobre eleições legislativas.

Concebido pelo Comité Central como um «momento de ampla participação e debate sobre as principais linhas de orientação política e eleitoral», o Encontro Nacional do Partido «marca de forma mais decisiva o início de uma muito exigente batalha que envolverá o melhor do esforço e dedicação de milhares de membros do Partido e activistas da CDU».

O Encontro, no qual se espera a presença de cerca

de 2000 militantes comunistas, funcionará em duas secções, uma sobre as linhas de orientação e estilo de campanha e na outra os membros do Partido discutirão «uma política de esquerda, a política que Portugal precisa» e terá duas sessões plenárias, uma a abrir e outra a encerrar.

A fechar, tomará da palavra o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

### Horário e funcionamento

**Plenário de abertura** – das 10.30 às 11.15 horas  
Intervenções de enquadramento dos objectivos do Encontro

**Secções** – das 11.30 às 13 horas

- 1.ª - Linhas de orientação e estilo de campanha
- 2.ª - Uma política de esquerda, a política que Portugal precisa

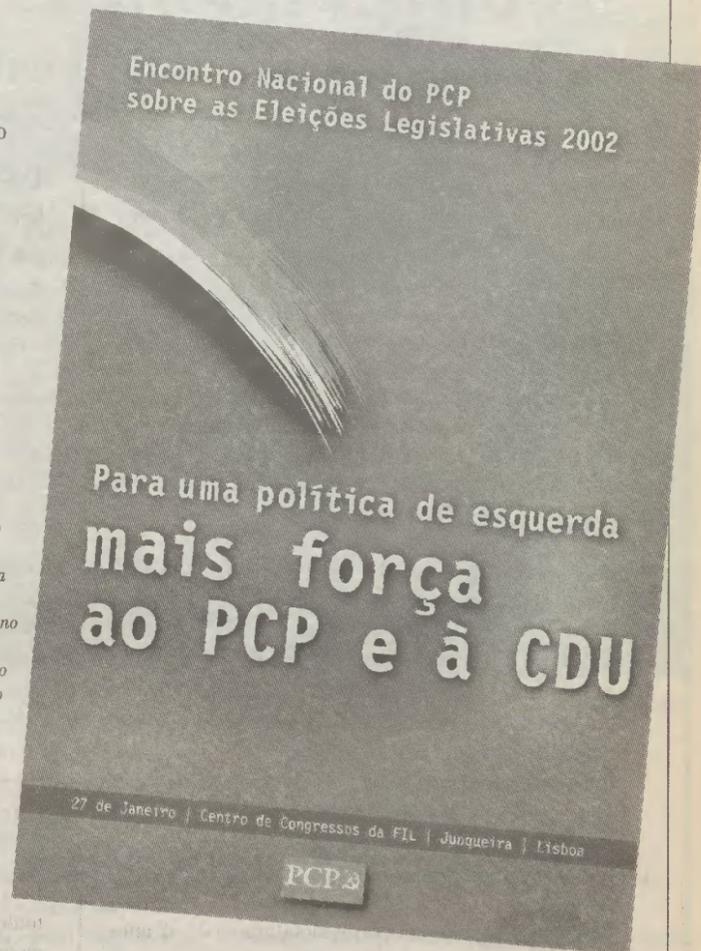
**Intervalo para almoço\*** - das 13 às 15 horas

**Continuação das secções** – das 15 às 16.15 horas

**Plenário de encerramento** – das 16.15 às 18 horas  
Intervenções centrais e intervenção de encerramento de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP



\* O almoço será no refeitório da Carris, assinalado no mapa. As senhas serão vendidas no decorrer do Encontro.



## Conjugar esforços contra a co-incineração

O presidente da Câmara Municipal de Setúbal, o comunista Carlos de Sousa, afirmou que uma das principais prioridades da gestão da CDU a luta contra a co-incineração e assumiu a conjugação de esforços com a Câmara Municipal de Coimbra – que enfrenta um problema semelhante – como uma das formas de intervenção. «Sabemos que o presidente da Câmara de Coimbra também está contra a co-incineração em Souselas, pelo que decidimos solicitar uma reunião, dado que se agirmos conjuntamente, teremos maior força política a maior capacidade de pressão junto do Governo», afirmou à Agência Lusa o autarca de Setúbal.

Outra das preocupações do executivo setubalense é a anunciada construção do gasoduto Sines/Setúbal, através da Reserva Natural do Estuário do Sado. Segundo o vereador André Martins, a aprovação do projecto poderá estar «ferida de ilegalidade», sendo que as alterações introduzidas no traçado pela entidade promotora deveriam ser alvo de um novo estudo de impacto ambiental. O autarca de «Os Verdes» afirmou que, segundo soube pela comunicação social, «o secretário de Estado do Ambiente aprovou o projecto com base nas alterações ao projecto, após o parecer negativo do Instituto para a Conservação da Natu-

reza e da Comissão de Acompanhamento ao Estudo de Impacto Ambiental», pelo que se tratará de uma situação ilegal. Um dos exemplos de problemas que o novo traçado poderá trazer prende-se com a remoção de sedimentos poluentes – resultantes de detritos industriais – que se encontram depositados no rio Sado e que poderão ter graves consequências ambientais e para a saúde pública.

Para lá das preocupações ambientais, o edil setubalense mostrou-se apreensivo com a situação financeira que encontrou na autarquia, com um milhão e seiscentos mil contos de encargos assumidos não pagos que transitam do ano anterior. O autarca, para mostrar a gravidade da situação, afirmou que «uma empresa que tivesse um milhão e 600 mil contos de dívidas e que tivesse no banco apenas um milhão e 200 mil contos, estaria em situação de falência técnica». «Obviamente que num organismo do Estado isso não acontece, porque não há a figura da falência técnica», acrescentou Carlos de Sousa que viu aprovada pela reunião da Câmara a contracção de um empréstimo de 840 mil euros – um milhão e 600 mil contos – para garantir o pagamento dos salários aos trabalhadores municipais, bem como para a realização de um diagnóstico à situação financeira da autarquia.

## Determinação para crescer

O Comité Central, tal como o XVI Congresso o havia feito, definiu como orientação o reforço da organização e a realização de assembleias, plenários e reuniões, que envolvessem os militantes na discussão e na actividade do Partido.

Assim, em Odivelas, no passado dia 21, mais de sessenta militantes do Partido debateram, com a presença de Jorge Cordeiro, da Comissão Política, as conclusões da última reunião do Comité Central e as tarefas que se colocam aos comunistas num futuro próximo. Na reunião, em que intervieram mais de 20 camaradas e em que estiveram presentes alguns dos dez novos membros que recentemente aderiram ao PCP, foi manifestado o acordo geral com as conclusões da reunião do CC e debatida a intervenção do Partido nas

próximas eleições legislativas. No debate, foi clara a determinação de todos os militantes presentes em contribuírem para uma campanha assente em iniciativas que permitam o esclarecimento directo junto das populações sobre a importância decisiva do reforço da CDU como condição indispensável para abrir perspectivas de uma política de esquerda para Portugal.

Foi também sublinhado por vários camaradas a necessidade de reforçar a organização do Partido, superar dificuldades e insuficiências orgânicas que permitam tornar mais actuante e influente o PCP junto dos trabalhadores e da população do concelho.

Num ambiente de grande franqueza, a generalidade das intervenções foi testemunharam a sua crítica à ati-

tude que alguns membros do Partido têm assumido publicamente e a sua preocupação para com as consequências negativas dessa actividade. Assim como ficou patente a grande determinação para dar resposta à exigente batalha política e eleitoral que se avizinha, para combater as tentativas de branqueamento do PS e da sua política e para afirmar a CDU e o seu reforço como questão essencial para pôr termo à política de direita, que alternadamente PS e PSD vêm impondo ao País.

No sábado, realizou-se a 1.ª Assembleia da célula do PCP no Banco Comercial Português. Bastante participada, a assembleia aprovou uma resolução política que contemplou a generalidade das propostas de alteração apresentadas pelos participantes ao projecto em dis-

cussão e foi eleito o secretário da célula.

Das conclusões, é de salientar a disposição de reforçar o contacto com os restantes trabalhadores da instituição, alargar a influência do PCP, trabalhar para aumentar os efectivos do Partido e, nas estruturas dos trabalhadores e fora delas, prosseguir o combate às ilegalidades e discriminações existentes e a exigência do nivelamento salarial e social pelas situações mais favoráveis em vigor.

A Assembleia aprovou ainda algumas propostas imediatas para os próximos três meses, das quais se destacam o recrutamento do maior número possível de novos militantes, realizar um grande convívio com militantes, amigos e familiares e integrar a célula nas acções de campanha eleitoral para as legislativas de 17 de Março.

## PCP saúda criação de Julgado de Paz

Com a entrada em vigor do Julgado de Paz de Lisboa, a que se seguirá, a curto prazo, a instalação dos Julgados de Paz do Seixal e Oliveira do Bairro, representa para o PCP, em comunicado do Gabinete de Imprensa, o início de «uma nova fase na administração da Justiça».

«Na verdade» – prossegue – «foi com a apresentação do Projecto de Lei do PCP, propondo a criação dos Julgados de Paz e um processo expedito e desburocratizado para a reso-

lução de pequenas causas», que se iniciou o processo legislativo que culminou com a instalação do primeiro Julgado de Paz do País.

Segundo o PCP, que apresentou a proposta, esta solução traduz-se em «justiça de proximidade e célere», que pode garantir o acesso ao direito, «gerando o recurso à Justiça em relação às pequenas causas arredadas dos tribunais». Por outro lado, a «transferência das pequenas causas para a alçada do Julga-

do de Paz, contribuirá para combater a morosidade da Justiça nos tribunais judiciais, contribuindo assim tal instância judicial para a proximidade da chamada justiça formal ou clássica em relação aos cidadãos».

O PCP, reafirmando que continuará a pugnar pela garantia do acesso dos cidadãos ao direito, salienta também a necessidade de alargar a instalação de Julgados de Paz a todo o território nacional.

# O grande acontecimento ou Ernâni Lopes & Bloco Central, Lda

• Sérgio Ribeiro

No final da reunião do Comité Central, a caminho de casa, madrugada acima, ia ouvindo rádio. Vindo de uma reunião política, no sentido nobre da palavra, era a outra política, a baixa e desprezível, que me entrava pelos ouvidos. Primeiro, o relato do congresso-combate *Portas versus Monteiro* (P-M ou M-P para jogos com iniciais se se quiserem entreter); depois, os comentários. Por comentaristas encartados, claro. O momento é propício a estes comentaristas. A situação política portuguesa presta-se a malabarismos fulanizadores, a funambulismos com nomes e intenções. Estão como peixes na água. Mas como peixes a cheirar a podre, em águas estagnadas...

Bom. O que guardei dos comentários foi que o grande acontecimento, afinal, era a declaração de disponibilidade de um grande economista (aí p'ró metro e noventa...) para ser ministeriável. Como, enquanto ouvia (atentamente) as intervenções dos camaradas do CC, tomara notas sobre tal evento, decidi publicá-las.

O dr. Ernâni Lopes (EL), do alto da sua empáfia, botou faladura. Não é novidade. Todos os anos o faz, em nome da sua empresa, em «balanços» com larga cobertura na comunicação social, particularmente no *Expresso*. Mas, agora, em vez da habitual «oração de sapiência», tomou uma posição política e também respondeu a perguntas.

Nesta oportunidade, apresentou-se como alguém providencial. Como lembrou ou fez lembrar – já o teria sido. Quando, em 1983, no Bloco Central, foi o ministro das Finanças que cumpriu as intenções que o FMI exigira que o Estado português pusesse em carta para lhe passar um atestado de bom comportamento

amostra (e é!), tropeçamos no nome de EL a cada virar de página, com uma foto do dito no 1.º caderno e mais 3 no 2.º caderno. Para além destas estatísticas, há que sublinhar que o espectro do Bloco Central e de EL voltar a ministro (agora por via do PSD quando em 1983 o foi pelo PS) é preocupante.

Em 1983, e até 1985, o Bloco Central, pelo tal ministro das Finanças, veio, «à bruta», confiscar o 13.º mês como imposto extraordinário e tomar outras medidas parecidas, fazendo uma política contra os trabalhadores exemplar (salvo seja...)

As situações de 1983 e de 2002 não têm paralelo, e o mais significativo é que EL diga (sem ser em autocrítica!) que, agora, «o problema na

economia é muito mais sério» porque «então existiam os instrumentos e sabia-se como as coisas funcionavam. Hoje, sem possibilidades de desvalorizar, sem política monetária, sem política de taxas de juro, com valores a cumprir para o défice e com a agudização da concorrência, a reestruturação é mais difícil do que era em 1983». Mas... para essa reestruturação, contem com ele. E com exemplar ataque aos trabalhadores e seus direitos.

O facto é que, depois do Bloco Central, continuaram as parcelas do Bloco Central a governar. Em alternância. Até

hoje. Com governos ora descartados ora reciclados ao serviço do poder económico dominante.

Que dizer deste regresso à ministerialização de um senhor como EL, e de tanto se falar de Bloco Central? Que a crise política, que acompanha ou antecede a crise económica que vem (ou pode vir) aí, procura uma saída. Que nem é nova, que é a de uma fórmula governativa em que os dois partidos que têm sido governo (em alternância, repito) se poriam em bloco... central. Sendo assim (e mesmo que assim não fosse!), só há que responder com muito trabalho de esclarecimento e mobilização para reforço das posições do PCP e dos votos na CDU.

Confiança na preparação da batalha eleitoral em Coimbra

## Eleger um deputado da CDU

A eleição de um deputado da CDU pelo círculo de Coimbra é «não só uma necessidade como uma real possibilidade ao alcance de todos os homens e mulheres de esquerda».

Esta a convicção manifestada por um conjunto de cidadãos, eleitos locais, candidatos ou apoiantes da CDU nas recentes eleições autárquicas, que no dia 16 se constituíram em Comissão Coordenadora da Coligação para o distrito de Coimbra.

No texto aprovado no decurso do encontro, sob a forma de proclamação, apontadas são as razões que mostram estar perfeitamente ao alcance da coligação que reúne comunistas, verdes e outros democratas a eleição de um deputado pelo círculo de Coimbra.

E uma delas tem a ver com os próprios resultados obtidos no distrito nas eleições autárquicas de Dezembro, os quais, como é sublinhado no documento, confirmam a CDU

«como uma força em crescimento».

Avaliando a experiência e o trabalho realizado no âmbito da batalha autárquica, os participantes na reunião concluíram que o projecto que os uniu e mobilizou na luta pelo pro-

gresso dos seus municípios e freguesias – o projecto CDU – «é um projecto que vale a pena e é para continuar».

«Cada uma das nossas terras e o distrito no seu todo precisam desta força em movimento e só têm a beneficiar com o aumento da acção e da influência da CDU», sustenta a declaração.

Daí que a convocação de eleições legislativas seja encarada como um «estímulo ao prosseguimento do trabalho» que tem vindo a ser realizado.

Tanto mais que, como é dito, a situação das populações relativamente ao acesso a direitos fundamentais como o trabalho com direitos, a saúde, a educação, o ambiente, a habitação, a cultura, as acessibilidades «reclamam uma nova política». E esta, observam, «nem o PS nem o PSD podem em boa verdade garantir», pela razão simples de que «não resolveram os atrasos» da região e sempre se subordinaram às «estratégias do grande poder económico concentrado em Lisboa e Porto».

Iniciado foi já, entretanto, o debate sobre a nova política para o distrito, aberto à participação de todos os cidadãos. Um debate já com os olhos postos na realização do Forum marcado para o próximo dia 16 de Fevereiro, que irá definir as linhas programáticas e de intervenção, cuja preparação já começou e para o qual a Coordenadora da CDU de Coimbra conta com a participação e o contributo de todos os activistas e apoiantes.

A CDU é uma força em crescimento no distrito de Coimbra



CDU iniciou já o debate sobre a nova política para o distrito

Em Santiago do Cacém

## Ao encontro de José Régio

(Re)descobrir José Régio como pessoa e escritor, motivando por essa via o público para a leitura da sua obra, eis o que se propõe fazer a Câmara Municipal de Santiago do Cacém no próximo sábado, dia 26. A iniciativa, com início às 16.30 horas, na Biblioteca Municipal, insere-se num ciclo denominado «Sábados Literários» e é aberta ao público.

Na sequência das acções comemorativas que assinalaram em 2001 o centenário do nascimento do escri-

tor José Régio, esta sessão literária da Biblioteca Municipal conta com a colaboração de Ana Zorrinho e de alunos dos professores da disciplina de português Fátima Beja e António Urbano, da Escola Secundária Manuel da Fonseca.

Presentes na qualidade de convidados estarão ainda Eunice Cabral, da Universidade de Évora, e Eugénio Lisboa, director do Boletim do Centro de Estudos Regionais, que intervirão intercalando com leituras e dramatiza-

ções de extractos de poesia e prosa de José Régio.

A Biblioteca Municipal de Santiago do Cacém anunciou já, entretanto, a sua adesão à 5.ª edição das Olimpíadas da Leitura. Considerado o maior concurso a nível nacional de incentivo à leitura, envolve escolas do 2.º ciclo e bibliotecas municipais, que, no caso da tutelada pela Câmara de Santiago do Cacém irá adquirir livros seleccionados que ficarão disponíveis para os concorrentes e para oferta às escolas participantes.

democrático... capitalista. A caminho da «Europa (que estava conosco» desde que calçássemos as euFMísticas botas... que ainda não descalçamos.

Pois o dr. EL (ou o EL doutor!) veio dizer que a actual situação económica é tão má ou pior que era em 1983 e deu o toque político ao mostrar preferência pelo PSD e pelo seu líder Durão Barroso para evitar derrapagens pois (como disse, cheio de rigor!) «se a situação derrapar, derrapar, derrapar, tudo é possível (até uma crise à Argentina)» e ao disponibilizar-se como ministeriável.

É sintomático que estas opinião e opção sejam notícia. A grande notícia! Tomando o *Expresso* por

# Entrevista com Manuel Mendes, do Sindicato dos Operários Corticeiros

## Trabalhadores da Lusosuber vencem braço-de-ferro

Os trabalhadores da Lusosuber atingiram os seus objectivos. Depois uma vigília de três semanas, chegaram a acordo com a administração e já receberam a primeira parte dos quatro meses de salários em atraso. Manuel Mendes, presidente do Sindicato dos Operários Corticeiros do Norte, garante que, caso a segunda parte não seja paga, os trabalhadores não baixarão os braços.

**- Com o pagamento de parte dos salários em atraso, a vitória dos trabalhadores é um dado efectivo?**

- Sim, é uma vitória dos trabalhadores. Compreenderam o que estava em causa, a

aplicação do acordo firmado com a entidade patronal para o pagamento dos salários e a reabertura da fábrica. A entidade patronal havia fugido, o que constitui

crime. A fuga do patrão é considerado *lock out*. Fizemos com que a Inspeção Geral do Trabalho fosse envolvida e, depois de um relatório que esta instituição entregou ao Ministério Público, o patrão foi chamado à atenção e reapareceu na empresa.

**- Há quanto tempo a fabricação está suspensa?**

- Há quatro meses e ainda assim se mantém. Os trabalhadores perceberam o que estava em causa e envolvemos a associação patronal do sector. Enquanto os

empresários debatiam em colóquios a concorrência no sector e tentavam passar uma boa imagem da cortiça, temos ali muitos problemas a nível dos direitos dos trabalhadores. O direito ao trabalho é fundamental e é dos salários que os trabalhadores sobrevivem. Por isso, tínhamos de responsabilizar a associação patronal por tudo o que se estava a passar.

**- Que resposta obtiveram?**

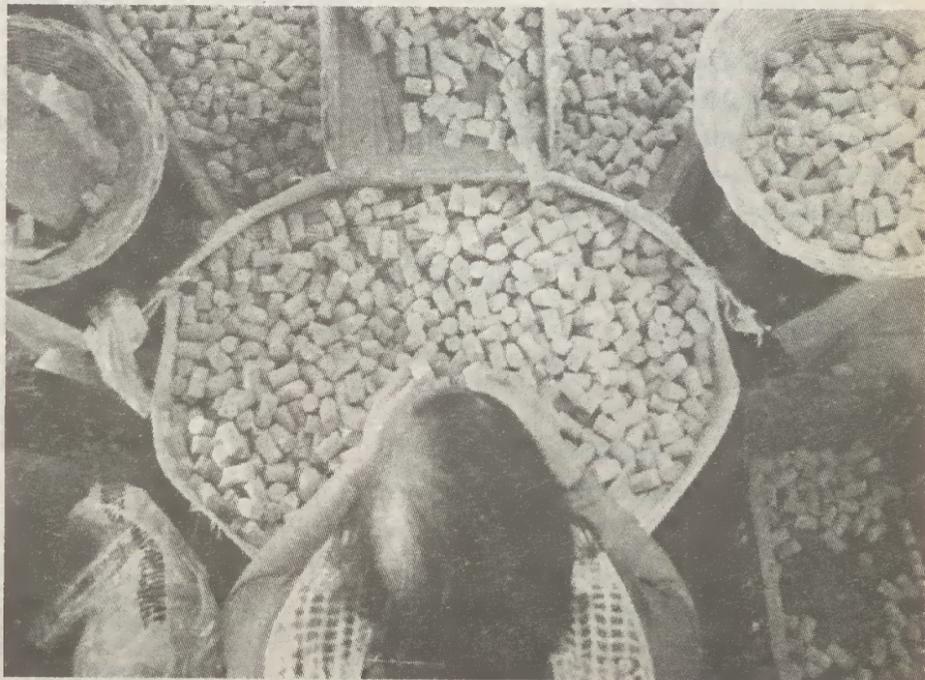
- A associação foi susceptível ao problema, compreendeu que esta questão não estava a ajudar à imagem que estavam a tentar passar para o mundo. Marcou uma reunião com o patrão da Lusosuber na associação, onde ele propôs pagar a primeira metade dos salários em atraso no dia 14 e no dia 29. Se não pagar, os trabalhadores já não saem da fábrica. Continuaremos com vigílias e vigílias muito mais fortes.

**- É possível que não seja pago?**

- Por aquilo que a associação assumiu com os trabalhadores, entendemos que já não se trata do patrão, a associação está completamente amarrada. Responsabilizou-se e tem de fazer tudo o que for preciso para que o acordo seja cumprido. Pensamos que, por isso, será pago. Se não for, temos uma ideia de luta no local de trabalho, mas que não ficará por ali. A associação também terá de pagar um bocadinho o sofrimento dos trabalhadores.

**- Dizia-se que os trabalhadores estão inscritos no fundo de desemprego. É verdade?**

- A comunicação regional disse isso, mas a direcção do sindicato não tem conhecimento. Estivemos três semanas, dia e noite, ao portão com os trabalhadores. Falámos de tudo. Isso não tem cabimento. Ninguém foi despedido e, sem que isso aconteça, legalmente não podem recorrer ao subsídio de desemprego. Deve haver por parte da entidade patronal uma grande especulação no sentido de fazer recuar a luta dos trabalhadores. Mesmo as pessoas da povoação que não querem compreender o que está em causa eram capazes de lançar este tipo de conversa.



«Se esta acção fosse a favor do patronato, daqui para a frente estaríamos confrontados com a mesma situação noutras fábricas», afirma Manuel Mendes

### Quatro meses sem receber

## A história da luta

Há quatro meses que os trabalhadores não recebiam os salários. Entretanto, soube-se que a empresa pretendia vender produtos de forma clandestina. Nessa altura foi tomada uma decisão: os trabalhadores permaneceriam à porta da fábrica, impedindo qualquer saída. No total, foram três semanas, de 28 de Dezembro a 11 de Janeiro. «Os trabalhadores tinham esperança de receber os salários com o dinheiro dessa venda e por isso não

saíram dali dia e noite. Tinha de ser assim», afirma Manuel Mendes.

«Foram muitos dias, os trabalhadores estavam muito cansados e talvez começasse a haver alguma desmotivação», refere o dirigente sindical. Os 16 operários da fábrica estiveram envolvidos. «Passámos ali a quadra natalícia e o Ano Novo, com as famílias. Foi uma coisa inescrutável. Estou no movimento sindical há vinte e tal anos e nunca me recorde de uma luta assim. E o sector da cortiça foi em tempos um sector de muita luta, muito atento aos problemas...»

Quando os trabalhadores iniciaram o bloqueio, a fábrica estava parada, na sequência de um acordo aceite pelos trabalhadores, que previa a suspensão da laboração da fábrica por tempo indeterminado.

Como explica Manuel Mendes, o objectivo declarado era «proceder a uma possível reestruturação do modelo de laboração, que o patrão considerava não servir por estar a ser abafado pela concorrência». «Os trabalhadores deram o seu aval. Nós fomos contra evidentemente, percebemos que aquilo tinha outras coisas por trás, como se veio a verificar. Mas os trabalhadores não entenderam a nossa mensagem e aceitaram a proposta. Em democracia é assim», comenta.

A administração comprometeu-se a pagar os salários a cada dia 10, enquanto os trabalhadores estariam em casa, com o emprego suspenso. «Pagou o primeiro mês com bastante pressão, pagou o segundo com pressão forte mas só metade. Foi aí que percebemos que ia haver grandes problemas», afirma.

#### Dualidade da GNR

O sindicato afirma que a GNR beneficiou a adminis-

tração. Manuel Mendes conta o que se passou: «No dia em que estava previsto o pagamento dos salários, os trabalhadores constataram que o patrão se tinha ausentado. Tinha sido afixado um papel a dizer "Estou doente" e perceberam que tinham sido enganados, que havia uma fuga, uma manobra. Não saímos dali e o genro do patrão confirmou que o sogro não viria», recorda.

«Pedimos para que ele abrisse as instalações para dialogarmos no local onde sempre dialogámos. Ele disse que não tinha chave e os trabalhadores, reunidos em plenário, entenderam que tinham de tomar o seu posto de trabalho. Fomos acusados de invadir uma propriedade que não é nossa, mas não foi esse o caso. Os trabalhadores entraram nas instalações para reocupar o seu posto de trabalho. Aí o genro já tinha chave, já abriu a porta para chamar as autoridades», diz o dirigente sindical.

«A GNR disse que tínhamos de sair e nós respondemos que, para sairmos, tinha de ser com violência. Ninguém estava a fazer mal a ninguém. O patrão lá veio à fábrica e disse que pagava na segunda-feira. Os trabalhadores, com receio de que a carteira de encomendas saísse, permaneceram ali. Também procuraram um diálogo mais claro.

Nesse dia o genro do patrão disse ao comandante da Guarda que não era dono da fábrica, mas, mais tarde, entraram os dois nas instalações. Tivemos de lhe dizer que estava a pactuar com pessoas que entravam na empresa e que podiam furtar. Dissemos-lhe: "Não permitimos que volte a sair, só quando deixar tudo o que leva aí." Naquele dia o comando da Guarda estava de facto ao lado do patronato», conclui Manuel Mendes.

### Empresas apostam no trabalho precário

## Sector corticeiro não está em risco

**- Como é que vêem o futuro da Lusosuber?**

- Ainda não temos confirmação por escrito, mas segundo o que nos foi dito nos notários, a Lusosuber já não existe formalmente. Dentro das mesmas instalações foi criada uma empresa familiar com outro nome, a Pluricor, exactamente com a mesma actividade. O acordo diz que a Lusosuber se compromete a pagar aos trabalhadores e prevê que, caso a empresa seja extinta e outra seja constituída, esta assumirá o acordo. Se a Pluricor está constituída, sendo dirigida pelas mesmas pessoas e funcionando nas mesmas instalações, os trabalhadores têm de lutar pelos seus direitos. O que a nova empresa pretende é fazer acreditar que os trabalhadores já não têm direito ao acordo.

**- Mas para continuar a laborar precisa dos trabalhadores.**

- Mas se calhar já não quer estes, que estão efectivos e têm anos de casa. Pensam que estes se vão embora e que depois vão ao centro de emprego recrutar outros. Vamos impedir que isso aconteça. Os trabalhadores estão mobilizados e na reunião de terça-feira com a entidade patronal vamos clarificar o futuro dos trabalhadores. Qual é o emprego que eles vão encontrar? Quando é que vão entrar na fábrica?

**- Qual é a situação no sector da cortiça?**

- De momento, não temos ideia de situações como esta. Mas temos uma certeza: estariam algumas empresas à espera de resultados finais desta acção. Se esta acção fosse a favor do patronato, daqui para a frente estaríamos confrontados com a mesma situação noutras fábricas. É natural que

o patronato fique a ver o que acontece com o vizinho para fazer o mesmo na sua casa.

**- Durante muito tempo, o sector corticeiro português esteve na vanguarda a nível mundial.**

**Qual é a situação actual, nomeadamente em relação à concorrência?**

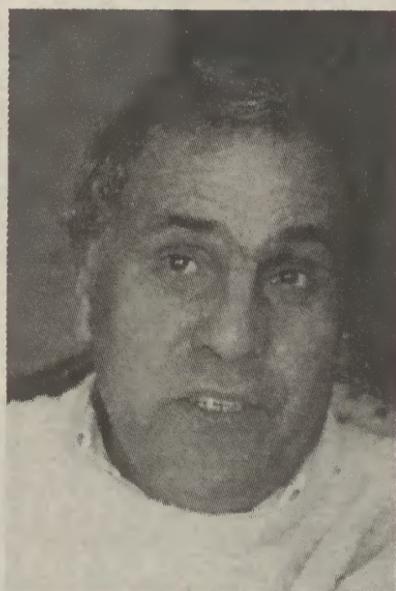
- Os empresários estão muito preocupados com a concorrência do plástico, a nível internacional. É natural que se preocupe com a concorrência, mas nem os trabalhadores nem o sindicato vêem que disso venha a resultar desemprego no sector. Houve empresas que encerraram as portas por má gestão e os trabalhadores dessas fábricas foram inseridos no sector. Só sentimos é que se acentua o trabalho precário. Quando uma fábrica fecha e os trabalhadores vão para outra, as condições são más, com contratos a prazo e horários impostos pelo patrão. Isto está a crescer.

**- E os salários?**

- Há uma grande diferença entre homens e mulheres. É uma diferença de 20 contos mensais, fazendo o mesmo trabalho. Isto é ilegal. Temos um projecto para entregar na Assembleia da República para que este assunto seja debatido seriamente.

**- Há mais homens ou mulheres no sector?**

- Há mais mulheres. Os dois últimos contratos colectivos de trabalho travam essa distância. Mas não é com 400 ou 500 escudos que lá vamos. O contrato tem de ser todo revisto. Um homem escolhido ganha 109 contos e uma mulher escolhida 88 contos.



CGTP insiste na defesa da Segurança Social e exige aplicação do sistema de cálculo

## Atraso perigoso

**Surgem sinais de novas pressões, que podem comprometer a publicação do diploma legal que vem alterar a fórmula de cálculo das pensões e que, quando devia ter entrado em vigor no dia 1, ainda está a aguardar promulgação.**

Com o objectivo de alertar para os perigos que decorrem do atraso e exigir a promulgação imediata da lei, aprovada em Dezembro no Conselho de Ministros, e a sua urgente entrada em vigor, a Inter-sindical Nacional realizou em Lisboa, no dia 18 de Janeiro, um plenário público, no Rossio.

A central recorda que o novo sistema de cálculo resultou do acordo firmado na Concertação Social, entre o Governo e os parceiros sociais, sobre «Modernização da Protecção Social», no qual a CGTP-IN teve um papel determinante.

Muitos trabalhadores estão à espera que vigorem as novas regras, para se reformarem, disse Carvalho da Silva. O secretário-geral da Inter observou igualmente, na sua intervenção, que um maior atraso na introdução do novo método de cálculo das pensões «acarretaria atrasos na concretização da Lei de Bases da Segurança Social e prejuízos para a sustentabilidade financeira

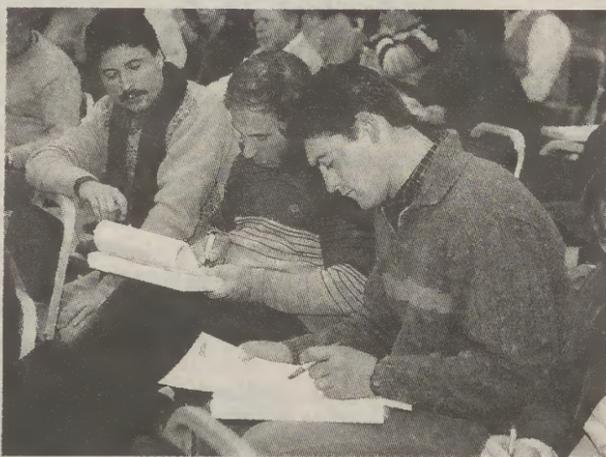
do sistema de solidariedade e Segurança Social».

No final do plenário, Manuel Carvalho da Silva, citado pela Lusa, disse aos jornalistas que o diploma em causa é exemplar, do ponto de vista de discussão e quanto ao seu conteúdo. «Julgamos que não existe qualquer dúvida que ponha em causa a sua promulgação, mas urge que entre em vigor, pois o compromisso era de que isso aconteceria a 1 de

Janeiro e já há trabalhadores à espera para se reformarem com a nova fórmula de cálculo», afirmou.

No plenário, o dirigente sindical salientou que o diploma sobre o novo método de cálculo das pensões não inova na ordem jurídica, limitando-se a concretizar alguns dos princípios consignados na Lei de Bases da Segurança Social. A lei «regula essencialmente a consideração da carreira contributiva completa, como base de cálculo das pensões, a revalorização das remunerações relevantes para efeitos de cálculo, a introdução de mecanismos de diferenciação positiva e a garantia dos direitos adquiridos e em formação», explicou, recordando que a matéria mereceu consenso

**Toda a carreira contributiva vai pesar na definição do valor das pensões**



*Em cada trimestre o enfoque será colocado numa área específica de direitos ameaçados*



*É motivo de preocupação, para a CGTP e para os trabalhadores, que ainda esteja por promulgar uma lei consensual e que já devia estar em vigor*

político no parlamento, na fase de discussão e aprovação da Lei de Bases da Segurança Social.

No final do plenário, que terminou com as palavras de ordem «A Segurança Social é nossa, não é do capital»,

os sindicalistas aprovaram uma moção em defesa do sistema público de Segurança Social.

## Campanha pelos direitos

A realização do plenário no Rossio coincidiu com o primeiro dia de um encontro de quadros sindicais da central, onde foi dado início à Campanha Nacional para a efectivação dos direitos laborais, com o objectivo de esclarecer e mobilizar os trabalhadores para responder à ofensiva do patronato e do Governo. Além de divulgar os direitos dos trabalhadores, as estruturas do movimento sindical unitário pretendem estimular o seu exercício, considerando que esta é a melhor forma de preservar matérias fundamentais, reconhecidas na legislação e nos contratos colectivos.

Com a campanha, que decorre ao longo deste ano, a CGTP propõe-se efectuar levantamentos das situações em empresas, sectores e regiões, no que respeita ao não cumprimento de direitos individuais e colectivos. Uma linha específica da campanha é dirigida para a Administração Pública.

O plano de informação definido, com grandes temas para cada trimestre, prevê a edição de guias de direitos, a publicação de contratos colectivos de trabalho, a emissão de tempos de antena, a utilização da Internet, CD-ROM, folhetos, jornais de parede.

## Transportes convergem na acção

As organizações sindicais da CGTP do sector de transportes (rodoviário, ferroviário, aéreo e marítimo) decidiram «convergir em acções que visem a defesa e reivindicação da melhoria e desenvolvimento do sector de transportes de modo a prestar um serviço mais eficiente e dinâmico ao País, alargando a componente social e paralelamente melhorando as condições de vida e trabalho daqueles que laboram no sector».

O comunicado que o Sindicato Nacional do Sector Ferroviário divulgou na semana passada adianta que está já marcada para Lisboa, a 6 de Fevereiro, na Rua Augusta, uma Tribuna Pública, com a participação de representantes dos trabalhadores das diversas empresas. «Para além de se discutir as medidas a tomar face à ofensiva do Governo e as acções que se julguem necessárias em defesa das reivindicações dos trabalhadores, estarão também em debate as propostas dos trabalhadores para uma política alternativa para este estruturante sector da economia nacional», informam as estruturas sindicais.

Na reunião em que decidiram esta acção convergente, os sindicalistas verificaram que «é comum a orientação do Governo para as empresas», a qual tem como traços essenciais: a contenção salarial, através de aumentos inferiores à inflação; a manutenção dos actuais horários de trabalho; o ataque aos direitos; a privatização das empresas; e a redução dos postos de trabalho.

Além dos malefícios directos nas empresas públicas, «estas orientações do Governo são aproveitadas pelo patronato do sector para manter, igualmente, uma política de baixos salários e também, para fugir constantemente à entrega de contrapropostas

e/ou, pura e simplesmente, fazer tábua rasa da Lei da Contratação Colectiva, não negociando, em anos sucessivos, actualizações de salários e outras matérias».

A convergência na acção sindical, salienta-se no comunicado, ocorre «sem prejuízo da dinâmica em cada uma das empresas».

### Rodoviária

A Comissão de Trabalhadores da Rodoviária de Entre-Douro e Minho convocou plenários para amanhã e dia 8 de Fevereiro, para decidir formas de protesto contra o atraso no pagamento de salários. Um dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários de Braga – falando no fim de uma reunião da Comissão de Trabalhadores e do Sindicato, realizada dia 15 na Central de Camionagem, para analisar a situação laboral naquela empresa de transporte de passageiros – revelou à Lusa que 90 por cento dos 320 funcionários da empresa ainda não receberam o salário de Dezembro, enquanto o subsídio de Natal só estaria a começar a ser pago desde há dez dias. «O atraso no pagamento é uma situação que se arrasta há muito tempo, mas que se tem agravado nos últimos meses», sublinhou Dinis Silva, acrescentando que os trabalhadores vivem em situação de angústia, receando a falência da empresa.

A CT considera que as dificuldades que a empresa vive há alguns anos se devem a uma gestão errada, já que os patrões terão começado a comprar outras empresas sem terem meios financeiros. «Esta empresa trabalha bem, tem 200 autocarros e muitos

utentes», garantiu Dinis Silva, recusando que as dificuldades se devam a atrasos das Câmaras Municipais no pagamento dos transportes escolares.

Além da Rodoviária de Entre-Douro e Minho, também os trabalhadores de outras empresas do grupo económico que gere a firma (uma sociedade anónima participada pela AVIC e pela Caima) se debatem com o mesmo problema, acrescentou, citando as rodoviárias de Coimbra e da Beira Litoral.

### Sul do Tejo

Na passada sexta-feira, teve lugar um plenário geral descentralizado, durante o qual os trabalhadores dos Transportes Sul do Tejo reafirmaram a exigência de uniformização de

salários, na sequência do processo de integração dos trabalhadores da Covas & Filhos e da Belos Transportes. Em causa está o novo Acordo de Empresa, para vigorar a partir do primeiro dia útil de 2002, podendo abranger todos os trabalhadores do TST, onde se incluem os trabalhadores das transportadoras adquiridas pelo grupo Barraqueiro.

Nas reuniões, convocadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários do Sul para as estações do Laranjeiro, Sesimbra e Setúbal, foi analisada uma proposta para o novo AE, que integra a tabela salarial e das diuturnidades da Covas & Filhos e os subsídios de alimentação em vigor na Belos. O sindicato e os trabalhadores defendem que o novo acordo seja elaborado em função das condições mais vantajosas de cada uma das três empresas integradas nos TST.



*Face a problemas comuns, os trabalhadores dos transportes decidem lutar juntos por uma política que permita melhorar a qualidade do serviço, garantir os direitos conquistados e obter aumentos salariais justos*

## C&J Clark manda para casa

Castelo de Paiva terá problemas sociais agravados, se a multinacional C&J Clark, principal empregadora daquela localidade, continuar a reduzir postos de trabalho, acusou o Sindicato dos Operários do Calçado de Aveiro e Coimbra. Em comunicado citado pela Agência Lusa, a estrutura da CGTP recorda que a empresa britânica, que já encerrou uma unidade em Arouca, onde trabalhavam 450 pessoas, «prometeu que manterá os 800 empregos em Castelo de Paiva», mas «está a propor rescisões de contrato por um valor ridículo» e procura «transferir parte da sua produção para o trabalho ao domicílio sem quaisquer direitos». «A Direcção da Clark andou a enganar os trabalhadores, o Governo e o presidente da Câmara, dizendo que o sindicato estava a mentir e que não ia reduzir os postos de trabalho», protesta a organização sindical, que critica os «preços exorbitantes» praticados pela empresa na sua cantina e exige aumentos salariais mínimos de 5,8 por cento.

## Eres quer despedir

Todas as trabalhadoras da Eres, no Fundão, manifestaram solidariedade para com as 112 camaradas ameaçadas de despedimento, revelou o Sindicato dos Têxteis da Beira Baixa. Ao dar a notícia, a Lusa recorda que, nos primeiros dias deste mês, 112 das 500 trabalhadoras daquela empresa de confecções receberam cartas da administração, manifestando a intenção de rescindir os contratos de trabalho. Reunidas sábado, em plenário, as trabalhadoras reclamaram da administração que archive as cartas e que dialogue com os representantes do pessoal, com o Governo e com Câmara Municipal do Fundão, no sentido de encontrar uma solução para o problema. A intenção da administração foi considerada ilegítima e, se o processo for avançado, as trabalhadoras afirmaram-se dispostas a iniciar formas de luta. «Há famílias inteiras cujo único rendimento provém do trabalho naquela fábrica», salienta o Sindicato dos Têxteis da Beira Baixa, que vem alertando, desde Maio de 2001, para os problemas existentes na Eres, nomeadamente através de ofícios enviados ao primeiro-ministro e ao ministro do Trabalho. Luís Garra, dirigente dos Têxteis e da União dos Sindicatos de Castelo Branco, em declarações à comunicação social, reiterou as acusações de, na base dos despedimentos, estar uma estratégia de deslocalização da produção para fora de Portugal.

## Patronato não paga e não negocia

# Mais força nas lutas

**A recusa de aumentos salariais justos, a falta de pagamento das remunerações e as violações de direitos repetem-se em diferentes sectores e empresas, obrigando os trabalhadores a responderem com greves, plenários e manifestações públicas.**

No sector automóvel, os representantes patronais teimam em instituir normas como o trabalho ao sábado, o aumento das horas diárias de trabalho (por via da flexibilização dos horários), a desqualificação profissional e a polivalência de funções. Além disso, querem reduzir os direitos e manter um muito baixo nível salarial, acusa a Fequimetal/CGTP. Tais pretensões,

que impedem o acordo de revisão do contrato colectivo de trabalho há mais de 3 anos», levaram a federação a promover uma concentração, no dia 16, frente ao edifício onde está instalada a sede do grupo Santogal. Este importa e comercializa quase duas dezenas de marcas, ocupando um lugar cimeiro no sector, e exerce actualmente a presidência da associação patronal ACAP.

«É inacreditável que o patronato não tenha vergonha de tentar manter uma tabela com um salário mensal inferior a 500 euros, quando, para um mecânico ou batechapa, cobra aos clientes um preço por hora da mão-de-obra superior a 25 euros», protesta a Fequimetal, num comunicado em que atribui «grandes responsabilidades» a Santogal por esta situação.

Na concentração de dia 16, participaram a comissão negociadora sindical e membros de estruturas representativas de empresas do sector automóvel.

## A ofensiva patronal agrava-se com a cobertura política oferecida pelo Governo

Também a Fequimetal convocou para ontem à tarde uma iniciativa de protesto dos trabalhadores da Bombardier (antiga Sorefame). O objectivo foi confrontar a administração com as suas responsabilidades «pelo bloqueio da negociação do contrato

colectivo e pelos prejuízos que daí resultam para os trabalhadores e para a esmagadora maioria das empresas do sector» da metalomecânica. A estrutura sectorial da CGTP, adiantando que vão ser anunciadas «novas e mais vigorosas formas de luta», nota que a Bombardier ocupa o cargo de vice-presidente da Fename, onde estão federadas várias associações patronais.

## Telecom

Uma concentração nacional de trabalhadores da PT Comunicações teve lugar anteontem à tarde, frente ao edifício da administração, em Lisboa; no mesmo dia realizaram-se concentrações também nas sedes regio-

nais (Funchal e Ponta Delgada).

Os protestos foram convocados pela Comissão de Trabalhadores da Portugal Telecom e por doze estruturas sindicais, para responder à «prepotência da administração» da PT Comunicações, que abandonou as negociações de revisão do acordo de empresa e decidiu impor, por acto de gestão, uma actualização salarial de apenas 3,3 por cento.

Além de «exigir a negociação e acabar com a prepotência», os trabalhadores e as suas estruturas representativas reclamam «uma solução para o problema dos trabalhadores que estão em casa, em suspensão de contrato, e que vão ser severamente penalizados pela alteração do IRS», afirma-se num comunicado da CT.



A polivalência de funções e a desregulamentação dos horários são pretensões do patronato que há mais de três anos inviabilizam a revisão do acordo colectivo no sector automóvel

## Luto na Orgalimpe

Uma das 50 trabalhadoras que, na tarde de dia 14, se manifestaram em Algés para exigir o pagamento dos salários de Dezembro, por parte dos responsáveis da empresa de limpeza hospitalar Orgalimpe, morreu horas depois. «A Maria Isabel faleceu no auge da luta e devido à sua dureza», afirma o STAD/CGTP-IN, que atribuiu à firma a responsabilidade moral pela morte da trabalhadora, que tinha 52 anos, era

natural de Cabo Verde, casada e mãe de seis filhos.

No comunicado em que presta honra à memória da trabalhadora e reafirma a disposição de continuar a luta, o sindicato relata que, confrontado com a manifestação, «o responsável da empresa não assumiu nenhum compromisso de quando iria efectuar o pagamento». Durante a manhã, informa o STAD, os trabalhadores e trabalhadoras já

tinham efectuado a limpeza no seu local de trabalho, o Hospital de Santa Maria. No momento em que o responsável da Orgalimpe, face aos protestos, tentou fechar o escritório, um grupo de trabalhadoras e dirigentes sindicais interpôs-se na ombreira da porta. Maria Isabel Delgado Silva, que estava naquele grupo, « neste momento de grande intensidade emocional, sentiu-se indisposta e desmaiou». Foi

levada de ambulância para o Hospital de São Francisco Xavier, onde entrou em coma e faleceu.

O Hospital de Santa Maria rescindiu o contrato de trabalho com a Orgalimpe e em Fevereiro entrará em funções outra firma, que irá recrutar os mesmos trabalhadores, disse um dirigente sindical, no momento em que decorria uma reunião com os trabalhadores e a administração do hospital.

## Vigília na Calzamarin

Os trabalhadores da Calzamarin, no Lourçal (concelho de Pombal), estão desde dia 14 em vigília, frente aos portões da fábrica de calçado, exigindo o pagamento dos salários em atraso (Novembro, Dezembro e 13.º mês) e das indemnizações a que têm direito. A administração da empresa encerrou as portas em Dezembro, sem cumprir as suas obrigações para com as cerca de 60 pessoas que

emprega. António Marques, dirigente da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal, disse à Lusa que a Calzamarin não tem razões objectivas para ser encerrada.

O Sindicato dos Têxteis do Sul, em nota que fez chegar à nossa redacção, acusa a empresa-mãe – um grupo italiano com sede em Brescia, de não respeitar as leis

portuguesas. «Para além de não cumprir para com os trabalhadores, a empresa italiana tem o desprazer de informar que pretende retirar o património», protesta o sindicato, que solicitou a intervenção da GNR e da Inspeção do Trabalho. Para melhor garantir que as máquinas da Calzamarin – instalada no Lourçal há seis anos e constituindo o único sustento de muitas das famí-

lias dos que ali trabalham – não saem da fábrica, os trabalhadores e o sindicato decidiram entrar em vigília, uma vez que os produtos e equipamentos constituem uma garantia de que a dívida da empresa para com o pessoal poderá ser liquidada.

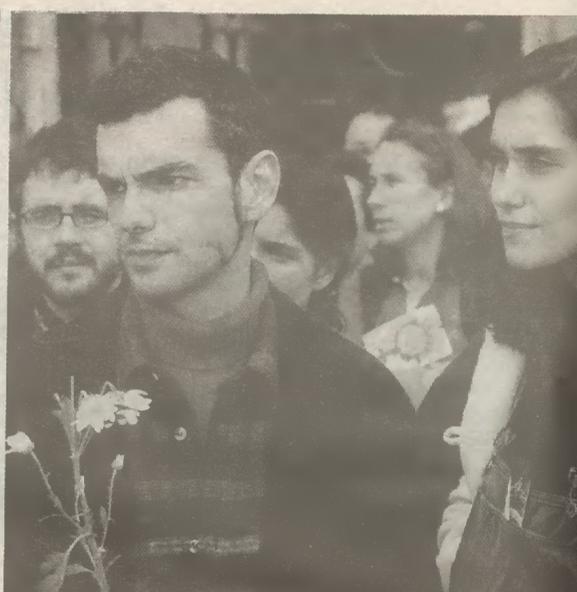
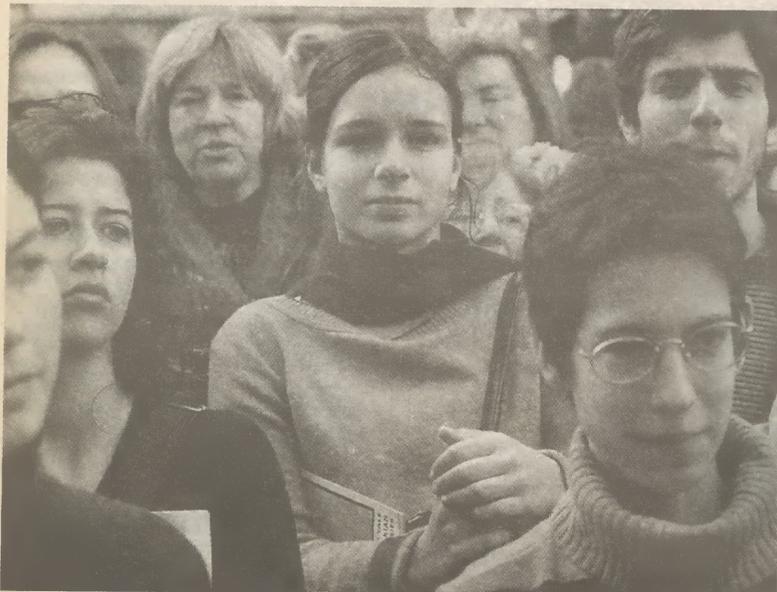
O sindicato informou ainda que já foi exigida a vinda da administração italiana, para negociar a resolução do conflito.

## Alcobaça

Salários em atraso na cerâmica «Elias e Paiva», de Alcobaça, levaram a que cerca de três dezenas de trabalhadores se concentrassem anteontem frente à casa do principal administrador da empresa, exigindo o pagamento da dívida. Sem receber desde Outubro e em greve contínua desde meados de Dezembro, os operários – que têm realizado outras acções de protesto – exigiram também garantias de que receberão as indemnizações previstas legalmente, caso seja decretada a falência da fábrica. Jorge Cascão, dirigente sindical citado pela Lusa, contestou vivamente o modo como o processo foi conduzido por parte do principal administrador da Elias e Paiva. «Não ligaram absolutamente nada aos trabalhadores e nem se preocuparam com as indemnizações a pagar», afirmou, lamentando que a empresa, que já foi uma referência e uma das grandes impulsionadoras da cerâmica» no concelho, se encontre nesta situação. Em relação à possibilidade de encerramento da fábrica, o sindicalista responsabilizou a administração, acusando-a de não ter investido na modernização do equipamento os lucros recolhidos. Quanto à possibilidade de a fábrica já ter um comprador, realçou que «qualquer negociação deve implicar o pagamento dos direitos a quem aqui trabalhou».

## Porcelanas de Coimbra

Reclamando o pagamento dos salários em atraso (Dezembro e subsídio de Natal), cerca de sete dezenas de trabalhadores da Sociedade de Porcelanas de Coimbra estiveram segunda-feira em São Mamede (concelho da Batalha). Junto de outras empresas do principal administrador da SPC, Ramiro Vieira, reclamaram que fosse regularizada a situação e rejeitaram as propostas de rescisão apresentadas pela administração. Gritando frases como «Assim não pode ser, trabalhar sem receber», os trabalhadores da SPC percorreram a vila, onde o administrador reside, apelando à solidariedade dos trabalhadores da Faiart e das Caves Ganita, relatou a Lusa. O coordenador do Sindicato dos Cerâmicos do Centro afirmou à agência que o pagamento dos salários em dívida deve ocorrer antes de qualquer tipo de negociações para a rescisão dos contratos de trabalho e acusou Ramiro Vieira de estar a fugir aos problemas. Sublinhou que a administração da SPC tem dinheiro para investir na fábrica e permitir a sua modernização. Nas últimas semanas terão já rescindido os contratos 28 trabalhadores, mas o sindicato considera que tais rescisões foram ilegais, porque primeiro têm de ser pagos os salários em dívida.



Abaixo-assinado da Plataforma Direito de Optar juntou mais de mil nomes de cerca de 40 países e 1200 assinaturas de portugueses

## Tribunal iliba 15 mulheres da prática de aborto clandestino

Lisboa e Porto foram palco de manifestações contra a actual lei de penalização do aborto, no dia em que o Tribunal da Maia leu o acórdão do processo que envolvia 17 mulheres acusadas de interrupção da gravidez.

O Complexo Polidesportivo da Maia serviu de cenário tanto para a leitura da decisão do Tribunal, como para uma manifestação de solidariedade com as arguidas, promovida pela Plataforma Direito de Optar. Esta associação promoveu outra concentração em Lisboa, junto ao Tribunal da Boa Hora, palco de dois julgamentos históricos sobre o mesmo tema que ali se realizaram no fim da década de 70.

O processo envolvia 43 arguidos, entre os quais 17 mulheres acusadas da prática de aborto clandestino. A primeira arguida, Maria do

Céu Ribeiro - enfermeira-parteira no Hospital de São João, considerada líder da rede de aborto clandestino - foi condenada a oito anos e meio de prisão. O tribunal deu como provados os crimes de peculato, prática de interrupção de gravidez clandestina, falsificação de documentos e tráfico de estupefacientes. A enfermeira estava na posse de centenas de contos de especialidades farmacêuticas e hospitalares que tinha desviado do hospital onde trabalhava.

Uma outra arguida, Sandra Mónica, foi considerada culpada de praticar aborto



clandestino, tendo sido aplicada uma pena de prisão de 120 dias, comutada para o pagamento de uma multa de 120 euros. Durante a leitura do acórdão, os juízes referiram que tiveram em consideração a baixa condição

social da arguida e o facto de esta ter confessado e se ter mostrado arrependida.

Outro caso de prática de aborto confessado foi dado como prescrito, visto datar de 1995 e não de 1998. As restantes mulheres foram ilibadas.

Foram ainda condenados seis angariadores de clientes a penas que variam entre 45 dias (um assistente social) e cinco meses de prisão (médico ginecologista). Estes arguidos podem optar pelo pagamento de multas.

### Sucesso do abaixo-assinado

Durante as manifestações, a Plataforma Direito de Optar tornou público os

resultados do abaixo-assinado que correu o País e o mundo nas últimas semanas, manifestando solidariedade com as 17 mulheres envolvidas no processo e exigindo a despenalização da interrupção voluntária da gravidez até às 12 semanas. Durante o período em que decorreu o julgamento foram recolhidas mais de mil assinaturas de personalidades de diversos quadrantes da vida pública de cerca de 40 países, bem como 1200 assinaturas de portugueses. Cerca de meia centena de organizações nacionais e estrangeiras juntaram-se ao movimento.

A Plataforma, que tem acompanhado todo o processo judicial, disponibilizou ajuda legal e financeira para auxiliar as arguidas após o julgamento. Ilda Figueiredo, deputada do PCP no Parlamento Europeu, foi uma das principais dinamizadoras do abaixo-assinado internacional. Em declaração ao *Avante!* durante a concentração da Maia, defendeu ser urgente a aprovação de uma nova lei que permita a IVG até às 12 semanas em condições de segurança. «A sociedade não pode ficar indiferente a esta realidade», alertou Ilda Figueiredo, denunciando que «ficou claro com este julgamento que é falso o argumento dos defensores do Não no referendo de que actual lei teria somente um carácter dissuasor e não efectivamente condenatório».

«Os Verdes», que referem que está em jogo a humilhação e o julgamento de mulheres que «tomaram decisões sobre o seu corpo, por não terem condições socioeconómicas para ter mais filhos».

«É esta a resposta hipócrita que a sociedade dá a estas mulheres e a tantas outras que já interromperam a sua gravidez, quando simultaneamente continua a ignorar as causas que estão na origem destes abortos», dizem os ecologistas, sublinhando que se trata de uma sociedade que assiste «às mortes e mutilações, consequência dos abortos clandestinos que, se fossem praticados em segurança e com condições, não ocorreriam».

Para «Os Verdes», é uma sociedade que «permite que todos decidam pelo corpo da mulher, mesmo quando, por exemplo, a entidade patronal determina se as suas trabalhadoras podem ou não engravidar, sob pena de perderem o emprego, ou quando hipocritamente proíbe a mulher de interromper a gravidez voluntariamente, obrigando-a a acções clandestinas ou a ter crianças que sofrerão consequências de não serem desejadas».

### CGTP manifesta solidariedade

## «Mulheres são vítimas, não são culpadas»

A CGTP-IN aprovou uma moção de solidariedade para com as arguidas e exigiu a alteração da legislação para impedir a criminalização da interrupção voluntária da gravidez e «proteger a dignidade e a saúde das mulheres portuguesas».

O documento - aprovado durante o Encontro de Quadros Sindicais, realizado em Lisboa na sexta-feira - considera que a sociedade portuguesa não pode alhear-se da «profunda injustiça que afecta tantas mulheres e jovens raparigas, nem da gritante hipocrisia de quem diz opor-se à despenalização, mas convive sem sobressaltos com o drama do aborto clandestino».

Por isso, a moção defende que as 17 mulheres acusadas «têm de ser vistas como vítimas e não como culpadas das circunstâncias e condições que as obrigaram àquele recurso» e denuncia a «injustiça» cometida com o realização do julgamento. Os sindicalistas manifestam-se contra «todos quantos deliberadamente manipularam o referendo realizado, levando muitos eleitores a votar sobre se eram a favor ou contra o aborto, e não sobre a despenalização, essa sim, a ser votada».

A CGTP refere que o aborto clandestino é um «problema grave com forte dimensão social, afectando particularmente as

mulheres das camadas mais desfavorecidas, tantas vezes sujeitas a interrupções da gravidez com risco para a sua saúde e a própria vida».

A moção recorda ainda que a legislação nacional sobre a matéria é das mais restritivas e penalizadoras da Europa.

### Mais solidariedade

O Partido «Os Verdes» juntou-se ao protestos em Lisboa e no Porto e considera que este processo demonstra a urgência da revisão da lei. Numa nota de imprensa, os ecologistas mostra a sua solidariedade e recordam que o planeamento familiar que se faz no nosso país é insuficiente e não chega a todas as pessoas. Ao mesmo tempo, a educação sexual continua por implementar, apesar de ter sido aprovada na Assembleia da República.

«Para aqueles que defendiam que se impunha manter a actual lei por considerarem que nenhuma mulher seria julgada, aqui está a resposta do Tribunal da Maia», afirmam



Na Maia e em Lisboa

## Centenas de pessoas contra o julgamento

Centenas de pessoas juntaram-se em Lisboa e na Maia para exigir uma nova lei do aborto

De margarida na mão, muitos foram os que se juntaram às concentrações de Lisboa e da Maia, na sexta-feira de manhã. A Plataforma Direito de Optar fala em 500 participantes, a polícia refere 300 manifestantes.

Além dos anónimos, bastantes personalidades públicas fizeram questão de mostrar que estão descontentes com a actual lei de interrupção voluntária da gravidez.

Maria José Alves, presidente da Associação para o Planeamento da Família, afirmou à Lusa que «o julgamento compreende-se, pois o tribunal tem de cumprir o que está legislado. O que é indigno é que, num Portugal moderno e da Europa, as mulheres sejam criminalizadas por praticar o aborto. O que está por detrás é o facto do Estado não dar às mulheres o direito de escolher e a idoneidade suficiente para tomarem uma decisão».

«O julgamento vai contra a privacidade da consciência de cada um e contra uma sociedade plural e democrática», defendeu.

«Pesa a angústia que as mulheres estão a passar, a censura social no trabalho e na família e a invasão da privacidade».

Maria José Alves afirmou que, enquanto obstetra, considera «a lei inadequada e ineficaz, porque não previne o recurso ao aborto. Esta é uma lei que promove o mercado clandestino. Deve ser legislada a forma como o aborto deve ser feito e as mulheres devem ter direito a escolher, porque aborto a pedido das mulheres não significa liberalização do aborto, significa que não têm de expor razões e verem-nas avaliadas por outros que não as vão compreender».

### Palavra aos deputados

A deputada comunista Odete Santos também participou na concentração junto ao Tribunal da Boa Hora. Em declarações à imprensa lamentou que o Tribunal da Maia não tenha tido «coragem

de declarar a lei inconstitucional. Se fosse juiz, declarava a lei inconstitucional e mandava embora todas as mulheres».

Isabel Castro, deputada d'«Os Verdes», considerou que Ferro Rodrigues, secretário-geral do PS, está a «meter a cabeça na areia» ao não ter uma posição clara sobre esta questão. Isabel Castro acrescentou que o julgamento é «uma prova de que a lei actual é desadequada, sobretudo quanto Portugal tem uma incidência elevadíssima de mães adolescentes».

Helena Roseta, deputada do PS e bastonária da Ordem dos Arquitectos, declarou ter «vergonha de ser cidadã de um país da União Europeia onde se tem de atravessar a fronteira para ter direito a interromper voluntariamente a gravidez dentro da lei».

O ministro da Ciência e Tecnologia, Mariano Gago, também esteve presente. «A situação actual é insustentável, é um factor de grande atraso do País», defendeu.

## PCP exige despenalização do aborto

O PCP considera positiva a decisão do tribunal e exige que a interrupção voluntária de gravidez seja despenalizada pelo Parlamento na próxima legislatura.

A sentença proferida pelo tribunal da Maia «constitui um desfecho judicial positivo, na medida em que subtrai essas mulheres à inaceitável violência de uma condenação sob a acusação de uma prática cuja clandestinidade e a insegurança decorrem da penalização prevista na lei».

É assim que a Comissão junto do Comité Central do PCP para os problemas e movimentos das mulheres classifica a decisão do tribunal. Mas sublinha que é urgente a aprovação da lei da despenalização da interrupção voluntária da gravidez.

«O processo da Maia, enquanto símbolo de uma terrível injustiça vigente na sociedade portuguesa e enquanto expressão judicial da dramática realidade social do aborto clandestino, reforça a exigência de que a Assembleia da República, no exercício da sua inalienável liberdade e inquestionável legitimidade, aprove na próxima legislatura uma lei de despenalização do aborto», lê-se no comunicado, divulgado na sexta-feira.

No entanto, para o PCP, a condenação, com pena de prisão remível em dinheiro, de uma das mulheres acusadas «não corresponde ao imperativo de fazer justiça que, neste caso, exija que razões de humanidade e sensibilidade social triunfassem sobre uma cega rigidez jurídica e, por isso, sem ofensa da soberania de decisão do poder judicial, não pode deixar de provocar uma profunda indignação».

«É igualmente compreensível que subsista uma legítima preocupação por terem sido condenados alguns cidadãos que se tenham limitado a actos de interajuda pessoal que correntemente rodeiam a prática de aborto clandestino», considera a comissão.

### Pena não é simbólica

O PCP salienta que «a justa absolvição de 15 das 17 mulheres não pode ocultar nem fazer esquecer que, em pleno século XXI,

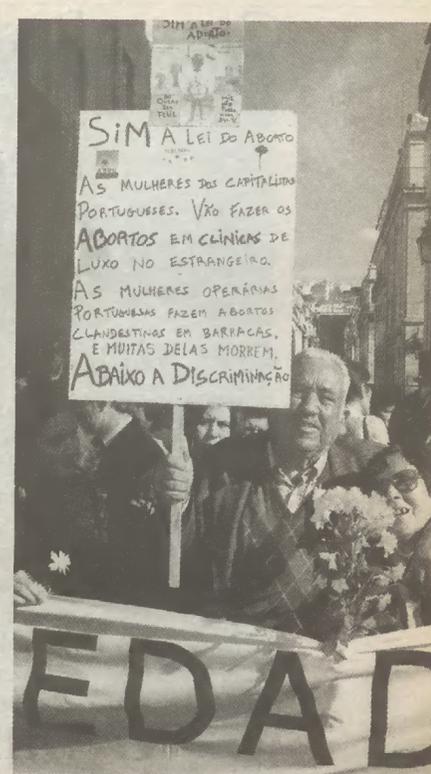
estas portuguesas foram sujeitas a uma intolerável devassa da sua vida privada e expostas a uma situação profundamente lesiva da sua dignidade e que, a não haver recurso ou diferente sentença, uma delas ficará com a inscrição no seu registo criminal de uma condenação por ter feito o que, ao longo dos tempos, centenas de milhares de outras portuguesas igualmente fizeram».

«O processo da Maia evidenciou, de forma para muitos surpreendente, que afinal a dura penalização legal do aborto clandestino com pena de prisão até três anos, longe de ser apenas, como alguns diziam, uma (absurda) forma de a lei consagrar uma fronteira entre um alegado «mal» e um alegado «bem», representa na verdade uma intolerável imposição por lei ao conjunto dos cidadãos de opções e concepções de alguns que deviam ser apenas da sua respeitável e soberana esfera de decisão privada e representa sobretudo uma real ameaça contra a dignidade e liberdade de muitas mulheres portuguesas», considera a comissão.

O PCP compromete-se a não poupar «esforços e iniciativas para que, nesta matéria, Portugal seja dotado em breve de um quadro legal mais moderno porque mais humanista e respeitador da dignidade das mulheres», numa acção em coerência «com a longa e persistente luta que trava designadamente desde 1982».

A Comissão junto do Comité Central do PCP para os problemas e movimento das mulheres saúda ainda o movimento de solidariedade nacional e internacional para com as mulheres acusadas no processo da Maia e sublinha o seu valioso significado de luta contra a indiferença, insensibilidade e egoísmo.

Também os militantes do PCP de Brejos da Moita, do distrito de Setúbal, manifestam a sua solidariedade com as arguidas e referem a necessidade de Portugal adoptar uma lei de despenalização do aborto.



# Grupo Parlamentar do PCP presta contas

## Acção ímpar

### em defesa dos trabalhadores e do País

**N**a Assembleia da República, ao longo da Legislatura agora prestes a terminar, a acção do Grupo Parlamentar comunista, inserida no quadro mais geral da intervenção do PCP, voltou a distinguir-se nos mais variados domínios.

Foi oposição de esquerda ao Governo do PS e à sua política. Pertenceu-lhe, em muitos momentos, tomar a iniciativa e marcar a agenda política. Apresentou políticas alternativas, bateu-se pela aprovação de leis, defendeu os direitos de quem trabalha, fiscalizou a acção governativa, combateu as desigualdades sociais, opôs-se a orientações e medidas negativas.

No hemiciclo ou nas comissões parlamentares, nas iniciativas legislativas por si apresentadas ou no contacto com os eleitores, pelo lado dos deputados comunistas, sempre presente, uma postura construtiva, com um grande objectivo: servir os interesses dos trabalhadores e do País. O que fez a diferença. Que passou também pela garantia de que ao Parlamento chegassem a voz e os anseios dos sectores mais fragilizados da nossa sociedade, sobretudo os excluídos e marginalizados.

A esta leitura, ainda que sumária, conduz necessariamente uma avaliação do trabalho desenvolvidos nestes cerca de dois anos pelo Grupo Parlamentar do PCP. Por isso, em hora de balanço, importa sublinhar a qualidade desse trabalho. Francamente positivo, sem dúvida, e, por isso, merecedor de nota alta. Pelas razões que a seguir se expõem, apuradas a partir dos dados contidos em documento elaborado pela bancada comunista e hoje divulgadas aos órgãos de comunicação social.

## Propostas do PCP dão Leis da República

Um dos testemunhos mais interessantes sobre o papel e importância do trabalho desenvolvido pelo Grupo Parlamentar do PCP diz respeito à produção legislativa. Também neste capítulo, bem se pode dizer, foi notável o seu desempenho. Em pouco mais de dois anos, com a assinatura de deputados comunistas, entraram na Mesa da Assembleia da República 112 Projectos de Lei e 27 Projectos de Resolução. Traduziram, como é realçado no documento de balanço, «as propostas que o PCP e os seus deputados idealizaram, pensaram, ponderaram, conceberam, articularam, apresentaram e defenderam».

Em resultado desse trabalho, foram aprovadas 37 Leis da República com origem em projectos de lei do PCP. Dessas, dez são Leis de criação de novas Freguesias ou elevação de povoações à

categoria de Vilas e Cidades. Foi com o PCP que se aprovaram, concretamente, as seguintes leis: uma nova Lei de Bases da Segurança Social; a nova «lei da droga»; a Reforma dos Impostos sobre o rendimento; a Lei que reforça os privilégios dos créditos laborais em processo de falência; a alteração do Regime Jurídico do Contrato de Trabalho a Termo, combatendo a precariedade no emprego; a constituição de Associações Sindicais dos Profissionais da PSP; a criação dos Tribunais de Julgados de Paz; a Lei sobre o acesso aos medicamentos contraceptivos de emergência. Destaque merecem ainda outras Leis, com conteúdo positivo para o País, a que o PCP deu corpo e substância. Estão neste caso, por exemplo, as que incidiram nos seguintes aspectos: em medidas de protecção das Uniões de Facto; o

programa de redução dos gastos com medicamentos; as medidas de protecção às mulheres vítimas de violência (crime de violência doméstica); no combate eficaz ao branqueamento de capitais provenientes de actividades criminosas; na fiscalização e punição de práticas laborais discriminatórias das mulheres, em particular na gravidez e na maternidade; no reforço dos poderes, competências e meios de funcionamento das assembleias municipais; no financiamento da actividade dos partidos políticos e das campanhas eleitorais; a Lei dos Referendos Locais; a alteração à Lei de Finanças Locais; a lei do enquadramento orçamental; os crimes sexuais (alterações ao Código Penal); o novo sistema de cobrança e entrega de quotas sindicais; as medidas de apoio social às mães e pais estudantes; na maior facilidade ao recenseamento

eleitoral dos emigrantes no estrangeiro; na defesa e valorização do tapete de Arraiolos.

Dois outros projectos de Lei do PCP que deram origem a Leis da República – um, sobre o Financiamento de Freguesias abrangidas pelo regime de permanência; o outro, relativo ao Processo especial de constituição das Associações Juvenis – viram subvertido o conteúdo inicialmente proposto, o que obrigou ao voto contra da formação comunista, em votação final global.

Também a Lei de Alteração ao Regime de Exercício de Direitos pelos Militares (alteração ao artigo 31.º da Lei de Defesa Nacional), devido à ambiguidade de conceitos e de expressões, apesar dos progressos registados relativamente à situação anterior, mereceu a oposição do PCP na votação final global.

### VIII Legislatura (de 25.10.1999 até 17.1.2002) Iniciativas legislativas e parlamentares apresentadas, por Grupo Parlamentar

|           | Total PJI<br>por Grupo<br>Parlamentar | Dos quais:                  |                   | PJR | PJD | APR<br>PARL | INQ | DEB<br>URG | INTER<br>PEL | TOTAIS | REQ  | Nrº<br>DEP<br>por GP |
|-----------|---------------------------------------|-----------------------------|-------------------|-----|-----|-------------|-----|------------|--------------|--------|------|----------------------|
|           |                                       | PJI de<br>criação<br>de FVC | PJI<br>sem<br>FVC |     |     |             |     |            |              |        |      |                      |
| PS        | 108                                   | 54                          | 54                | 27  | 3   | 0           | 1   | 0          | 0            | 139    | 577  | 115                  |
| PSD       | 147                                   | 52                          | 95                | 33  | 0   | 19          | 4   | 5          | 4            | 212    | 1672 | 81                   |
| PCP       | 112                                   | 12                          | 100               | 32  | 0   | 28          | 1   | 4          | 2            | 179    | 1570 | 15                   |
| CDS-PP    | 69                                    | 9                           | 60                | 30  | 0   | 9           | 4   | 7          | 3            | 122    | 650  | 15                   |
| PEV       | 16                                    | 0                           | 16                | 10  | 5   | 0           | 0   | 2          | 0            | 33     | 659  | 2                    |
| BE        | 77                                    | 0                           | 77                | 22  | 0   | 0           | 0   | 0          | 4            | 103    | 298  | 2                    |
| Conjuntas | 8                                     | 2                           | 6                 | 12  | 8   | 1           | 0   | 0          | 0            | 29     | —    | —                    |
| TOTAIS    | 537                                   | 129                         | 408               | 166 | 16  | 57          | 10  | 18         | 13           | 817    | 5426 | 230                  |

#### LEGENDA

PJI sem FVC = Projectos de Lei sem inclusão de Projectos para criação de Freguesias, Vilas e Cidades

PJR = Projectos de Resolução

PJD = Projectos de Deliberação

APR PARL = Apreciações Parlamentares de Decretos Leis do Governo

INQ = Inquéritos Parlamentares

DEB URG = Debates de Urgência

INTERPEL = Interpelações ao Governo

REQ = Requerimentos ao Governo



# Comunicado do Comité Central do Partido Comunista Português

O Comité Central do PCP, reunido em 19 de Janeiro, analisou aspectos actuais da situação política nacional, questões da vida e intervenção partidárias e o andamento da preparação da campanha eleitoral para a Assembleia da República.

## I Aspectos da situação política e do quadro pré-eleitoral

**1.** A vida política nacional e os seus desenvolvimentos mais recentes revelam as razões que conduziram à progressiva erosão e descrédito do Governo do PS e da sua política. A imposição de um aumento salarial de 2,7% aos trabalhadores da Administração Pública, e a recusa das propostas apresentadas pelo PCP no Orçamento do Estado em matéria de aumento de reformas e salários, associados à taxa de inflação verificada em 2001, constituem um novo golpe no poder de compra e no nível de vida dos portugueses.

A situação é ainda agravada pela onda de aumentos dos preços de bens e serviços de primeira necessidade (pão, carne, medicamentos, energia, portagens, registos e notariado, transportes) já verificados nalguns casos ou anunciados.

**2.** Simultaneamente, a situação laboral e social de milhares de trabalhadores agrava-se significativamente. Multiplicam-se os encerramentos de empresas e as situações de salários em atraso, os despedimentos e o desaparecimento de postos de trabalho e o ataque aos direitos de quem trabalha. Aumenta a pressão do patronato perante a passividade do Governo, sobre os salários dos trabalhadores com vista ao seu congelamento e diminuição real, o que não impede que ao mesmo tempo os salários mais altos no nosso país estejam ao nível de alguns dos mais altos da Europa. Confirma-se o

acentuar das desigualdades e o aumento da diferença entre o nível de vida dos portugueses em relação aos outros povos da União Europeia.

**3.** Ainda que desvalorizadas por força da dispersão da atenção da comunicação social por outros aspectos da vida política nacional, são entretanto de destacar também múltiplas acções de luta, em vários pontos do País e em diversos sectores de actividade, desenvolvidas nos últimos dias.

**4.** O processo da Maia, que envolveu 17 mulheres acusadas da prática de aborto, confirmou que a dura penalização legal do aborto clandestino com penas de prisão até três anos, é uma real ameaça contra a dignidade e liberdade de muitas mulheres portuguesas. Este processo, constituindo um símbolo de uma terrível injustiça vigente na sociedade portuguesa, põe em evidência e reforça a necessidade e urgência de a Assembleia da República, no exercício da sua inquestionável legitimidade, aprovar, na próxima legislatura, uma lei de despenalização do aborto.

**5.** Os últimos meses de vida do Governo do PS - especialmente marcados, entre outros exemplos recentes, pela injusta e intransigente ofensiva para reduzir os salários reais dos trabalhadores da administração pública, pelo avanço de novos

e desastrosos passos nas privatizações, por gravosas decisões em matéria de política de defesa, designadamente no quadro da integração europeia, pela alteração em sentido antidemocrático do regime de nomeação dos directores clínicos e enfermeiros-directores, e pela não concretização do acordo para a vinculação de 6 mil professores contratados - espelham alguns dos traços mais negativos da política de direita que, nos seus aspectos mais estruturantes e opções dominantes, caracterizaram a governação do PS.

**6.** Neste quadro, a realização de eleições legislativas antecipadas, provocadas pela demissão do primeiro-ministro e na sequência da dissolução da Assembleia da República, constitui uma oportunidade para, pelo reforço da CDU e do número dos seus deputados, dar força à exigência de uma nova política para Portugal.

Não serão leituras distorcidas dos resultados das últimas eleições autárquicas que procuram sem fundamento objectivo apresentar o PSD e a direita como força em ascenso imparável (que o resultado das autárquicas de nenhum modo autoriza) ou operações de branqueamento e absolvição do PS e da sua política a propósito da mudança de líder, que darão credibilidade a operações que visam favorecer a bipolarização e perpetuar a mesma política.

**7.** O Comité Central do PCP chama a atenção para as tentativas para apresentar como novas, soluções que insistem nas mesmas e velhas receitas políticas e governativas que o País conhece e na qual sobressaem:

- o esforço para apagar da memória dos portugueses as pesadas responsabilidades e negativas consequências para a vida dos trabalhadores e dos portugueses de uma década de governação do PSD. Este propósito está, no entanto, a ser dificultado pelos indifereçáveis sinais de arrogância e de insistência do PSD no prosseguimento do caminho das políticas fundamentalistas e anti-sociais;

- e o simultâneo esforço para absolver e branquear a política do PS, e apresentar o seu futuro líder desamarrado das mais comprometedoras e decisivas opções de direita que marcaram os governos do PS (num quadro em que Ferro Rodrigues foi um dos mais destacados e próximos executantes da política de António Guterres). Este propósito está entretanto a ser dificultado pelas ambíguas declarações quanto a alianças pós-eleitorais, pela anunciada cedência à velha reclamação da direita em matéria de alteração das leis eleitorais, e pela reiterada insistência numa política determinada pelos critérios e imposições monetaristas da União Europeia.



## Comunicado do Comité Central do Partido Comunista Português

### II O Partido no arranque para as eleições

1. O Comité Central salienta a realização por todo o País de reuniões e plenários, com a participação de milhares de membros do Partido, efectuados no seguimento do apelo da sua reunião de 18 de Dezembro, visando no quadro do fortalecimento da vida democrática interna, animar e participar na reflexão colectiva e individual, no contributo para o apuramento de ideias, opiniões e orientações de trabalho que, na concretização das válidas orientações democráticas aprovadas pelo XVI Congresso, permitam reforçar a organização e intervenção do PCP e a acção dos seus militantes e enfrentar em melhores condições as batalhas sociais, políticas e eleitorais que se perspectivam.

O Comité Central sublinha, numa situação em que pesam elementos de decepção com os resultados das eleições autárquicas e interrogações sobre as suas causas, a determinação e sentido da responsabilidade com que a generalidade dos participantes

nas reuniões e plenários já realizados encaram a acção imediata e futura do Partido.

2. O Comité Central chama à atenção para que, em contradição com a prática do colectivo partidário e em alguns casos desprezando as possibilidades de participação e discussão existentes, alguns membros do Partido, aproveitando as legítimas e compreensíveis inquietações, insatisfações e preocupações com os resultados das eleições autárquicas, promoveram, em colisão com os princípios estatutários, um abaixo-assinado reclamando a convocação de um Congresso Extraordinário do PCP, numa iniciativa reprovável, que foi precedida e acompanhada de uma ampla ofensiva de deturpação das posições do Partido que favorece e branqueia o PS, criando à beira de uma exigente e difícil batalha eleitoral, uma negativa situação de tensão e perturbação. Tendo em conta estes aspectos e reafirmando as posições já expostas pela

Comissão Política, o Comité Central considera que não há fundamentos para convocar um congresso extraordinário.

3. O Comité Central reafirma o valor da contribuição de cada militante com a sua reflexão e opinião, e do respeito pelos princípios estatutários decididos democraticamente, que constituem a base de funcionamento do Partido e que a todos obrigam. Sublinha a importância de dar continuidade à natural e necessária reflexão e debate, com vista ao reforço da organização e da influência do Partido.

O Comité Central saúda os membros do Partido pelos seus contributos para a definição da orientação e pela sua participação na actividade partidária e saúda particularmente os mais de 2000 novos militantes do Partido e da JCP, cuja adesão se verificou ao longo do último ano, considerando de particular importância assegurar a sua integração e responsabilização.

4. O Comité Central fixou a data de 6, 7 e 8 de Setembro para a realização da 26.ª «Festa do Avante!» e avança com medidas no sentido da preparação de iniciativas nacionais, já decididas e anunciadas, nomeadamente sobre a acção e a intervenção do Partido junto dos trabalhadores, e sobre o PCP e o Poder Local.

5. O Comité Central apela a todos os militantes e organizações do Partido para que, conscientes das exigências e dificuldades colocadas, arranquem com confiança na preparação das eleições legislativas, evidenciando a necessidade de ruptura com 10 anos de governos do PSD e 6 anos de governos PS, afirmando o projecto de uma efectiva política de esquerda que o PCP e a CDU protagonizam, trabalhando para esclarecer e mobilizar, para assegurar mais votos na CDU, condição essencial para uma política de esquerda para Portugal.

### III Pontos essenciais da batalha de esclarecimento

1. O Comité Central chama a atenção para que o quadro pré-eleitoral e a campanha eleitoral serão previsivelmente marcados pelo desenvolvimento de duas manobras políticas fundamentais já em curso:

- a que será desenvolvida pelo PSD procurando explorar a seu favor a insatisfação e descontentamento com os governos do PS e o seu fracasso, tentando escamotear não apenas que esse fracasso está, em grande medida, ligado à continuação pelo PS de linhas essenciais da política dos anteriores governos do PSD mas também que o PSD, durante os últimos seis anos, realizou um vasto conjunto de acordos e convergências com o PS, em coerência com a larga comunidade de interesses e identidade de orientações que, em muitos aspectos, os dois partidos claramente partilham;

- a que será desenvolvida pelo PS para explorar a seu favor junto do eleitorado de esquerda preocupações com o eventual perigo do regresso da direita ao poder, apresentando-se de forma mistificadora como o único «voto útil» para impedir esse regresso, mas escamoteando que foi a sua política que

fortaleceu a direita e que nunca ninguém viu o PS preocupado com os perigos que a direita representava no tempo dos múltiplos acordos e apoios que (ora com o PSD, ora com o CDS-PP, ora com ambos) com ela celebrou e negociou em matérias de decisiva importância e vasta repercussão.

2. O Comité Central chama também a atenção para que, como é do seu interesse directo, tanto o PSD como o PS se preparam para ressuscitar velhas mas sempre perigosas mistificações urdidas para condicionar e limitar a capacidade de escolha dos cidadãos, designadamente enfatizando uma pretenção indispensabilidade de uma maioria absoluta de um só partido, transformando uma campanha para eleger 230 deputados (que influenciarão a formação do Governo) numa inexistente «eleição para Primeiro-Ministro» (que desvaloriza e subalteriza a eleição dos deputados) que, entretanto, noutras ocasiões PSD e PS dizem ser necessário «aproximar» dos eleitores», ou ainda incutindo a falsa ideia de que o elemento decisivo dos resultados eleitorais é o apuramento de qual é o partido mais votado (ainda que sem maioria absoluta).

3. O Comité Central sublinha que, face a estas manobras, é de crucial importância que a intervenção eleitoral do PCP e da CDU **combata firmemente as pressões em favor de uma «bipolarização» entre o PS e o PSD (que se têm confirmado como o principal instrumento de manutenção e impunidade da política de direita), sustente com vigor que o PSD não é alternativa para a política seguida pelo PS e que o PS não é alternativa de esquerda à política do PSD, afirme com clareza e persistência que o País não está condenado a uma «alternância» entre PS e PSD que muda caras e etiquetas mas não muda nada do que seria essencial mudar, e apresente, com confiança e convicção, a necessidade e urgência de os eleitores, dando mais força ao PCP e à CDU, fortalecerem a exigência de uma nova política e de uma alternativa de esquerda.**

Reveste-se também da maior importância que a intervenção eleitoral do PCP e da CDU proceda a um insistentemente esclarecimento sobre a real natureza e finalidade das eleições legislativas e mobilize o eleito-

rado contra a indesejável obtenção da maioria absoluta pelo PS ou pelo PSD (que seria inevitavelmente instrumento de arrogância, impunidade e clientelismo), recordando a este propósito que o fracasso dos governos do PS teve origem na sua política e não na falta de uma maioria absoluta, uma vez que na legislatura agora interrompida até disponha de condições parlamentares mais favoráveis que na anterior.

E, sobretudo, como eixo essencial e decisivo de intervenção, importa desenvolver uma forte e convincente acção de esclarecimento que torne claro que a necessária derrota da direita consiste em o PSD (sozinho ou somado ao CDS-PP) não obter a maioria absoluta de deputados, que os votos na CDU e os deputados eleitos pela CDU contribuem sempre para que a direita fique em minoria, que deslocamentos de eleitores entre a CDU e o PS não alteram em nada o resultado numérico da direita, mas que deslocamentos do eleitorado do PS para a CDU dão mais força à luta por uma política de esquerda e por uma viragem à esquerda depois das eleições.

### IV Principais linhas de orientação para a campanha

1. Tendo em conta o quadro político em que se vão realizar as eleições legislativas e tendo presente muitas opiniões e contribuições dadas por membros do Partido nas reuniões e debates realizados, o Comité Central do PCP, sem prejuízo de ulteriores desenvolvimentos e ajustes, pronuncia-se por uma forte, empenhada e activa campanha do PCP e da CDU que, centrada no diálogo directo com os trabalhadores e os cidadãos em geral:

- favoreça um movimento de opinião e uma mobilização de vontades e consciências com vista ao reforço da votação e do número de deputados eleitos pela CDU, desejavelmente no quadro de um resultado global em que, como é indispensável, os partidos de

direita fiquem em minoria na Assembleia da República, em que o PS não obtenha uma maioria absoluta e em que, como sinal da ampliação da exigência popular de uma política de esquerda, um significativo número de eleitores de outros partidos (nomeadamente do PS) e bem assim de cidadãos que se têm abstenido, optem agora pelo voto na CDU;

- afirme o PCP e a CDU como protagonistas eleitorais de propostas, de causas, de valores, de ideais, de convicções e de um projecto político de esquerda claramente distintivos e alternativos tanto em relação à direita como em relação ao PS e bem assim em relação às políticas que, no Governo, o PS e o PSD desenvolveram nos últimos 16 anos;

- afirme a CDU como uma força que, em claro contraste com atitude do PS e do PSD de ostensiva resignação, acomodação e fatalismo face ao que é injusto e inaceitável, é portadora de inconformismo, de insubmissão e esperança, e que faz um vivo apelo a todos os cidadãos para que substituam a descrença, a abstenção e o desinteresse pela confiança na força da sua opinião e na eficácia do seu voto;

- valorize de forma audaciosa, junto das diversas camadas sociais, o vasto **património de propostas, intervenções e acções desenvolvidas pelo PCP** e os resultados positivos por si alcançados (com natural destaque para o valioso trabalho dos deputados do PCP) e afirme o

PCP como uma força responsável, firme e construtiva que quer e, com um reforçado apoio eleitoral, **pode pesar decisivamente na definição de uma nova política e nas soluções políticas e governativas que melhor a garantam;**

- coloque no centro do debate e do esclarecimento eleitorais, e como motivos prioritários da formação da vontade e opções dos eleitores, os reais problemas dos portugueses e do País, as negativas posições e atitudes assumidas em termos concretos pelo PS, pelo PSD e pelo CDS-PP nos últimos anos e a **necessidade e urgência de uma nova política** que entre em ruptura com os eixos essenciais da política realizada e defendida pelo PS e pelo PSD.

### V Para uma política de esquerda

1. O Comité Central do PCP destaca como questão central em debate nas próximas eleições, a natureza e conteúdo da política para o País. E sublinha assim que a mais importante questão a que a próxima eleição deve responder é a de saber se vai continuar uma política de direita, reasumida pelo PS ou retomada pelo PSD, ou se se abre caminho a uma alternativa e uma política de esquerda, pela concretização de um sólido reforço eleitoral do PCP e da CDU.

A política de esquerda que o PCP propõe ao povo português (e que será desenvolvida no seu Programa Eleitoral) assome-se em clara ruptura com a continuada política de direita prosseguida nos últimos 16 anos, pelos governos do PSD e do PS. Distingue-se pelo seu firme compromisso para com os trabalhadores, o povo e o País. Distingue-se pelo conteúdo dos seus eixos estruturantes.

2. Na explicitação do conteúdo da política de esquerda que defende, o Comité Central do PCP indica um conjunto de grandes objectivos estratégicos, orientadores de um programa para responder aos anseios e aspirações dos portugueses, para responder aos défices e estrangulamentos económicos, sociais e políticos, a que a política de direita conduziu o País.

- A política de esquerda que o PCP propõe exige uma economia ao serviço do desenvolvimento de Portugal e do bem-estar dos portugueses. Uma política que defenda a produção nacional e que, recusando a continuação da privatização e liberalização de serviços, empresas e mercados públicos, defenda um sector público forte, dinâmico e eficiente, valorize e apoie o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas, do movimento cooperativo. Exige uma política que desenhe e promova um crescimento económico acelerado e sustentado, liberto das peias do Pacto de Estabilidade e outras imposições externas, na base de um tecido económico de perfil produtivo valorizado, regionalmente equilibrado, e fazendo um uso racional da energia e dos recursos naturais. Exige uma política orçamental diferente, orientada por objectivos de progresso social e de desenvolvimento, de combate a todas as formas de desperdícios e de disciplina rigorosa na concessão de auxílios públicos a interesses privados.

- A política de esquerda que o PCP propõe exige a defesa e ampliação dos direitos sociais, o trabalho com direitos e o emprego de qualidade, um decidido combate às desigualdades e a garantia de

uma mais justa repartição do rendimento nacional. Exige a revalorização dos salários e das pensões, em particular dos mais degradados; a redução progressiva dos horários de trabalho sem perda de direitos adquiridos; o combate à precariedade e a garantia de condições de higiene e segurança no trabalho; a realização da justiça fiscal, prosseguindo o desagravamento dos impostos sobre os rendimentos do trabalho e da actividade produtiva, tributando os rendimentos e mais-valias do capital, promovendo a reforma dos impostos sobre o património mobiliário e imobiliário (imposto sobre a riqueza), e combatendo a especulação financeira, a fraude e a evasão fiscais. Exige a defesa do sistema público e universal de Segurança Social, a recusa dos projectos de plafonamento, o combate à evasão contributiva e o reforço do seu financiamento, a garantia dos direitos adquiridos e em constituição, e a melhoria das prestações sociais. Exige o reforço das medidas de prevenção, tratamento e reinserção social dos toxicodependentes. Exige a concretização do direito das mulheres à igualdade no trabalho e na família, na participação social e política. Exige a defesa dos direitos da maternidade-paternidade. Exige que, em

paralelo com a generalização do planeamento familiar e da educação sexual, seja posto termo à penalização legal do aborto clandestino. Exige uma política activa de apoio às comunidades portuguesas e exige uma política de integração das comunidades imigrantes e o combate ao racismo e à xenofobia.

- A política de esquerda que o PCP propõe exige um País desenvolvido, equilibrado e saudável, o que significa uma persistente e efectiva resposta às assimetrias regionais, um firme combate às agressões ambientais e a uma decidida opção pelo ordenamento do território. Exige uma política de investimentos públicos e políticas ajustadas ao combate à desertificação económica e humana do interior e do mundo rural, ao desordenamento do litoral e às aglomerações urbanas sem qualidade de vida. Impõe a descentralização administrativa e o relançamento do processo de regionalização. Exige o envolvimento e direcção do Estado e da Administração Central numa responsabilidade partilhada pelos cidadãos, autarquias, entidades públicas e privadas, na defesa e preservação do ambiente e dos recursos naturais, na racional ordenação e ocupação do território nacional.

# Comunicado do Comité Central do Partido Comunista Português

• A política de esquerda que o PCP propõe exige a defesa, renovação e reforço dos sistemas públicos para a saúde e a educação, a promoção da cultura e da ciência. Exige a defesa e melhoria do Serviço Nacional de Saúde, na base da regionalização e autonomia, da gestão democrática e mais eficiente das suas unidades, de um novo sistema de financiamento, e a separação clara do que é público e do que é privado. Exige respostas prioritárias às carências de médicos de família, enfermeiros e outros técnicos de saúde, na qualidade e humanização dos serviços, na valorização dos cuidados primários, na resolução das listas de espera, na redução dos custos dos medicamentos e promoção dos direitos dos utentes. Exige, em todos os níveis de ensino, a defesa e aperfeiçoamento de uma escola pública gratuita, democratizada e de qualidade, um decidido esforço financeiro de revalorização da acção educativa e recuperação de atrasos estruturais. Exige a generalização da educação física e a democratização do desporto. Exige a assunção plena do

Estado, com a participação activa da comunidade científica, na promoção das actividades de I&DE e enriquecimento do sistema científico nacional. Exige a resposta à sociedade de informação e uma política cultural que salguarde o património e a identidade do País, projecte e valorize a cultura portuguesa no mundo, coloque o progresso cultural do povo e da sociedade como vector estratégico do desenvolvimento do País.

• A política de esquerda que o PCP propõe exige a defesa e aprofundamento do regime democrático, uma justiça célere e de acesso fácil, a credibilização das funções políticas e instituições públicas, a reforma democrática do Estado e da Administração Pública. Exige um melhor Estado, mais eficiente, aberto e próximo dos cidadãos, empenhado em eliminar a corrupção, o tráfico de influências e as imposições dos grupos económicos, credibilizando a vida pública, a actividade política e o exercício da função pública. Exige descentralizar, regionalizar, desburocratizar e desenvolver

serviços públicos de qualidade, promover os direitos dos utentes e valorizar os trabalhadores da administração pública. Exige reconhecer e fortalecer o papel insubstituível das freguesias e municípios. Exige atribuir às áreas metropolitanas poderes e meios efectivos. Exige medidas visando reforçar a tranquilidade e segurança das populações, o combate resolutivo ao crime organizado e ao tráfico de droga. Exige, no respeito pelo princípio da separação e interdependência dos órgãos de soberania, reforçar os poderes e o papel fiscalizador da Assembleia da República. Exige a frontal rejeição de alterações de sentido antidemocrático às leis eleitorais para a Assembleia da República e para as autarquias. Exige o respeito exemplar das liberdades e direitos dos cidadãos, incluindo o direito à greve, de acção sindical e política na empresa. Exige a promoção e valorização das diferentes formas de associativismo, da democracia participativa e a valorização da cidadania activa como contribuições essenciais para o reforço da intervenção dos portugueses na vida nacional.

• A política de esquerda que o PCP propõe exige um corajoso combate pela paz e cooperação no mundo e uma União Europeia de Estados soberanos e iguais em direitos. Exige uma política patriótica e nacional que assuma a independência e a soberania como valores inalienáveis. Exige uma política activa de e pelo respeito da Carta da ONU e da legalidade internacional, contrariando ingerências e doutrinas que tentem subordinar países e povos, e/ou o condicionar as organizações internacionais aos interesses e ditames dos EUA e de outras grandes potências. Exige a luta pelo desarmamento e pela dissolução da NATO e o compromisso, numa política coerente, de combate ao subdesenvolvimento e por um mundo de cooperação, pacífico e solidário. Exige um empenhado esforço na conquista de um novo rumo para a União Europeia, que concretize os princípios da «coesão económica e social» e da «igualização no progresso das condições de vida e de trabalho» inscritos nos Tratados, no respeito pela igualdade de

direitos dos Estados que a compõem, recusando a via federalista, a redução de poderes e papel dos países mais pequenos, e a lógica de bloco político-militar.

3. Sublinhando que as campanhas eleitorais não se destinam a servir de cenário para negociações entre partidos através da comunicação social, mas a propiciar aos cidadãos um confronto democrático de diversas propostas e projectos, em que sobretudo cada partido dialoga directamente com os eleitores, procurando obter a sua confiança e adesão para as suas propostas, o Comité Central do PCP salienta a enorme importância de a campanha eleitoral do PCP procurar ganhar mais e mais portugueses para a justiça e correspondência com as necessidades nacionais dos grandes eixos que propõe para uma nova política.

4. O Comité Central reafirma que o PCP, em coerência com o seu projecto político e numa atitude completamente diferente da muitas vezes praticada no passado pelo PS, e agora novamente admitida pelo PS para o futuro, rejeita qualquer possibilidade de entendimentos ou alianças de incidência política geral com o PSD e com o CDS-PP, e que não será força de apoio à política de direita, seja ela praticada pelo PSD ou praticada pelo PS.

Entretanto, o Comité Central manifesta a disponibilidade do PCP para, na sequência de resultados eleitorais globais que exprimam a manutenção da direita em minoria na Assembleia da República, examinar com as outras forças democráticas as possibilidades de definição de uma política de esquerda (que signifique uma ruptura com a política até aqui seguida) e de concretização de uma solução governativa em condições de a respeitar, garantir e aplicar.

O Comité Central do PCP sublinha, porém, que é da vontade, opções e votos dos portugueses que depende uma evolução positiva da vida política nacional após 17 de Março, e que só o reforço eleitoral da CDU assegurará um sinal claro de rejeição da política injusta e desgastada que há anos de mais o PSD e o PS impõem ao País, e poderá testemunhar uma forte vontade de mudança.

## VI

# Com uma confiança sustentada no trabalho e na acção

1. O Comité Central do PCP apela a todo o Partido para que se empenhe na construção e desenvolvimento de uma campanha eleitoral marcada por um intenso esforço de proximidade e contacto directo com os eleitores que permita pelo esclarecimento e convencimento afastar as velhas e recorrentes mistificações, afirmar o valor distintivo das nossas propostas e projecto e apresentar o apoio e voto na CDU como condição indispensável para dar força à exigência de uma nova política para Portugal.

2. A realização do Encontro Nacional do PCP sobre as eleições legislativas no próximo dia 27, concebido como um momento de uma ampla participação e debate sobre as principais linhas de orientação política e eleitoral, marca de forma mais decisiva o início de uma muito exigente batalha que envolverá o melhor do esforço e dedicação de milhares de membros de Partido e activistas da CDU.

3. O Comité Central do PCP chama a atenção para a urgente necessidade de, a par do trabalho em curso com vista à ela-

boração das listas de candidatos a apresentar, se proceder em cada região à programação e calendarização de iniciativas que contribuam para a valorização das candidaturas, para a apresentação dos respectivos compromissos eleitorais, para o envolvimento e mobilização de milhares de activistas que a nosso lado intervieram nas últimas eleições autárquicas e para todas as acções de propaganda e esclarecimento indispensáveis para engrossar a corrente dos que vêm no PCP e na CDU uma força necessária e insubstituível para Portugal.

4. O Comité Central do PCP chama vivamente a atenção para que variadas forças e interesses estão fortemente empenhados num enfraquecimento eleitoral do PCP e procuram incutir e generalizar a falsa ideia de que esse enfraquecimento seria inevitável.

O Comité Central apela a uma forte compreensão e a uma desperta consciência por parte dos membros e simpatizantes do PCP, dos eleitores da CDU, de todos os homens e mulheres vinculados aos ideais de esquerda de que um tal enfraquecimento deixaria mais desprote-

gidos todos os que têm contado com a solidariedade e o apoio do PCP para as suas lutas e para a defesa das suas aspirações; tornaria mais arrogante e impune a política de direita desenvolvida pelo PS ou pelo PSD e facilitaria o fortalecimento de entendimentos e compromissos entre ambos; tornaria mais pobre, mais pantanosa e mais corrupta a vida política nacional; abriria caminho a ainda mais descaradas agressões ao interesse público, aos direitos sociais e a componentes essenciais do regime democrático-constitucional como as leis eleitorais; e propiciaria um ainda maior domínio dos grupos económicos sobre o poder político e as instituições democráticas.

5. Com vista à derrota destas profecias e à afirmação em 17 de Março do reforço da CDU, o Comité Central apela à mais vasta mobilização de energias, capacidades e vontades de todo o colectivo partidário e de todos os cidadãos que, ainda que com diferenças de opinião ou reservas neste ou naquele ponto, reconhecem no PCP uma força indispensável da democracia portuguesa, uma força indispensável à defesa e

afirmação dos valores da igualdade, da justiça e do progresso social, uma força de resistência e uma força de construção, uma força com causas, valores e convicções num tempo em que tantos os sacrificam e desprezam, uma força construtivamente empenhada em abrir a perspectiva de uma real alternativa de esquerda em Portugal.

6. Com uma confiança que se sustente sobretudo no trabalho e na acção dos seus militantes e apoiantes, e pela sua acção constante em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo português, pelo valor e resultados do trabalho na Assembleia da República do seu grupo parlamentar (de novo, nos últimos dois anos, o mais activo e produtivo), pelas causas a que, como mais ninguém, dá voz e projecção na sociedade portuguesa, pela coerência e seriedade com que intervém na vida nacional, pelas propostas fundamentadas e viáveis que apresenta para uma nova política — o PCP estará em condições de travar com êxito o difícil, exigente e crucial desafio das próximas eleições legislativas.



## Uma presença em todas as frentes

Um vasto conjunto de outras iniciativas parlamentares mostram ainda claramente a atenção que o Grupo Parlamentar do PCP dedicou aos múltiplos problemas que lhe foram apresentados e o seu empenhamento numa actuação política eficaz e cada vez mais próxima das pessoas.

É isso que explica, por exemplo, que os 15 deputados do PCP, representando apenas 6,5 % do total, tenham apresentado 29% do total de **Requerimentos ao Governo**. Foi assim que, por 1570 vezes, o PCP questionou directamente e por escrito o Governo, sobre questões de toda a ordem, que abrangeram os mais variados sectores e problemas de índole nacional, regional e local.

Por outro lado, o PCP promoveu a realização de 14 **Audições Parlamentares** realizadas pela Assembleia da República. Salientam-se entre outras, as relativas aos «atrasos consideráveis no Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva», «as relações entre o Ministério da Agricultura e as organizações representativas do sector»,

«a situação na TAP», «o não cumprimento da Legislação do Trabalho, o aumento da precariedade das relações de trabalho e as violações dos direitos dos trabalhadores em vários sectores», e «a reforma da OCM das frutas e produtos hortícolas e do arroz». Requerida pelos deputados comunistas foi também, por 24 vezes, a **presença de membros do Governo** na Assembleia da República a fim de esclarecer importantes questões relativas à governação do país. Por iniciativa do PCP realizaram-se, ainda, **9 colóquios, encontros ou debates** que mobilizaram centenas de pessoas e entidades e que permitiram a recolha de importantes opiniões e sugestões que em muito puderam contribuir para a ultrapassagem de problemas e, inclusive, para a elaboração de iniciativas parlamentares, em áreas tão diversas como: «serviços públicos de qualidade e em segurança ao serviço dos cidadãos», «o alcoolismo e os problemas ligados ao álcool», «a administração e gestão das unidades do Serviço Nacional de Saúde», «as associações juvenis e o seu processo de constituição», «a mulher, o desporto e a actividade física», «a metalomecânica pesada e material circulante ferroviário», «a situação dos imigrantes em Portugal», «a distribuição de energia eléctrica em baixa tensão» e «laboratórios do Estado». Correspondendo a inúmeras solicitações e convites e também por sua própria iniciativa, os deputados do PCP, durante a legislatura que agora terminou, efectuaram **130 visitas**, receberam diversas organizações e entidades nas **616 audiências** realizadas e responderam à generalidade das questões formuladas através das cerca de **6000 cartas** recebidas no Grupo Parlamentar.

### Tramitação dos projectos de Lei do PCP

|                           | PJL | %     |
|---------------------------|-----|-------|
| Aprovados em VFG          | 37  | 33,0  |
| Rejeitados                | 20  | 17,9  |
| Retidos na especialidade  | 8   | 7,1   |
| Não agendados             | 47  | 42,0  |
| Total de PJL apresentados | 112 | 100,0 |

## Postura séria e construtiva

O Grupo Parlamentar do PCP pautou a sua intervenção no debate político-parlamentar por uma abordagem séria e objectiva dos grandes problemas e preocupações dos portugueses, das suas iniciativas e lutas sociais.

No Período de Antes da Ordem do Dia, os deputados do PCP promoveram 4 Debates de Urgência, produziram 27 declarações políticas e proferiram 25 intervenções sobre temas políticos de actualidade relevante.

Relativamente aos Debates, figura que PCP continuou a usar com ponderação, deu-se voz às problemáticas que envolveram «o acordo de pescas com Marrocos», «o PROCOM/Urbanismo Comercial», «a prescrição do procedimento criminal» e «a Organização Mundial do Comércio», esta última sob a forma de debate de interesse político relevante.

Na área da fiscalização da acção governativa, o PCP promoveu, em função de limitações regimentais, duas **interpeleções ao Governo**, sobre as seguintes matérias: a «qualidade de emprego, centrada designadamente no combate à precariedade, na defesa dos salários e na efectivação dos direitos laborais», trazendo para o primeiro plano do debate político e da responsabilização do Governo o grave problema do alastramento da precariedade que abrange mais de 650 mil trabalhadores e do não

cumprimento dos direitos laborais e dos salários em atraso; a segunda versou a «política de prestações de serviços de natureza pública visando a qualidade de vida, a segurança das pessoas e a confiança do Estado». Antecedida de audições com dezenas de Comissões de Defesa de Utentes, Trabalhadores e Consumidores, o debate confrontou o Governo com a crescente desresponsabilização do Estado na prestação de serviços públicos de interesse para os cidadãos por via, designadamente, da privatização desses serviços com os consequentes prejuízos para os cidadãos, em áreas tão diversas como os transportes rodoviários e ferroviários, o fornecimento de energia eléctrica ou de gás, as telecomunicações, etc.

Ainda neste âmbito, o PCP apresentou **28 Apreciações Parlamentares**, das quais 5 deram origem a alterações nos diplomas apreciados. Refere-se, pela sua importância, a alteração ao D.L. n.º 54-A/2000, de 7 de Abril, que define a estrutura orgânica do QCAIII e das intervenções estruturais comunitárias relativas a Portugal, que proporcionou um maior nível de fiscalização por parte da Assembleia da República relativamente à execução do QCAIII, bem como uma maior participação dos representantes das autarquias locais. Também em sede de **Orçamento de Estado** o PCP deu voz às necessidades

e anseios das populações através de variadas propostas apresentadas no sentido de inserir medidas de correcção e justiça social.

Ao longo da Legislatura, as propostas de alteração aos Orçamentos de Estado abrangeram áreas tão diversificadas como as Finanças Locais, actualização das pensões de invalidez e velhice do regime geral, remunerações e pensões degradadas da Função Pública, saúde, educação, deficientes, entre outras. A justiça e equidade fiscais foram áreas cuja abordagem mereceu principal atenção, tendo sido propostas várias alterações aos códigos do IRS, IRC, Benefícios Fiscais, etc., onde podemos destacar a tributação das mais valias, «off-shore's», tributação dos dividendos de acções e deduções do trabalho dependente.

Importante é igualmente destacar a postura séria e construtiva demonstrada pelo Grupo comunista ao longo de toda a Legislatura, apoiando outras propostas, designadamente do Governo, sempre que estas, pelo seu conteúdo positivo, justificavam ser aprovadas. Num conjunto de 97 iniciativas, a bancada comunista viabilizou 45, 27 das quais com o voto favorável e 18 com a abstenção. Por isso, como sublinha o documento distribuído aos jornalistas, «o PCP pode afirmar que o «bota abaixo» não é consigo.

## As Leis que o PS não quis

O PS, sozinho ou com a participação da direita parlamentar, PSD e PP, impediu que numerosas propostas do PCP chegassem a Lei. Fez gorar a possibilidade de se aprovarem outras tantas medidas positivas para enfrentar e corrigir problemas, deficiências, injustiças várias da sociedade, que o PCP quis modificar.

A política de esquerda que o PS adiou ou impediu passava pela aprovação de diplomas que o PCP subscreveu, como o aumento do salário mínimo nacional; o combate à precariedade no emprego, através do Regime jurídico do contrato de trabalho a termo; a gratuidade dos manuais escolares para a frequência da escolaridade

obrigatória; a valorização e actualização do passe social intermodal nos transportes colectivos de passageiros; a revisão do regime jurídico da reparação dos acidentes de trabalho e doenças profissionais, procedendo à revalorização das pensões, ao aumento do capital de remição e à melhoria de outras prestações; a Lei-Quadro do Associativismo Juvenil; as medidas de reestruturação fundiária propostas para a área do Alqueva.

Rejeitadas foram ainda outras propostas apresentadas pelo PCP, como foram as respeitantes à actualização das pensões degradadas da função pública; ao subsídio de desemprego aos docentes

contratados dos estabelecimentos de educação e ensino públicos; ao regime especial para jovens no acesso a serviços de transporte, saúde e cultura; à Lei-Quadro do Ensino Superior; à criação dos Institutos Regionais; à criação do Observatório da Justiça; às condições de participação na vida escolar dos pais e encarregados de educação; ao licenciamento de obras, loteamento e empreendimentos; ao regime jurídico dos loteamentos e construções; à regularização de cidadãos estrangeiros indocumentados; ao regime de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional; ao regime disciplinar das federações desportivas.

# Sector Público em perigo

● Fátima Garcia

Nunca Lisboa foi tão referida como agora nos documentos da União Europeia. Quase não há documento da Comissão, do Parlamento ou do Conselho que não a mencione.

Mas acalmem-se aqueles que pensam que, tratando-se da divulgação da nossa bela cidade, do seu sol e luminosidade, ou que se tratará de divulgar o bom trabalho feito pela Coligação que a governou até há tão pouco tempo, receiam ver a nossa capital invadida por bandos de eurocratas desejosos de fugir da chuva e do céu cinzento de Bruxelas. Antes o fosse. Porém, trata-se de referir, apenas, o que de pior foi aprovado pelo Conselho Europeu na, precisamente, Cimeira de Lisboa: o desenvolvimento e consolidação do processo de modernização e de liberalização da economia europeia -

resulta em melhoria da qualidade dos serviços prestados, é uma mentira descarada e quanto ao custo mais acessível, isso ainda está por provar. Quanto à garantia das condições e postos de trabalho, pouco ou nada se diz, mas conhecemos as consequências desta política.

## É necessário alargar a luta

Em Portugal, é verdade que os trabalhadores destes sectores não têm dado tréguas aos diferentes governos na sua luta contra as privatizações. Mas, a procissão ainda está no adro. O que está na forja pode levar a que dentro de alguns anos nada reste do sector público. E esta medida não afectará apenas os trabalhadores directamente envolvidos. Toda a população sofrerá as consequências, e é tempo que disso se aperceba e

comece a colocar algumas questões. Afinal qual é o objectivo da liberalização e a quem serve? Se as empresas privadas podem prestar bons serviços a melhores preços, porque não o podem fazer as empresas públicas? Será que apenas no sector privado há bons gestores e os outros são todos umas nulidades? O problema resulta do estatuto da empresa ou das orientações políticas dos seus dirigentes? Como é que se pode «obrigar» uma

empresa privada a ter como critério a coesão social e territorial do país (principalmente se esta estiver na mão de capitais estrangeiros)? Por que vamos pagar ao sector privado, como forma de compensação, a prestação de serviços públicos que hoje já temos? Por que é que um trabalhador quando comete uma «gafe» é sancionado e os gestores que levam as empresas públicas à falência nada sofrem?

Não pensemos, contudo, que se trata de uma fatalidade que nos vai cair em cima. Muito se pode fazer antes que o clube dos 15 ministros se sente à volta da mesa para aprovar estas medidas.

E não estamos sós. Tal como em Portugal, em vários países da União Europeia os trabalhadores lutam contra estas orientações. E apoiando-se nesta luta, o Parlamento Europeu vem adoptando medidas que, embora não sendo exactamente as que nós gostaríamos mas as que temos conseguido com a nossa intervenção, têm obrigado o Conselho a ir mais devagar do que aquilo que esperaríamos.

Em Março próximo, a Cimeira de Barcelona fará um balanço das medidas da Cimeira de Lisboa. E em Portugal haverá eleições. Será bom que os portugueses exijam dos outros partidos um compromisso claro quanto à defesa destes sectores no seio da União Europeia. Pelo nosso lado, poderão estar tranquilos: não nos pouparemos.

Parlamento Europeu recusa proposta da Comissão de «privatizar» recursos pesqueiros

## Política errada

Um relatório aprovado pelo Parlamento Europeu aponta grandes insuficiências ao Livro Verde sobre as pescas da Comissão Europeia e lamenta que esta mantenha inalterada a sua política.

O documento, que teve o voto favorável dos eurodeputados do PCP, censura a Comissão de se limitar a introduzir pequenas alterações na política de pescas em vez de propor uma reforma de fundo.

De entre as omissões do Livro Verde, os eurodeputados destacam o papel da pesca industrial, orientada para o fabrico de farinha e óleo de peixe, actividade que reputam de incontrolada e nociva no mau estado actual dos recursos.

Ilda Figueiredo mostrou-se satisfeita por o relatório aprovado ter incluído algumas das propostas do PCP, salientando, no trabalho preparatório, a visita efectuada a Portugal e o debate realizado em Lisboa com representantes dos diversos intervenientes neste sector económico estratégico.

A deputada comunista sublinhou em particular o facto de o relatório «rejeitar qualquer proposta de instauração de um sistema de quotas individuais ou de quotas individuais trans-

feríveis ao nível da União», considerando que tal medida traduzir-se-ia «na privatização dos recursos haliêuticos e na concentração/verticalização das capturas com

consequências negativas ao nível socioeconómico e ambiental».

Igualmente importante é a rejeição assim assumida pelo Parlamento Europeu da proposta da Comissão de reduzir as ajudas estruturais ao sector, defendendo por outro lado uma redistribuição equitativa das mesmas.

O PE insistiu na dimensão social da pesca, propondo

neste sentido uma harmonização das condições de emprego e a elaboração de um estatuto para os pescadores, a par do controlo acrescido das condições de segurança e de higiene por parte das agências europeias competentes.

Ilda Figueiredo destacou ainda a aprovação da proposta de criação de um programa comunitário específico de apoio à pequena pesca costeira e artesanal, a defesa do respeito do princípio da preferência comunitária, bem como da manutenção do actual regime de utilização exclusiva da faixa costeira das 6-12 milhas, embora neste aspecto, a deputada do PCP tenha defendido a sua extensão até às 24 milhas e, no caso das regiões ultraperiféricas, pelo menos até às 50 milhas. Lamentavelmente, estas propostas não foram aceites, tendo acontecido o mesmo com as indemnizações compensatórias para a indústria das conservas e a flexibilidade anual de revisão para os TAC (Totais Autorizados de Capturas) plurianuais.



leia-se liberalização de sectores fundamentais à garantia de prestação de serviços públicos em condições de igualdade de acesso para toda a população.

Como já tive ocasião de referir, estão em cima da mesa alguns dossiers importantes: correios, transportes de passageiros, serviços portuários, gás e electricidade, etc. As razões apresentadas, até à exaustão, para a necessidade da abertura à concorrência destes sectores, são sempre as mesmas: melhor qualidade do serviço a preços mais acessíveis. É uma autêntica lavagem ao cérebro dos mais desatentos. Porque, na realidade, quem tem olhos para ver e cabeça para pensar, facilmente constata que estes argumentos não passam de «desculpas de mau pagador» e muito pouca vergonha daqueles que o afirmam.

São sobejamente conhecidas as consequências da liberalização dos caminhos-de-ferro no Reino Unido - vários acidentes provocados, no essencial, pela falta de manutenção do material circulante.

Da liberalização dos serviços de correio na Suécia - encerramento de postos instalados em regiões mais remotas e menos rentáveis. Os atrasos nos transportes aéreos provocados pelo excesso de tráfego devido à proliferação de novas companhias. Mas, mesmo em Portugal, temos a experiência dos «apagões» e das dificuldades nas telecomunicações. Portanto, dizer que a liberalização

## Produção industrial em queda acentuada

O impacto da crise económica tornou-se bem visível no índice de produção industrial dos 12 países da zona euro, que registou uma baixa de 0,8 por cento no passado mês Novembro. Em relação ao ano anterior, a descida é ainda mais dramática atingindo um valor global de 4,3 por cento, ou seja, a maior quebra dos últimos oito anos.

Os dados divulgados na segunda-feira pelo gabinete de Estatística Europeia (Eurostat) mostram que, em comparação com o mês de Outubro, as maiores quedas verificaram-se em Itália (2,6%), Bélgica (2,1%) e Espanha (2%).

A diminuição progressiva e quase generalizada da produção industrial na zona euro desde Setembro reflecte-se directamente no nível de criação de riqueza. Segundo estimativas da Comissão Europeia, os países que integram a moeda

única podem em consequência sofrer uma regressão de 0,3 por cento, no crescimento do produto interno bruto no último trimestre de 2001, que não deverá ir além de 0,1 por cento.

Se tomarmos o conjunto dos 15 países da União Europeia, a quebra é de 0,6 por cento, em Novembro e, comparada com o mesmo período do ano anterior, de 4,2 por cento.

Durante o ano de 2000, a produção industrial cresceu de forma continuada, tendo começado a cair a partir de Dezembro do mesmo ano. E se em Agosto de 2001 recuperou 1,3 por cento, a tendência de baixa foi retomada logo em Setembro (-0,6%), agravando-se em Outubro (-1,4%).

Os dados de Novembro mostram ainda que a descida da produção atingiu sobretudo os bens consumo perecíveis (1,1%), de investimento (1,1%) e duradouros (0,6%). O sector

energético manteve-se estável com uma alta de 0,1 por cento.

Para além dos países acima referidos, sofreram ainda quebras a Alemanha (1,6%) e o Reino Unido (0,3%). Não obstante, verificaram-se subidas em Portugal e na Irlanda, ambos com 2,3%, e na Holanda (2,2%).

Em relação ao ano anterior, a quebra da produção de bens de consumo duradouros (8,3% na zona euro e 7,2% na UE) teve efeitos dramáticos no índice de produção da maioria dos países. As estatísticas revelam quebras fortes na Bélgica (-9,9%), Irlanda (-7,9%), Itália (-5,7%), Espanha (-4,7%), Finlândia (-4,7%), Alemanha (-4,5%), Reino Unido (-4,5%) e França (-1,9%). Só o Luxemburgo (4,6%), Portugal (2,8%) e Dinamarca (2,4%) registaram aumentos em Novembro de 2001 em relação a idêntico período do ano anterior.

## Conselho da Europa admite membro

A Assembleia parlamentar do Conselho da Europa pediu na terça-feira ao comité de ministros, por esmagadora maioria (105 a favor, um contra e seis abstenções), que admita a Bósnia-Herzegovina como 44.º estado-membro, com uma delegação de cinco parlamentares.

Os parlamentares, apesar de preocupados com a «fraqueza do Estado», dividido entre as três etnias constitu-

tivas do país, deram o seu aval à Bósnia-Herzegovina, que se comprometeu a respeitar uma longa lista de condições.

Recorde-se que este processo foi iniciado em Janeiro de 1994, quando a Bósnia-Herzegovina obteve o estatuto de «convidado especial» do Conselho da Europa. Só dois anos mais tarde, em Dezembro de 1995, com a assinatura, em Paris, dos

acordos de Dayton, teve fim o conflito de quase quatro anos entre muçulmanos, croatas e sérvios. O Estado nascido destes acordos é composto por duas entidades, a Federação croato-muçulmana e a Republika Srpska (sérvia), sob a protecção das Nações Unidas, com um alto representante nomeado pelo Conselho de Segurança para fiscalizar a aplicação dos acordos.

## Portugal com atraso de seis meses

Portugal está a falhar há seis meses a transposição de uma lei europeia sobre qualidade do ar, que estabelece limites para a emissão de poluentes que podem ser nocivos para a saúde humana e ambiente. A directiva comunitária devia ter sido transposta para a legislação nacional até ao dia 19 de Julho, o que ainda não aconteceu.

A lei comunitária estabelece valores-limite e limiares de alerta à população para as concentrações de alguns poluentes como o dióxido de enxofre, dióxido de azoto, óxidos de azoto, partículas e chumbo no ar.

Desde o dia 19 de Julho que a Comissão Europeia obriga Portugal, e os outros Estados-membros, a ter estações de monitorização da qualidade do ar nos aglomerados urbanos (zonas com mais de 250 mil habitantes).

Contudo, aglomerados como Braga, Aveiro, Vale do Ave, Portimão e Albufeira ainda estão sem estações de monitorização para determinados poluentes referidos na lei europeia. Estudos epidemiológicos têm vindo a associar o aparecimento de doenças como asma, bronquite e enfisema pulmonar com os teores de partículas em suspensão no ar. A legislação europeia estabelece como limite os 50 miligramas por metro cúbico de partículas emitidas durante um ano.

No entanto, entre Julho e Setembro do ano passado (já com a directiva comunitária em vigor), a zona da Avenida da Liberdade em Lisboa tinha já excedido cerca de 30 vezes os limites impostos.

## Tribunal Europeu saturado

A actividade do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem aumentou cerca de 30 por cento no ano passado, em relação ao ano anterior, revelou na segunda-feira em conferência de imprensa o seu presidente, Luzius Wildhaber. «Foram pulverizados todos os recordes», resumiu Wildhaber, visivelmente cansado de alertar, ano após ano, para a saturação daquele órgão, que só em 2001 registou 13.858 requerimentos. A solução, afirmou tem de passar pelo reforço dos recursos financeiros e humanos.

O Comité de Ministros (órgão executivo do Conselho da Europa) deverá pronunciar-se sobre um projecto de recrutamento de 132 pessoas, entre as quais 76 juristas, de 2003 a 2005.

A Turquia, com 3.142 processos em suspenso, fornece o maior número de casos à espera de decisão actualmente, à frente da Itália (2.100), seguida agora pela Rússia (2.004), França (1.570) e Polónia (1.525).

# Comissão Europeia faz pressão Ordem para liberalizar

**A Comissão Europeia quer acelerar a abertura a privados do caminho de ferro em toda a União Europeia e ameaça impor à força a liberalização do sector do gás e electricidade, que são ainda monopólios estatais na França e Alemanha.**

No final da semana passada, o comissário da Concorrência advertiu de que se não houver acordo durante a presidência espanhola, Bruxelas irá «forçar o processo» de liberalização do gás e electricidade. O recado dirige-se em especial à França e ao seu todo poderoso monopólio energético, Electricité de France (EDF), e à Alemanha. Estes são de facto os dois únicos países que não têm mostrado vontade de respeitar o calendário de liberalização proposto pela Comissão (2003 para a electricidade a empresas, 2004 para gás industrial e 2005 para os consumidores domésticos).

Ao dar este ultimato, a Comissão mostra-se disposta a fazer valer o Tratado da União que lhe confere poderes para abrir os mercados, mas já ofereceu em troca mais flexibilidade quanto ao prazo de liberalização do mercado doméstico de gás e electricidade.

Entretanto, o recado já surtiu efeitos na França, com o número um da electricidade europeia, a EDF, anunciou recentemente uma reestruturação com vista a obter maior rentabilidade e preparar o grupo para enfrentar a concorrência. Este anúncio foi feito alguns dias depois de o ministro da Economia, Laurent Fabius, s ter pronunciado a favor de uma maior abertura do capital nas grandes empresas do Estado, entre as quais citou a EDF. No entanto, e por agora, o governo francês assegura que o

Estado continuará a deter uma participação maioritária nas empresas públicas. Este tema sensível entre os franceses, que prezam os seus serviços públicos, já está de resto no centro do debate político em França, quando o país se prepara para eleições presidenciais e legislativas.

## Gás, electricidade e transporte de mercadorias por via férrea são os sectores atingidos

### Ferrovia para privados

Esta semana, por iniciativa da comissária dos Transportes, Loyola de Palacio, a Comissão Europeia anunciou uma série de medidas para acelerar a abertura dos caminhos de ferro na UE. Bruxelas quer dar o primeiro passo no transporte de mercadorias por ferrovia propondo para isso que até 2008 seja garantido o acesso da rede ferroviária

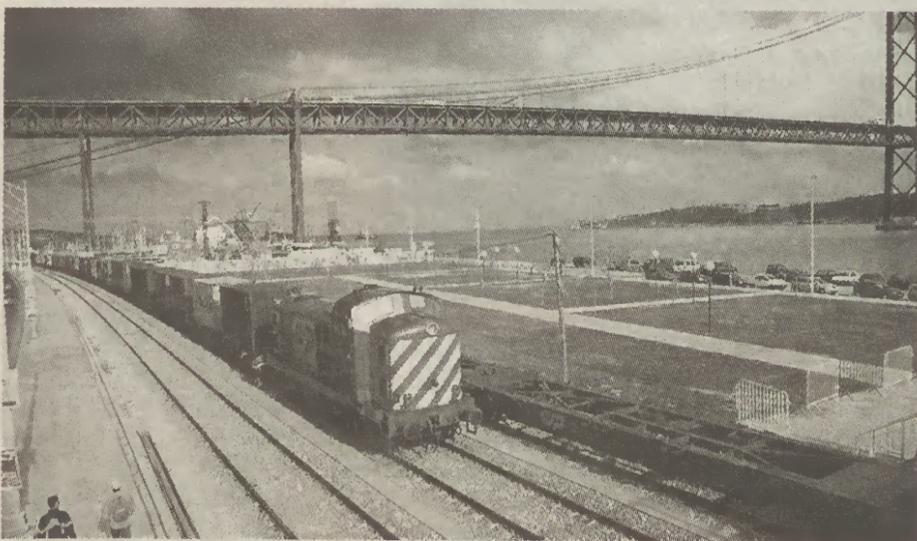
nacional e internacional a qualquer operador privado. Contudo, o executivo comunitário não esconde que o seu objectivo final é a liberalização no futuro do transporte ferroviário de passageiros.

Enquanto prepara este primeiro passo, a Comissão fala no declínio do transporte de mercadorias por ferrovia, alega que os camiões estão a ganhar terreno num mercado que não pára de crescer, a um ritmo de três por cento ao ano, tendo transportado em 1999, quase três mil toneladas por quilómetro. Por seu lado, o caminho-de-ferro tem-se mantido à margem desta explosão do transporte de mercadorias, representando apenas oito por cento do total, contra 21 por cento nos anos 70. A quota de mercado rodoviário cresceu neste período de 31 por cento para 44 por cento.

Revelando agora grande urgência em alterar este estado de coisas, a Comissão diz-se alarmada com o incremento dramático do tráfico rodoviário e as suas consequências ambientais. A única solução, afirma, é dinamizar o sector já que «o proteccionismo impede a ferrovia de competir com os meios de transporte».

Mas se os efeitos do crescimento do tráfico rodoviário são para todos evidentes, fica por explicar por que ao longo de décadas a Europa comunitária financiou fortemente a construção de infra-estruturas rodoviárias relegando ao esquecimento e à degradação muitas das vias férreas, que certamente não irão ser melhoradas pela mera privatização.

Aliás, com a perspectiva da liberalização, a Comissão avançou em paralelo com a criação de um Agência Ferroviária Europeia. Este organismo tem como missão dirigir e coordenar os trabalhos relacionados com a segurança dos comboios e com a interoperatividade das redes ferroviárias, áreas onde irá prestar assessoria junto da Comissão Europeia e dos Estados-membros. Visto como um dos elementos fundamentais da proposta que a vice-presidente da Comissão Europeia, e titular da pasta dos Transportes e Energia, Loyola de Palacio, ia apresentar ontem, quarta-feira, a Agência terá um orçamento anual equivalente a 0,6 por cento dos gastos anuais da UE em projectos ferroviários (cerca de 2.600 milhões de euros por ano).



Privatização do caminho-de-ferro. O transporte de mercadorias é apenas o primeiro passo

## Presidência da UE com novas regras

O Conselho da União está a preparar um documento que será apresentado, já no próximo mês de Março, que preconiza uma profunda alteração nos sistema de presidência rotativa da UE.

O novo sistema parte do pressuposto que com o alargamento a partir de 2004, nem alguns dos pequenos países (por exemplo Malta ou Chipre) têm capacidade para assegurar a presidência, nem os grandes estão dispostos a esperar 14 anos pela sua vez, numa Europa com 27 ou mais estados membros.

Nesta óptica, o Conselho prevê outras opções, uma das quais seria a formação de presidências conjuntas de maior duração, dois ou três anos, formadas por uma combinação de três ou quatro países, em que se salvaguardaria um equilíbrio entre zonas geográficas e

entre países grande e pequenos.

O documento, referido pelo diário espanhol «El País», será apresentado pelo secretário-geral do Conselho, Javier Solana, na Cimeira de Barcelona, mas para ser aplicado será necessário rever o Tratado da União, processo que só está previsto para 2004. Até lá, a Convenção, criada na última cimeira de Laeken, funcionará durante cerca de um ano e as suas conclusões serão discutidas pela Conferência Intergovernamental, na qual os representantes dos governos dos Quinze terão a última palavra.

### Super conselho

Entretanto, o governo britânico está a ponderar a apresentação de uma proposta de cria-

ção de um órgão decisório na União Europeia (UE) constituído unicamente pelo Reino Unido, França e Alemanha.

Segundo o jornal «Financial Times», na sua edição de segunda-feira, o objectivo é criar um órgão semelhante ao Conselho de Segurança da ONU, o que implicaria o reconhecimento daqueles três países como as maiores potências dentro da UE.

O plano britânico prevê a criação de uma secretaria geral permanente que presida aos Conselhos Europeus, em vez do actual regime de presidência rotativa entre os 15 estados membros. O órgão proposto presidiria também às reuniões dos vários Conselhos de Ministros da UE.

O modelo é semelhante ao do Conselho de Segurança da ONU, que conta com cinco membros permanentes (Estados Unidos, França, Reino

Unido, China e Rússia), sendo os restantes dez lugares do organismo ocupados rotativamente pelos países membros das Nações Unidas.

Esta proposta foi de imediato criticada pela Comissão Europeia, que a considerou contrária ao espírito do Tratado. «Na nossa concepção, que é a do tratado e que é também a da União, nenhum Estado membro é «mais igual do que outro», declarou no mesmo dia Jonathan Faull, porta-voz do presidente da CE, Romano Prodi.

A notícia acabou no entanto por ser desmentida pelo gabinete do primeiro ministro britânico. «A versão polida é: não reconhecemos essa inofensiva. Isso não é verdade», afirmou o porta-voz do primeiro-ministro Tony Blair. Interrogado sobre a versão menos polida, o porta-voz respondeu: «não me tentem».

## Açores e Madeira na rede Natura

As regiões autónomas dos Açores e da Madeira estão incluídas na lista comunitária de locais de importância ambiental da rede «Natura 2000». A lista corresponde à região biogeográfica da Macaronésia, uma das seis existentes na União Europeia (UE) e que abrange os dois arquipélagos portugueses e ainda as espanholas ilhas Canárias.

Portugal e a Espanha têm agora seis anos para pôr em prática as medidas necessárias à protecção e gestão dos chamados «Sítios de Importância Comunitária» fixados pela Comissão, passando a então a chamar-se «Zonas Especiais de Conservação» (ZEC). Ao todo, as autoridades de Lisboa e Madrid propuseram 208 SIC, onde existem habitats naturais e com espécies animais e vegetais raras ou em risco de extinção, abrangendo 3.487 quilómetros quadrados de terra firme e 1.848 quilómetros quadrados de zonas marinhas - correspondendo a um total de 34 por cento do espaço terrestre dos arquipélagos. A criação da rede «Natura 2000» visa proteger as duas centenas de habitats naturais e as mais de 600 espécies animais e vegetais raras ou ameaçadas de extinção que foram identificadas na UE.

## Assembleia parlamentar elege líder

O social-democrata austríaco Peter Schieder foi eleito por unanimidade, na segunda-feira, presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, em substituição do trabalhista britânico Lord Russell-Johnston. O político austríaco foi o único candidato entre os 301 parlamentares dos 43 Estados-membros da organização pan-europeia. Schieder, antigo jornalista de 60 anos que prometeu trazer «ideias frescas» ao organismo europeu criado em 1949, definiu como prioridades a ampliação da organização, o reforço dos mecanismos de acompanhamento dos compromissos assumidos pelos Estados-membros e o aumento da cooperação com outros organismos internacionais.

No seu discurso perante a Assembleia, propôs a realização de uma terceira cimeira de chefes de Estado e de governo, depois das de Viena (1993), e Estrasburgo (1997), num dos novos países membros do Conselho da Europa, para confirmar o «compromisso comum em favor dos valores da organização mediante uma lista de objectivos claros, sólidos e concretos».

## Violência em Marrocos

Cinco jovens marroquinos ficaram feridos na passada quinta-feira em Rabat quando a polícia dispersou uma manifestação de universitários licenciados, que se encontram desempregados há vários anos. No dia anterior, as forças policiais de Rabat dispersaram também com violência outra manifestação de 200 jovens universitários desempregados, realizada frente ao Parlamento. Em 14 de Novembro último, uma dezena de jovens universitários ficaram igualmente feridos após a intervenção violenta das forças de segurança para dispersar outra manifestação também frente ao Parlamento, em Rabat.

## Tortura no Brasil

O SOS Tortura, organismo do Ministério de Justiça do Brasil, recebeu 803 denúncias de tortura desde a sua abertura há dois meses, revelou na passada semana o jornal Folha de S.Paulo. O matutino acrescenta que 57 por cento das denúncias (cerca de 400) apontam que as torturas são praticadas por polícias civis (30,6 por cento) e militares (26,7 por cento). Trata-se da primeira vez que são divulgados por uma instituição governamental dados sobre a tortura no Brasil. A tortura é considerado crime no Brasil desde 1997 mas, de acordo com um levantamento do Ministério Público Federal, até ao final de 2001, apenas 12 das 509 denúncias feitas foram julgadas e levaram à condenação dos visados.

## Mortes em Angola

Doze pessoas morreram na passada semana na sequência de um ataque da UNITA na estrada que liga a localidade de Nêzaji a Sachionga, na província angolana da Lunda-Norte. A viatura em que seguiam as vítimas foi atacada e posteriormente carbonizada. As vítimas foram enterradas numa vala comum, perto do local do ataque, devido ao estado de decomposição dos corpos. O ataque ocorre numa altura em que as autoridades governamentais prevêem repor a 4 de Fevereiro a administração estatal em três municípios e seis comunas da Lunda-Norte, as últimas que ainda estavam sob controlo da UNITA, nomeadamente os municípios de Cuilo, Caungula e Lubalo.

## Confrontos na Índia

Cerca de 16 pessoas foram mortas e cinco outras ficaram gravemente feridas devido a um ataque lançado, terça-feira, pelos separatistas no Estado indiano de Assam. «Cerca de 30 ou 40 militantes do NDFB pesadamente armados cercaram a aldeia, fizeram os habitantes sair das suas casas, puseram-nos em fila e abateram-nos com a extremidade das suas espingardas», afirmou um oficial da polícia.

EUA acusados de desrespeitar os mais elementares direitos humanos

# Imagens polémicas

**As imagens que chegam de Guantanamo, onde os EUA detêm prisioneiros talibã e da al-Qaeda, estão a indignar as organizações de defesa dos direitos humanos de todo o mundo.**

«Acabe com esta brutalidade em nosso nome, senhor Blair.» O apelo foi feito segunda-feira pelo jornal inglês *Mirror*, em protesto pelas condições de prisão de alegados membros da Al-Qaeda e do regime talibã que governou o Afeganistão.

As fotografias chocantes permitidas pelos militares americanos na base de Guantanamo, em Cuba, para onde foram transportados os prisioneiros, provocou celeuma entre os governos de Londres e Washington e a crítica unânime de organizações internacionais como a Cruz Vermelha e a Amnistia Internacional. As imagens mostram os detidos ajoelhados, acorrentados e privados dos sentidos de vista, audição, olfacto e tacto.

A preocupação do governo britânico com os prisioneiros de Guantanamo está associada ao facto de três deles serem britânicos. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Jack Straw, voltou a apelar às autoridades norte-americanas que tratem os homens, acusados de ser talibã ou membros da Al-Qaeda,

«humanamente, de acordo com a lei regular». «A posição do governo britânico é que os prisioneiros devem ser tratados de forma humana e de acordo com o Direito Internacional», afirmou Straw.

**Ascende a 144 o número de prisioneiros detidos em Guantanamo**

O secretário da Defesa dos EUA, Donald Rumsfeld, justificou os métodos utilizados dizendo tratar-se do tratamento adequado para os prisioneiros. «Não temos qualquer dúvida de que é humano e que se cinge, na sua maior parte, à convenção de Genebra.» Rumsfeld acrescentou ainda tratar-se de «terroristas duros, incondicionais e bem treinados», pelo que é injusto sugerir que são maltratados.

Com a chegada, no domingo, de 34 novos prisioneiros, ascende a 144 o total de alegados talibã e membros da Al-Qaeda detidos pelos Estados Unidos em Guantanamo.

**Tribunal civil para americano**

Entretanto, John Walker Lindh, o único norte-americano detido por lutar ao lado

dos talibã, não será julgado juntamente com os restantes prisioneiros talibã e da Al-Qaeda. O procurador-geral dos EUA, John Ashcroft anunciou que Walker será julgado por um tribunal civil.

John Walker foi acusado pelo Tribunal Distrital de Alexandria, Virgínia, de quatro crimes, o pior dos quais, conspiração para matar cidadãos norte-americanos fora dos EUA, punível como uma pena de prisão perpétua. Walker é ainda acusado de fornecer material e recursos às organizações terroristas Al-Qaeda e Harakat ul-Mujahideen e de estar envolvido em transacções proibidas com os talibã.

John Walker Lindh está sob custódia de militares norte-americanos desde Dezembro, na sequência de uma tentativa de levantamento numa prisão de Mazar-i-Sharif, onde morreu um agente da CIA.

**Amnistia ataca EUA**

A Amnistia Internacional (AI) acusou na passada semana os Estados Unidos de deterem «num limbo legal» os membros da rede terrorista Al-Qaeda, concentrados na base norte-americana de Guantanamo, em Cuba.

A AI sublinha que «os Estados Unidos têm obrigação, com base no direito internacional,



Os prisioneiros são vistos ajoelhados perante os seus carcereiros, com os pés e mãos amarradas, olhas vendados e uma máscara que cobre nariz e boca

de garantir o respeito pelos direitos do Homem a qualquer detido, nomeadamente de os tratar humanitariamente qualquer que seja a natureza dos crimes que supostamente tenham cometido».

Sobre as condições de transporte e detenção dos detidos, a AI manifesta a sua preocupação quanto a tratamentos impróprios que lhes teriam sido aplicados, insurgindo-se, nomeadamente, contra o facto

de terem sido «acorrentados, encapuçados e de lhes terem sido aplicados calmantes», durante a sua transferência do Afeganistão para Cuba.

«Os tratamentos degradantes de prisioneiros constituem uma violação flagrante ao direito internacional, sem justificação em qualquer circunstância», diz a Amnistia, fazendo ainda alusão ao espaço que lhes é reservado: celas com 4,3 metros quadrados.

# Desemprego sobe na Alemanha e no Reino Unido

Segundo dados oficiais publicados na passada semana pelo Departamento Federal do Trabalho da Alemanha, no mês de Dezembro registaram-se **3 963 mil** desempregados, mais 174 mil do que no mês anterior. A taxa de desemprego subiu para 9,6 por cento, um aumento homólogo de 0,3 por cento.

O desemprego crescente é motivo de preocupação para o governo de coligação SPD/Verdes, tanto mais que o director do departamento, Bernhard Jogoda, advertiu que, em Janeiro, será superada a marca de quatro milhões de trabalhadores desempregados.

Entretanto, vários sindicatos anunciaram já o «fim da

moderação salarial», e exigem aumentos substanciais. É o caso do sindicato de engenharia e metalurgia, IG Metall, que em Dezembro recomendou as secções regionais uma reivindicação de 7 por cento.

Há dois anos, através da Aliança de Trabalho entre o governo, patronato e sindicatos, o governo obteve a moderação salarial a troco da promessa patronal de criar novos postos de trabalho. Agora verifica-se o oposto: as empresas despedem milhares de trabalhadores, e o aumento do desemprego é constante desde o mês de Agosto.

No Reino Unido, após uma subida de 3200 pessoas

durante o mês de Dezembro, o número de desempregados situa-se agora nos **963,5 mil**, segundo informou o Instituto Nacional de Estatística britânico.

Desde 1992, ano em que o Reino Unido atravessou uma recessão, que não se assistia a uma aumento do número de desempregados durante três meses consecutivos.

**Greve do sector aéreo em Itália**

Os sindicatos italianos querem que o governo italiano tome medidas para apoiar o sector e para impedir os despedimentos. Estas são as principais

razões que levaram à convocação de uma greve, sexta-feira, que afectou todo o tráfego aéreo normal em território italiano.

Fausto Cereti, presidente da Alitalia (empresa pública italiana de transporte aéreo), avançou com o número de 300 voos anulados.

Já está marcada uma nova greve para 30 de Janeiro, em que os três grandes sindicatos do sector (Cgil, Cisl, Uil) apelam para uma greve nacional, de quatro horas para os transportes aéreos, marítimos e ferroviários, para marcar oposição ao projecto de reforma do governo chefiado por Silvio Berlusconi e atrair a atenção para a grave crise do sector.

**Despedimentos no sector automóvel**

Os construtores de automóveis preparam-se para despedir trabalhadores como forma de reduzir os custos.

A General Motors, o maior construtor a nível mundial, já anunciou uma redução de 10 por cento nos postos de trabalho na América do Norte, enquanto que na Europa serão despedidos cerca de seis a sete mil trabalhadores. A Ford anunciou também o despedimento de 35 mil pessoas em todo o mundo.

A crise afecta também os fornecedores de equipamentos para veículos. A Valeo revelou na passada semana que vai despedir cinco mil trabalhadores, o que corresponde a sete por cento dos seus efectivos mundiais.

## China acusa EUA de espionagem

A China acusa os EUA de colocar microfones num Boeing destinado ao presidente chinês. A notícia, divulgada há dias nos diários *The Washington Post* e *Financial Times*, ameaça perturbar a cimeira que a 21 de Fevereiro deverá juntar em Pequim Jiang Zemin e George W. Bush.

No aparelho, agora prati-

camente desmantelado e inutilizado, foram encontrados 27 sofisticados microfones: estavam por todo o lado, escondidos na casa de banho, no forro dos assentos, na própria cama destinada a Zemin...

As empresas envolvidas negam qualquer responsabilidade. Quanto à CIA, não se pronuncia.

## Confrontos em Belfast

Jovens católicos e protestantes voltaram a entrar em confronto, no domingo, em bairros do Norte de Belfast. Foram lançados cocktails Molotov contra os veículos blindados da polícia e contra os bombeiros, que tentavam extinguir um incêndio numa casa de Whitewell Road, um bairro popular do norte da cidade.

Sexta-feira, milhares de pessoas concentraram-se no centro de Belfast para denun-

ciar a violência sectária e as ameaças paramilitares. Vários sindicatos, nomeadamente dos bombeiros, dos artistas e da maioria das administrações, responderam à convocatória, apresentando-se na manifestação.

Funcionários dos sectores público e privado foram convidados pelo congresso de sindicatos para tirar meio dia de folga em memória do carteiro católico Daniel McColgan, que foi

morto por um grupo armado protestante.

Pela primeira vez em 30 anos, o governo britânico, as associações de empresários, a câmara do comércio e as quatro principais igrejas da ilha juntaram-se a um acto como este.

Há duas semanas que as relações entre as duas comunidades são extremamente tensas na zona que delimita os bairros católicos e protestantes no Norte de Belfast.



Continuam os assaltos às instituições palestinas

## A Voz da Palestina destruída Israel ao assalto da Palestina

**A Autoridade Nacional Palestiniana (ANP) acusa Israel de pretender ocupar as terras palestinianas e voltar à situação anterior aos acordos de Oslo.**

O ministro da Informação da ANP, Yasser Abed Rabu, denunciou domingo no Cairo «os planos de Sharon contra o povo, a liderança e as instituições palestinianas».

As acusações, proferidas um dia depois do Exército israelita ter dinamitado, em Ramatla, as instalações de *A Voz da Palestina*, foram feitas durante uma reunião da Liga Árabe dominada pela situação palestiniana.

Segundo o dirigente da ANP, portador de uma mensagem de Yasser Arafat ao secretário-geral da Liga Árabe, Amro Musa, o primeiro-ministro israelita tem «um plano para ocupar as terras palestinianas, e voltar à situação anterior aos acordos de Oslo».

A ANP, garantiu Abed Rabu, «insiste em seguir com a opção da paz e exige a aplicação dos acordos» alcançados em 1993, pese «a política de assassinio e destruição» levada a cabo por Israel.

No documento enviado ao Cairo, o presidente palestiniano afirma que «o objectivo de Sharon é ganhar mais tempo com o fim de construir mais colonatos (judeus) nos nossos territórios e continuar o plano de judaizar Jerusalém «Oriental», e pede aos países árabes que «actuem de forma

a fazer frente a estes perigosos planos». A mensagem apela ainda aos Estados Unidos, União Europeia e à Rússia para que «não se deixem enganar pela política israelita».

**Arafat  
está bloqueado  
por tanques  
israelitas  
desde Dezembro**

Entretanto, em Gaza, mais de 10 mil palestinianos, de todas as facções e partidos políticos, manifestaram-se em apoio de Yasser Arafat, que desde Dezembro está bloqueado na sua residência, em Ramala, por tanques israelitas. Um comunicado divulgado no final da manifestação denuncia «o silêncio dos países árabes face aos abusos de Israel contra o povo palestiniano e os seus dirigentes».

E os abusos continuam. Anteontem, tanques israelitas invadiram a cidade de Nablus, no Norte da Cisjordânia, provocando a morte de pelo menos cinco pessoas. Na véspera, idêntica operação ocorreu na localidade palestiniana de Tulkarem.

**Voz da Palestina  
destruída**

Na madrugada de sábado, um destacamento israelita apoiado por uma dezena de tanques avançou sobre os estúdios e escritórios de *A Voz da Palestina*, na capital da

Cisjordânia, e intimou os trabalhadores que lá se encontravam a saírem. Em seguida, o equipamento da mais importante cadeia de rádio e televisão dos territórios ocupados foi desmontado e guardado em camiões, depois do que os militares colocaram cargas de dinamite em locais estratégicos do edifício, de cinco pisos. A explosão, comandada à distância, destruiu o edifício, mas não calou a voz dos palestinianos. Ao fim da manhã de domingo, a rádio e a televisão voltavam a emitir, graças às antenas parabólicas e a uma rede improvisada de transmissores locais, de particulares, que se colocaram ao serviço da Autoridade Nacional Palestiniana.

Um comunicado oficial do Exército israelita, divulgado a partir de Jerusalém, justificou a destruição de *A Voz da Palestina* como retaliação pelo atentado suicida da semana passada, em Hadera. Segundo um porta-voz militar, *A Voz da Palestina* era o epicentro da «campanha de ódio» que a ANP leva a cabo contra Israel desde o início da Intifada.

A carga simbólica da destruição de mais um centro emblemático palestiniano é por de mais evidente: o edifício de *A Voz da Palestina*, construído com fundos da União Europeia, foi inaugurado quando os acordos de Oslo começaram a ser aplicados e quando parecia possível, a curto prazo, um Estado palestiniano independente.

## Acordo na Colômbia

O governo e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) assinaram domingo um novo acordo para «manter vivo» o processo de paz que ambas as partes iniciaram há três anos.

O novo acordo estabelece que as partes estudarão de imediato formas de alcançar uma trégua (cessar-fogo e o fim das hostilidades) que deverá incluir, como «com-

ponente inseparável», a questão dos sequestros e a questão do fenómeno do paramilitarismo. O governo e as FARC aceitaram a participação nas negociações, como garantes, da comunidade internacional e da Igreja Católica.

O acordo estabelece ainda que os candidatos presidenciais, os partidos e movimentos políticos, bem como o Conselho Nacional

da Paz, sejam convidados a «dar os seus contributos ao processo em curso» e «a trocar ideias sobre a situação política do país, de acordo com o disposto em San Francisco». As partes decidiram também criar uma Comissão de Acompanhamento integrada por dez «países amigos» das negociações, que permita verificar regularmente os progressos conseguidos.

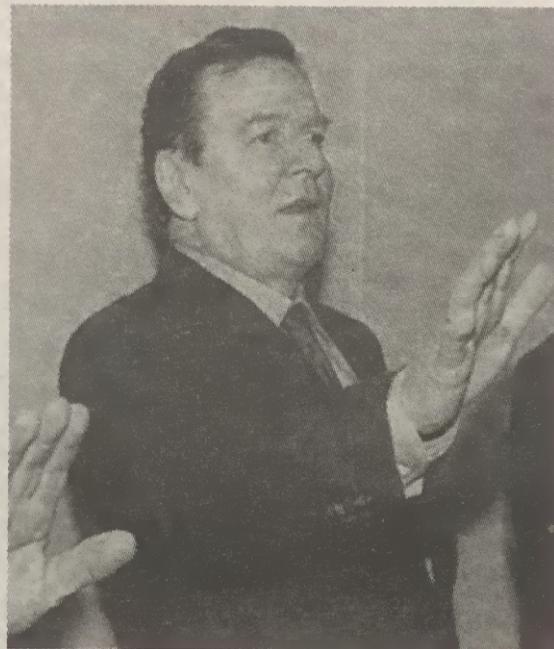
## Galopar para a direita

● Rui Paz

Em 11 de Novembro, o chanceler Schröder ameaçou demitir-se se os deputados da maioria governamental o não empurrassem suficientemente para a direita. Poucos dias depois, Bona estava transformada na capital do Afeganistão. A Bundeswehr ocupou Cabul. Soldados alemães armados com tanques foram estacionados no Koweit e a marinha de guerra navegava em frente à Somália. Estamos perante um cenário que há dez anos, sem o menor exagero, só os neonazis se atreviam a defender abertamente. Mas o chanceler alemão chama-lhe «as novas responsabilidades resultantes da reunificação da Alemanha».

A presença fulminante da Bundeswehr no mundo inteiro é acompanhada pela secundarização dos crimes do nazismo e da Wehrmacht, a tal ponto que a vice-

antifascismo perante um governo no qual participa um partido que se afirma herdeiro de Mussolini é tão grande que o Prémio Nobel da Literatura, Dario Fo, avisa no *Le Monde* (12.1.02) que já «chegou o fascismo», e cita a frase espantosa de um ministro do governo de Berlusconi: «numa mão o ramo de oliveira e na outra a pistola». Mas esta frase também é válida para a política militarista e para a demagogia social praticada por Berlim. Berlusconi não perde uma ocasião para proclamar a grande amizade que o liga a Bush, e Schröder exige solidariedade ilimitada com os EUA. As visitas de Fischer e Solana a Telavive assemelham-se cada vez mais às idas de Chamberlain a Munique. E só um cego não vê que o governo terrorista de Israel aplica a papel químico a estratégia da CIA no Afeganistão. Com a liquidação total das forças democráticas



palestinianas e o reforço do fundamentalismo pretende-se criar as condições ideais para o imperialismo atacar em nome da «guerra contra o terrorismo» e impor ao povo palestiniano mais um governo fabricado em Washington e nomeado numa qualquer capital europeia.

As ilusões, apregoadas pelos profetas do fim da história sobre a compatibilidade do capitalismo com os «direitos humanos», e «paz» e o «bem-estar e nível de vida para todos» estão a desfazer-se a uma velocidade

alucinante. Os resultados da crença ilimitada nos mercados, a chamada «modernização» estão bem visíveis com o triunfo da guerra e da repressão, e com a cruel destruição da base material da existência de milhões de seres humanos, de famílias e de povos inteiros (veja-se a Argentina). Nós, comunistas, não podemos nem devemos ignorar os diferentes níveis de consciência das massas enganadas, por um lado, pelo obscurantismo fascista e fundamentalista e, por outro lado, pelo ilusionismo oportunista da retórica democrata-cristã, social-democrata ou socialista de direita. Apesar das importantes diferenças existentes entre estas várias correntes políticas, confessionais ou ideológicas, e do maior ou menor grau de agressividade nos métodos utilizados, todas apresentam um traço comum. Nenhuma delas constitui qualquer alternativa ao sistema de exploração capitalista. Por isso são tão facilmente manipuláveis e compatíveis com os objectivos e os interesses momentâneos do imperialismo. No actual momento histórico, o reforço dos partidos comunistas constitui uma necessidade inadiável para que haja uma transformação real da sociedade, sem o que não será possível travar e inverter o alucinante galopar para a direita.

**Só um cego não vê**

Na Itália, a anestesia de sectores que se reclamam da esquerda e do

• Zillah Branco

A crise que hoje ameaça a família tradicional, a meu ver, nada tem a ver com a imagem e o conteúdo afectivo do relacionamento objectivo e subjectivo entre pais e filhos, entre irmãos, entre os demais parentes consanguíneos ou amigos agregados que mesclaram as suas vidas com os fortes laços do amor fraterno, paterno, materno, que se confunde com a solidariedade profunda e altruísta entre seres humanos. Quando assistimos à desagregação deste núcleo que naturalmente se destina a preservar tanto os valores emocionais como os racionais, temos de fazer um esforço para o vermos fora de nós, como um elemento da estrutura social que nos abraça e, muitas vezes, nos engole.

• Desenhos de Lasar Segall

A família, dentro da qual nascemos, é o primeiro grupo social que nos envolve transmitindo a sua maneira de pensar e agir, os seus anseios e os princípios que orientam o seu percurso na sociedade. Dá-nos uma identidade de indivíduo com peculiaridades que se afirmam perante as diferenças que povoam a sociedade. Depois podemos integrar outras famílias com as quais nos identificamos, conscientes do nosso papel social e dos objectivos de vida que mais nos atraem como cidadãos do nosso país e do mundo. Esta segunda família muitas vezes vem completar os laços de afecto, de confiança, de solidariedade, que reforçam a nossa identidade na perspectiva de participação na

nista, que existe em todo o mundo. Certamente o mesmo dirão os cristãos, os muçulmanos, os judeus, e tantas outras famílias que mantêm os seus princípios e as suas metas ao longo da história da humanidade.

Não pretendo caracterizar a filosofia e os programas de acção, menos ainda apontar as naturais contradições que surgem tanto na interpretação dos fundamentos teóricos como no traçado da estratégia e da tática que constituem a prática comunista. Dou um depoimento pessoal, de quem iniciou a sua militância há cerca de meio século, e que hoje se vê preocupada com a desagregação das famílias de origem, a primeira que nos

# A grande família

em modelo para toda a humanidade e institucionalizada a nível internacional com a criação da ONU para a defesa dos direitos humanos - ONU, FAO, UNICEF, OIT, OMS. A liderança crescente dos Estados Unidos no mundo capitalista, beneficiados com o desgaste causado à Europa pela guerra, implantou a «guerra fria» que viria isolar o mundo socialista e os adeptos do comunismo em todo o mundo (dentro dos Estados Unidos o «macartismo» tornou-se o símbolo de uma ditadura vestida de democracia) e deu início à invasão da privacidade e do poder autónomo familiar com a criação de mecanismos policiais e divulgação massiva dos caminhos de independência individualista.

O poder familiar foi transferido para o Estado que sempre esteve preocupado com a organização económica mas não com a formação de uma consciência de cidadania. O resultado foi a quebra dos valores familiares, da disciplina autoritária tradicional, sem a substituição por uma orientação ética para a preservação do respeito social. Os indivíduos passaram a número de uma população dividida segundo critérios de mão-de-obra e o que se chamou de investimento social reduziu-se à formação profissional e à sobrevivência mínima dos improdutivos (crianças, donos de casa, idosos, deficientes, mendigos), assim como o que se chamou de educação nada mais é que ensino mecanizado sem a orientação cultural que as famílias transmitiam.

A formação de empresas poderosas no campo da comunicação social deu origem à indústria cultural que passou a utilizar a justificação democrática de avaliação da opinião pública manipulada pela conjugação entre as pesquisas de mercado e a publicidade para substituir os temas e a linguagem das transmissões culturais de literatura, música e imagem que se multiplicaram sobretudo através da rádio, do cinema, das editoras e, mais tarde, da televisão. Toda esta avalanche de informações formadoras de consciência social estigmatizavam os comunistas e atribuíam à sua doutrina pela defesa dos direitos humanos, das mulheres, dos trabalhadores e das crianças - sempre dentro de princípios colectivos - a responsabilidade pela desagregação da família tradicional. Foi uma, dentre várias, instrumentação política do sistema capitalista para denegrir os seus opositores.

Vozes esparsas denunciaram o interesse do sistema capitalista pela quebra de qualquer força grupal com autonomia, inclusive a família básica, e a manipulação da opinião pública com vistas a substituir a formação dinâmica de uma consciência de cidadania pela alienação de meros consumidores dos produtos postos em mercado. A «guerra fria» impossibilitou o debate democrático das graves questões sociais que estavam na base da formação mental das populações e foi responsável pela tão condenada falta de diálogo entre gerações. Todos, pais e filhos, ficaram condicionados pela necessidade de autodefesa sem o recurso à compreensão e à tolerância de dependem da liberdade de expressar o amor familiar banido da sociedade como ptegui-ce fora de moda. O moderno é forte, impositivo, individualista, cínico, rápido, os valores considerados pelo modelo capitalista como os básicos da eficiência e da eficácia que dinamizam o mercado.

## Droga de vida/ vida de droga

No Brasil a expressão droga para significar desgraçada, miserável, azarada, era comum na boca dos jovens que enfrentavam a partir da década de 50 os conflitos familiares insuflados de fora para dentro de suas casas. Droga de vida era a expressão de desencanto e desespero diante das frustrações que conduziavam ao não reconhecimento da sua identidade com a sua própria família. Os que escolhiam o caminho da afirmação dos seus ideais, dando tempo ao tempo, para que a família os compreendesse, procuraram associações políticas ou religiosas onde encontravam o espelho dos seus princípios éticos fundamentais e o conforto da compreensão madura das dificuldades que o jovem encontrava para ser integrado na sociedade. Os que, ao contrário, escolhiam o caminho individualista da afirmação viam-se levados à busca de socorro no álcool ou na droga, sendo adoptados por grupos marginalizados que apenas definiam o seu antagonismo com as regras sociais mas não um caminho alternativo. Vida de droga que afastava cada vez mais o jovem de uma consciência de cidadania.

Nos países mais ricos desenvolveram-se experiências com base em demagógicas teorias de libertação da juventude dando-lhes meios de subsistência longe do modelo familiar e jogando criminosamente sobre os pais a responsabilidade pelas frustrações decorrentes da mudança social e da destruição dos valores éticos tradicionais. Tornou-se voz corrente o conflito entre gerações como uma fatalidade só sanada com o rompimento entre filhos e pais. Certamente só os países ricos onde se desenvolveu o Estado Providência, teoria proposta primeiro na Alemanha, realizada depois na Inglaterra (Plano Beveridge, 1942-92) e adoptada pelos demais países desenvolvidos da Europa e norte-americanos, teriam a possibilidade de criar mecanismos para sustentar uma geração em fase de formação sem recursos próprios. Nas sociedades mais pobres o jovem que não é sustentado pela família vai trabalhar sem tempo para estudar ou cai na marginalidade.

Essa solução do Estado Providência gerou novos problemas. Justamente na Inglaterra de onde surgiu o modelo de escola livre «Summer Hill» onde as crianças nunca eram reprimidas mesmo que decidissem quebrar as janelas, cuspir nas professoras e extermarem toda e qualquer tendência destruidora; onde os «hippies» encontraram acolhimento para formar as suas comunidades sem regras de relacionamento amoroso, sexual e familiar; onde também apareceram os «hooligans», os «punks» e outros grupos que lutavam contra um autoritarismo declarado - o da família - sem entenderem que caíam nas garras de uma ditadura subtil do sistema. Os idosos isolaram-se defensivamente dos seus herdeiros acentuando o famoso modelo britânico da privacidade que foi uma solução prática para as eternas acusações entre pais e filhos, mas não uma solução para evitar a



desagregação que fere de morte o plano emocional de pais e filhos. Tal modelo, que põe um ponto final na relação familiar tradicional, foi adoptado pela maioria das sociedades ricas.

Os países pobres ficaram sem solução, como para os demais problemas sociais, suportando a guerra entre os consumidores individualistas (por acaso pais e filhos), naturalmente egoístas, que se obrigam a manter o convívio tradicional familiar por absoluta falta de meios para conceder independência financeira e de apoio social (creches, alimentação, financiamento de estudos e viagens, etc.) aos jovens e aos velhos. Como se não bastasse, muitos psicólogos alimentam nos jovens a culpabilização dos pais pelas suas insatisfações presentes, com uma leitura na diagonal da obra de Freud e nenhuma da realidade política e social em que vivem. «Droga de família». A família tornou-se um campo de batalha onde as armas utilizadas são as acusações e as munições são as culpas que corroem psicologicamente uns e outros produzindo doenças somatizadas como se fossem bombas de urânio empobrecido.

## Produtos antifamília

As teorias psicológicas do mercado estimulam as novelas televisivas, os romances depressivos, a construção de apartamentos minúsculos onde só cabe uma pessoa, os créditos de habitação para jovens, a publicidade de jóias e carros de luxo destinados a reduzir a mágoa dos filhos, assim como o turismo da terceira idade, os «flats» em que o idoso fica livre de gerir a sua casa, tratar o seu jardim, receber os seus filhos e netos. A ideia de liberdade foi reduzida à de libertação de encargos e pressões. «Ufa, livre-me!», que nada tem a ver com a conquista da independência interior como base da dignidade e da capacidade de ser solidário.

As lembranças que temos dos serões domésticos ouvindo os relatos de vida dos mais velhos e debatendo temas ligados à vida, à filosofia, ao trabalho, parecem pertencer a outra Era. Hoje as conversas familiares (e outras) têm como pólo pessoas e não temas. As fofocas, as intrigas, as descobertas das culpas paternas ou maternas que explicam os insucessos na vida têm o con-

dimento necessário para animar o que se considera como conversa. Faltam assuntos, pois não há informações além das estatísticas dos crimes, das mortes nas estradas, no sobe e desce das Bolsas. O consumo de informações é como o de salgadinhos, bebidas, doces, drogas. Tudo é ingerido for força do hábito e da moda. «Droga de Mundo!»

Sem interesses que ultrapassem os divertimentos imediatos e as pequenas ou grandes crueldades (filosofia do terror, essência do sistema) contra alguém com quem se convive, os indivíduos robotizados sentem-se intoxicados, enjoados, obesos, embotados, ensonados e procuram o movimento nas academias, nos «joggings», nas gritarias que acompanham os shows musicais, nos desportos de risco; enfim, onde exista estímulo para a produção de adrenalina que a emoção adormecida deixou de estimular.

O convívio sereno, o prazer de estar com o outro, está em extinção. Sem a televisão ligada faltam os assuntos que mantêm uma família acordada depois do jantar. Não se toleram mutuamente porque estão stressados com as intrigas e as teorias que condenam o passado. Os idosos e as crianças dormem cedo, de tédio e frustração, com a desculpa de que é próprio da idade. Os mais jovens procuram emoções fortes: erotismo, luxo, golpachas, grosserias que provocam gargalhadas históricas - válvulas de escape do desprezo acumulado pela droga da vida, da família, do mundo.

## As famílias da solidariedade

O único antídoto contra a destruição familiar radica na vontade de ser solidário, de não se afundar no individualismo que torna a pessoa dependente de estímulos externos para se sentir integrado no colectivo.

No Brasil, além dos comunistas incansáveis, dos militantes de partidos que defendem melhores condições de vida para o povo, dos inúmeros grupos ligados às bases de algumas Igrejas, de médicos, professores, assistentes sociais, cidadãos anónimos voluntários, que dão o seu trabalho e o seu carinho sem calcular o valor do serviço prestado, existe a Pastoral da Criança que hoje conta com 150 mil

liquidar a privacidade dos cidadãos ou do pretexto de encontrar terroristas.

Esses militantes, com as origens filosóficas e ideológicas mais diversas, unem-se na defesa dos desprotegidos, dos perseguidos pelos poderosos. Hoje, diante da proposta norte-americana levada aos países europeus para investirem na construção de armamentos e utilização de tecnologia para localizar «terroristas» (com os critérios que convierem aos que se sentem ameaçados), vemos ressurgir o fantasma da «guerra fria» com a diferença que o inimigo potencial é desconhecido. Vale lembrar as palavras de Brecht: *Primeiro levaram os comunistas, mas Eu não me importei porque não era nada comigo. Em seguida levaram alguns operários, mas a Mim não me afectou porque não sou operário. Depois prenderam os sindicalistas, mas Eu não me incomodei porque nunca fui sindicalista. Logo a seguir chegou a vez de alguns pais, mas como não sou religioso também não me importei. Agora levaram-me a Mim, e quando perceberi já era tarde.*

Não sou terrorista, por acaso nem muçulmana, mas defendo as famílias e os direitos humanos. Sempre encontrei em todos os países que visitei, mesmo quando não falava o idioma nacional, a família comunista de braços abertos, o que me fez sentir sempre em casa, segura da fraternidade existente. Em nenhum momento, ao longo deste meio século de convívio militante, perdi a confiança na correcção dos caminhos encontrados. Participei de debates com camaradas (irmãos), assisti a divergências acaloradas que conduziram ao aperfeiçoamento das teses programáticas. Nunca temi que esta família se aliase a quem alimenta princípios contrários aos meus. Por isso sinto a solidão da nossa família que inspira o amor à luta colectiva.



sociedade. As vocações variam de pessoa a pessoa, de acordo com a sua formação e as suas características psicológicas, conduzindo-nos no sentido da associação política, religiosa ou de alguma área específica do conhecimento ou da prática colectiva (desporto, arte, sector profissional, solidariedade comunitária, etc.).

Para o cidadão, a família resultante da sua escolha, reflecte a perspectiva que tem da vida e os princípios que reforçam a sua própria integridade e independência. É um espelho da sua imagem interior, das suas peculiaridades, da sua definição, dos seus ideais de vida. Entre pessoas com quem se identifica, o indivíduo reconhece a sua liberdade de opção e absorve experiências e ensinamentos que enriquecem a sua formação. Sente-se integrado na sociedade com a limpidez da coerência, o que lhe dá confiança no caminho escolhido por mais difícil que ele venha a ser. Assim é a família comu-

acolhe, com o conseqüente abalo sobre a estrutura das sociedades e das outras famílias sociais que marcam, com os seus princípios, o sentido da acção social e do caminhar da humanidade.

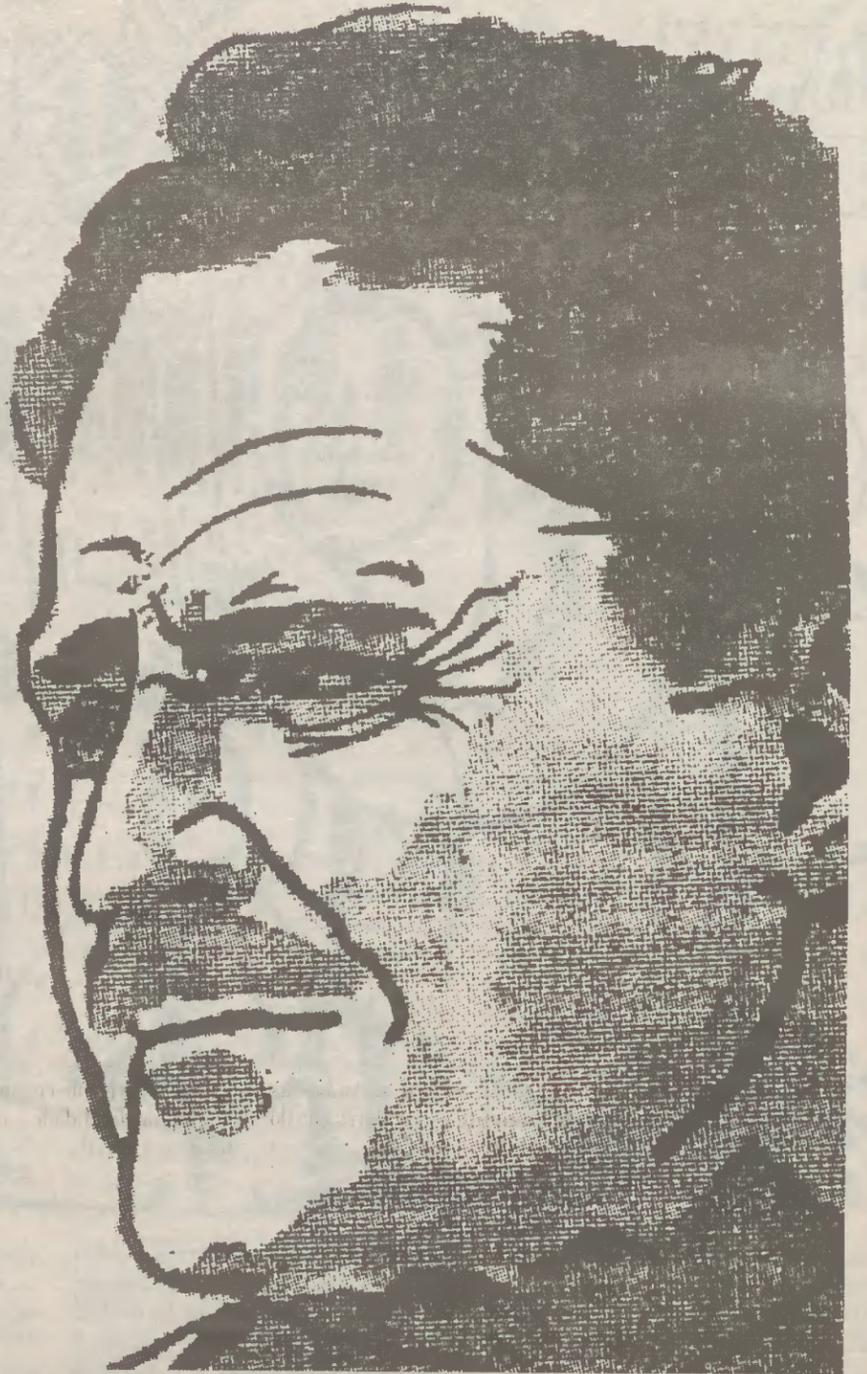
## A invasão da privacidade

A família, na sua forma tradicional de núcleo autónomo, preservou as suas normas de conduta respeitadas (com o sentido da hierarquia e com a rigidez da cultura secular) pelos que a compunham e pela sociedade envolvente até a expansão industrial que ocorreu na II Grande Guerra (com variações no tempo entre os países mais ou menos desenvolvidos).

A Era Democrática, cujo modelo é herdado da Revolução Francesa mas assumiu carácter doutrinário na formação da nação norte-americana nos finais do século XIX e início do XX, foi traduzida

# Nazim Hikmet

No passado dia 20 assinalou-se o centenário do nascimento de Nazim Hikmet, grande poeta da Turquia e do mundo. Nascido em Istambul, escreveu aos 18 anos contra os que lhe invadiam a pátria, o que lhe valeu ser perseguido pelos ingleses. A partir do regresso do seu primeiro exílio, iniciou uma existência dificilmente repartida entre a prisão e períodos de liberdade: a soma de todas as penas a que foi condenado ascende a 58 anos de prisão, embora não inteiramente cumpridos porque, já nos últimos anos de vida, a pressão da opinião pública internacional indignada acabou por resultar na libertação. Associando-se às comemorações do centenário, celebradas em todo o mundo progressista e culto, o «Avante!» publica três dos poemas deste poeta comunista.



## Angina de peito

Se tenho metade do coração aqui, doutor,  
A outra metade está na China  
No exército que desce para o rio Amarelo.  
E depois, todas as manhãs, doutor,  
Todas as manhãs, de madrugada,  
O meu coração é fusilado na Grécia.  
E depois, quando os presos adormecem,  
Quando na enfermaria se extinguem os últimos passos,  
O meu coração parte, doutor,  
Parte para uma velha casa de madeira em Istambul.  
E depois, há dez anos, doutor,  
Que não tenho nada para oferecer ao meu povo  
Nada senão um fruto,  
Um fruto vermelho, o coração.  
É por causa de tudo isto, doutor,  
E não por causa da arteriosclerose, da nicotina, da prisão  
Que tenho esta angina de peito.  
Olho a noite através das grades  
E apesar dos muros que me pesam no peito  
Bate-me o coração com a estrela mais distante.

1948

## Eles não nos deixam cantar

Eles não nos deixam cantar, Robeson,  
Meu canário de asas de águia,  
Meu irmão negro de dentes de pérola.  
Não nos deixam gritar as nossas canções.  
Eles têm medo, Robeson,  
Medo da aurora, medo de ver,  
Medo de ouvir, medo de tocar.  
Eles têm medo de amar,  
Medo de amar como Ferhat amou, apaixonadamente.  
(Decerto também vocês, irmãos negros,  
têm um Ferhat, como lhe chamas, Robeson?)  
Eles têm medo da semente e da terra,  
Medo da água que corre,  
Medo de se lembrarem.  
A mão de um amigo  
Que não queira desconto, nem comissão, nem moratória,  
Nunca virá apertar-lhes a mão  
Como um pássaro quente.  
Eles têm medo da esperança, Robeson, medo da esperança!  
Eles têm medo, meu canário de asas de águia,  
Têm medo das nossas canções, Robeson...

1949

## Compreender

Das canções de embalar que as mães cantam  
Até às notícias lidas pelo locutor  
Vencer a mentira que percorre o mundo  
No coração, no livro, na rua.  
Que felicidade enorme a de compreender  
Compreender o que passa e o que chega.

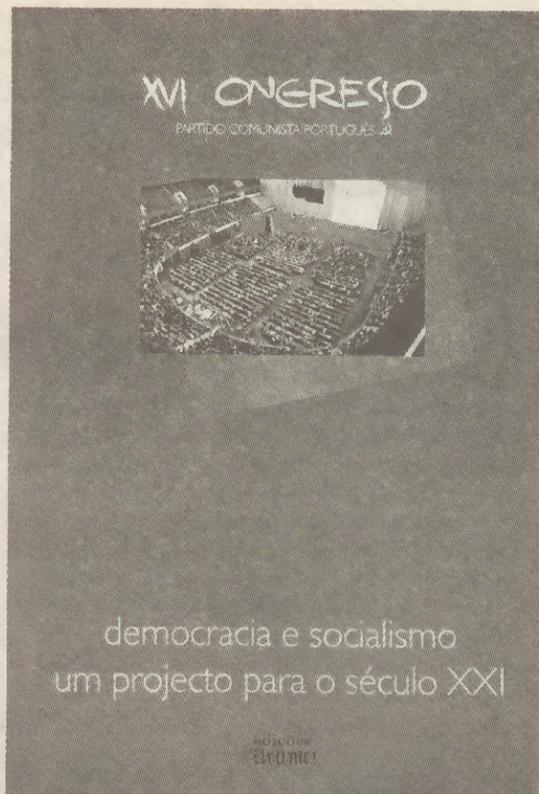
## Livros

• Leandro Martins

Quando, à boleia de muitos, atentos e vendedores órgãos de comunicação social, surge, aparentemente irresistível, o apelo à realização de um congresso extraordinário do Partido, subscrito distraidamente e de boa-fé por muita gente (e de menos boa por alguma outra), não será desacertado lembrar a todos que o XVI Congresso existiu. E que há provas disso, não apenas na nossa memória de comunistas mas também «memória registada». Em livro.

Com efeito, a reunião magna dos comunistas portugueses decorreu há pouco mais de um ano - sensivelmente há um ano e um mês - e aí culminou um vivo e empenhado debate, aí se aprovaram conclusões, aí se adoptaram objectivos, se apontaram caminhos; aí se elegeu um Comité Central para, nos quatro anos a seguir, dirigir todo o Partido nas lutas, ajustar as políticas a cada nova circunstância, assumindo a **responsabilidade de traçar, de acordo com a orientação e resoluções dos Congressos, a orientação superior do trabalho político, ideológico e de organização do Partido.**

Fala-se na «exigência» de um novo congresso. A essa exigência já o Comité Central respondeu não reconhecendo fundamentos para tal realização, após a Comissão



## O XVI Congresso

Política do CC ter apontado não apenas o carácter reproável da iniciativa, nos termos como foi promovida, mas também o irrealismo da sua eventual concretização no tempo. Mas logo outros surgem apontando a necessidade de um congresso para depois das eleições. Ambas as posições conduzem **objectivamente** à desvalorização do XVI Congresso, à pretensão de o pôr em causa, à recusa de adoptar as suas orientações, ao não reconhecimento do órgão aí eleito para dirigir superiormente o Partido.

Os pretextos encontrados para cada uma das posições - «congresso já» ou «congresso a seguir às legislativas» -, aproveitando «as legítimas e compreensíveis inquietações, insatisfações e preocupações dos membros do Partido com os resultados das eleições autárquicas» ou apontando a necessidade de aprofundar o debate sobre grandes áreas da intervenção partidária, constituem **objectivamente** outros tantos modos de concluir que o XVI Congresso, se existiu, não analisou bem ou o fez superficialmente a realidade internacional e nacional e não apontou os caminhos mais correctos para a luta que continua.

Sendo certo que nenhum congresso é obra acabada e perfeita, ele representa, para nós, comunistas portugueses, o culminar de um intensíssimo debate para o qual contribuímos com as nossas forças, inteligência e sensibilidades. A partir do qual os debates não se encerram, antes se aprofundam à luz das conclusões achadas e maioritariamente aprovadas. Não são episódicas derrotas - ainda que importantes e de forte impacto negativo - como não seriam eventuais vitórias, que justificariam um novo congresso. A menos que elas pusessem em causa as análises e as orientações definidas em Dezembro de 2000. Nem as derrotas nos esmagam nem as vitórias nos ofuscam. Um e outras

nos aguardam no caminho que acertámos democraticamente.

Aliás, quando chamamos a atenção para a rea-

lização, ainda tão próxima, do XVI Congresso do PCP e para a Resolução aí aprovada, é oportuno lembrar as palavras com que o camarada Domingos Abrantes, na Festa do «Avante!» do Verão passado, apresentou o Livro do Congresso. O dirigente comunista salientou então que «o livro traduz com fidelidade e rigor o que de essencial se discutiu no decurso da realização do XVI Congresso, e consequentemente poderá dar um importante contributo para avaliar as posições políticas e ideológicas do PCP, não na base de ideias feitas, preconceitos e deturpações, mas na base do conhecimento concreto do posicionamento e da actividade muito diversificada do Partido Comunista Português». E, mais adiante, Domingos Abrantes lembrou o «autor do livro, um autor muito especial, um colectivo partidário». Com efeito, «só na fase final da preparação do Congresso participaram mais de 16 000 camaradas e se receberam mais de 2000 contribuições individuais e colectivas. Muitos destes contributos», sublinhou, «levaram à reavaliação de questões e muitos outros foram consagrados nos textos. Não é sem razão que afirmamos serem os documentos do Congresso um património do colectivo partidário, expressão bem concreta de uma prática democrática sem paralelo no panorama partidário português».

Um livro, pois, que «deve ser considerado um instrumento de trabalho para os membros do PCP, uma espécie de «livro de cabeceira», um instrumento precioso para o aprofundamento da reflexão e intervenção política e social, para reforçar a influência do PCP e o seu papel na sociedade portuguesa, questão incontornável para se alcançar uma verdadeira política de esquerda».

Um livro actual, portanto. Sobre um Congresso de grande actualidade.

## Pontos Naturais

• Mário Castrim

### Sinceramente

Manhã.  
Princesa  
que viaja  
incógnita.

Mas a mim  
não me leva.  
Conheço-a  
há milhões de anos.

— Anda, chavala,  
(digo-lhe)  
anda, vou-te mostrar  
Lisboa.

Fomos.  
De braço dado.  
Ela, tão plebeia  
e tão príncipe, eu.

Nem demos por nada  
quando anoiteceu.

Natal.  
Salários em atraso.

A poesia  
não sabia  
como agarrar  
o assunto.

Bem queria,  
coitada  
mas só lhe dava  
para se arranhar toda.  
Por fim, juntou-se  
ao piquete de greve.  
Onde, se não ali,  
ela podia estar?

Agora, sim, vai ter  
muito para contar.

Existe ou não  
a exploração  
do homem  
pelo homem?

O fruto do trabalho  
de muitos  
vai ou não  
para os bolsos de uns só?

E não é tempo já  
de se pôr cobro a isso?

O poema é marxista.  
Se lhe falta poesia  
ah, disso ninguém  
pode acusar Marx.

Os meninos  
bricavam  
no jardim.

De vez em quando  
um cão  
metia-se ao barulho  
e era tudo maneira  
de haver por ali  
um deus presente.

Os meninos  
brincavam.

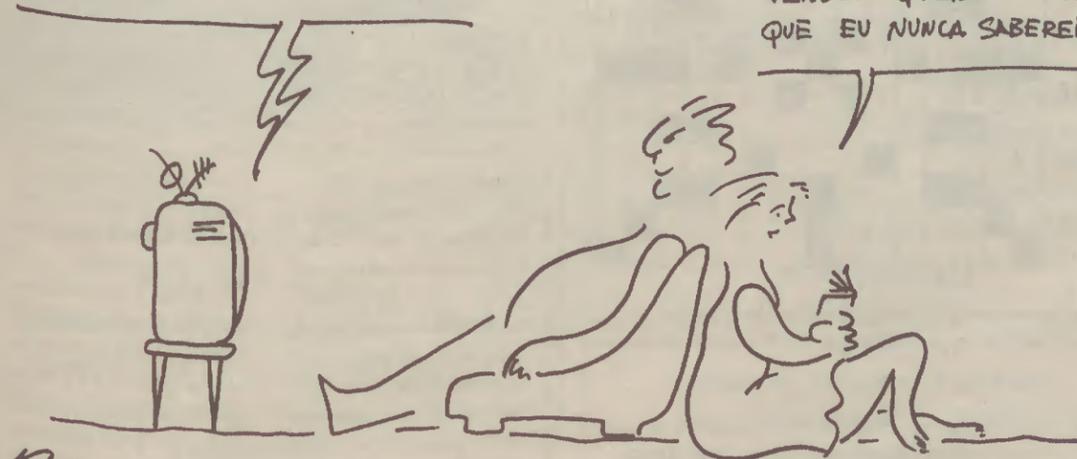
Então  
não é isto razão  
suficiente?

## Cartoon

• Monginho

«EU SEI QUE ELE SABE  
QUE EU SEI QUE ELE SABE  
O QUE VOCÊS NÃO SABEM...»  
DISSE DANIEL CAMPELO  
NO CONGRESSO DO CDS...!?

POIS... EU TAMBÉM SEI  
QUE VOCÊS SABEM QUE  
EU SEI QUE VOCÊS SABEM  
VENDER QUEIJO DA FORMA  
QUE EU NUNCA SABEREI !!!



## Religiões

• Jorge Messias

Segundo anúncio oficial proclamado pelo próprio papa, terá lugar no dia 24 de Janeiro de 2002, na cidade de Assis, mais um encontro inter-religioso da série promovida pela Comunidade de Santo Egídio em torno das dramáticas questões da paz e da guerra. «Promover a paz e o diálogo» é o lema escolhido para esta reunião ecuménica e pacifista.

Reconhecida como é a importância do peso que as forças religiosas conservam na esfera política mundial, torna-se evidente que iniciativas semelhantes devem merecer um aplauso de princípio. Ninguém, certamente, terá esquecido o contributo positivo dado pelas igrejas nas lutas pela paz e pelo desarmamento travadas, sobretudo, na década de 1970. Porém, também tem de entender-se que os contextos internacionais de 1970, quer no mundo quer na igreja, eram bem diferentes daqueles que actualmente condicionam a paz e a guerra. A nível da guerra havia equilíbrio de forças. A nível da paz, a repartição dos campos assumia, no limite da chamada «guer-

ra fria», o carácter de uma clara arrumação ideológica. As igrejas cristãs empenharam-se, em geral, na promoção da paz.

# Procurar no Inverno as andorinhas...

ra fria», o carácter de uma clara arrumação ideológica. As igrejas cristãs empenharam-se, em geral, na promoção da paz.

Atitudes bem diferentes caracterizam os actuais comportamentos do movimento religioso face às mesmas questões nucleares. Se, nos anos 70, estava bem vivo o ideal católico do «aggiornamento» ou modernização da igreja, proposto pelo então recente Concílio Vaticano II, há agora uma preocupação evidente da hierarquia católica em não ofender a ordem estabelecida. Por outro lado, na área da Reforma, as confissões abandonaram as lutas pelos direitos cívicos, deixaram de reivindicar liberdades concretas para as minorias e deram-se por satisfeitas com as condições impostas aos novos países africanos, às mulheres e aos socialmente excluídos. Meia dúzia de declarações pastorais dispersas não chegam para convencer o mundo do contrário.

Para mais, facilmente se reconhece que a presença religiosa nas lutas de 70, pela paz e pelo desarmamento,

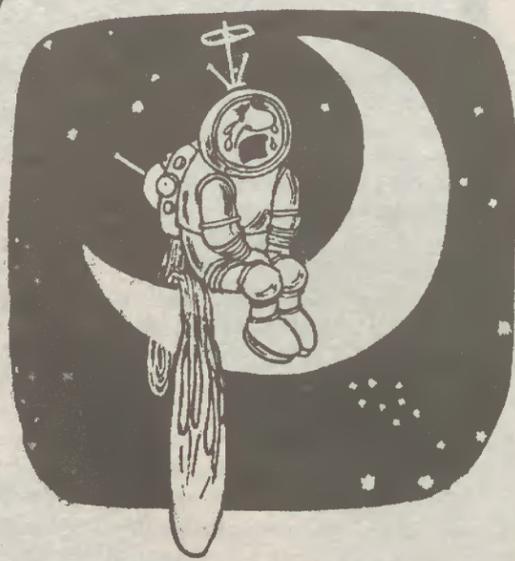
## Conversa de surdos

Nada permite, porém, disfarçar o facto de que no movimento religioso todos estes valores entraram em processo de dissolução. Quando as igrejas procuram sair às ruas poucos adeptos reúnem. O ecumenismo - que poderia ter constituído um poderoso factor da construção da paz e de maior justiça social - desembocou numa conflagradora conversa de surdos. As igrejas nacionais perderam qualquer poder de intervenção. Veja-se o caso de Assis que nada mais representa, na situação actual, do que um pretexto para a permuta do elogio mútuo entre notáveis e para a rendição das igrejas ao poder hegemónico de organizações profundamente reacçãoárias e fundamentalistas, como é o caso da Comunidade de Santo Egídio ou da Prelatura do Opus Dei.

Se procurarmos recolher, nos órgãos de comunicação, as opiniões dos responsáveis que vão estar presentes em Assis, logo nos ferirá a atenção a falta de entusiasmo ou o aberto cepticismo das suas declarações. É que, como não poderia deixar de ser, eles percebem que as forças dominantes - políticas, económicas, militares, religiosas - caminham para a destruição da humanidade. E sabem, no entanto, que a única forma de sobrevivência das religiões milenares passa pela afirmação inequívoca, no plano da acção, de que a salvação exige o respeito concreto pelos pobres, pelos fracos, pela paz e pela prática de um diálogo que seja real e não fingido.

A verdade, seja dito, é que os dirigentes religiosos perderam a comunhão com as comunidades que dirigem e que, por falência ideológica, namoram todas as oportunidades para acrescentarem às suas confissões mais uma migalha de poder. Procurar nas hierarquias alianças é como que buscar, num céu de Inverno, um bando caprichoso de andorinhas...

## Pontos Cardeais



## Aviões

A China encomendou aos EUA um avião Boeing 767 construído neste último país com uma panóplia de adaptações e singularidades, pois tratava-se do futuro avião presidencial chinês. A encomenda foi criteriosamente executada pelos norte-americanos e escrupulosamente vigiada por uma equipa chinesa que acompanhou todos os trabalhos e, depois de pronta, foi entregue. Todavia, mal chegou à China e foi sujeito a uma última vistoria, o aparelho revelou no seu interior mais de 20 microfones secretos espalhados por todo o lado, desde a cama do presidente às casas de banho! Embora as autoridades dos dois países não comentem oficialmente o incidente, consta que o presidente chinês Jiang Zemin ficou furioso, o que não é para menos.

É o que dá querer luxos à americana. É que nesta coisa de falta de respeito pelos outros, os responsáveis dos EUA são imbatíveis!

## Quedas

Por falar em aviões, um helicóptero dos marines norte-americanos despenhou-se esta semana no Afeganistão, provocando dois mortos e cinco feridos, dois dos quais com gravidade. O porta-voz militar no local disse aos jornalistas que a queda se deu na sequência de «uma aterragem imprevista e difícil» (embora não explicasse porquê), apressando-se a acrescentar que «para já, não temos nenhuma indicação que aponte para a hipótese de um tiro inimigo» ter estado na origem do acidente, enquanto o secretário da Defesa norte-americano, Donald Rumsfeld, também acorria a dizer que tudo parecia apontar para «um acidente mecânico».

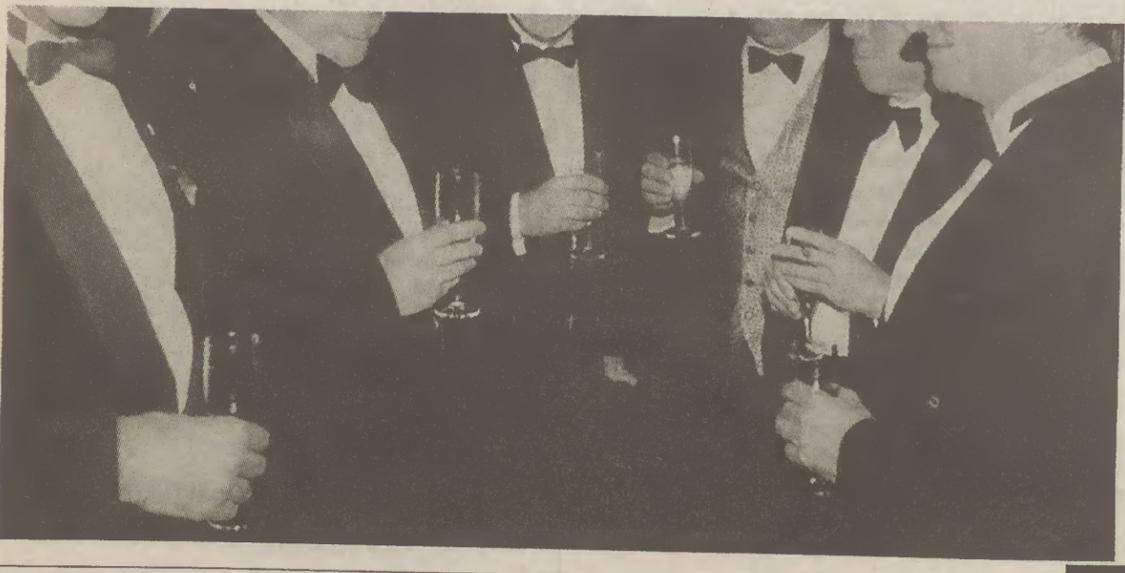
Curiosa, esta nova obsessão norte-americana em rapidamente isolar as suas mortes no terreno de guerra, de modo a que estas não sejam relacionadas com o conflito. Deve ser para manter o mito das «zero baixas» ou seja, que nas guerras conduzidas pelos EUA quem morre... são os outros. Os norte-americanos, só por acidente...

## Legalizações

Mais de 20 mil empresas de construção civil e obras públicas passaram da economia subterrânea para a legalidade, na sequência do processo de regularização de emigrantes que se iniciou em 2000. Concretamente, nos dois últimos anos quase 30 mil empresas requereram alvará às autoridades competentes, das quais mais de 20 mil eram clandestinas. Trata-se de um salto impressionante, se considerarmos que no ano de 1999 entraram apenas 3677 requerimentos para concessão de alvará.

E tudo isto porquê? Simplesmente porque a nova lei de emigração que entrou em vigor em 2000 trouxe uma novidade: fez depender a concessão das autorizações de residência no nosso país, aos emigrantes que a solicitassem, dum indispensável contrato de trabalho. Assim sendo... que remédio tiveram as tais para cima de 20 mil empresas de construção civil portuguesas - até aqui operando clandestinamente com todo o sossego -, senão legalizarem-se para, na decorrência, poderem formalizar os contratos de trabalho aos indispensáveis trabalhadores emigrantes.

É assim o capitalismo, mesmo o selvagem: só cede quando apertado, ainda que, no caso, o aperto até tivesse sido o do seu próprio interesse em obter mão-de-obra para as encomendas...

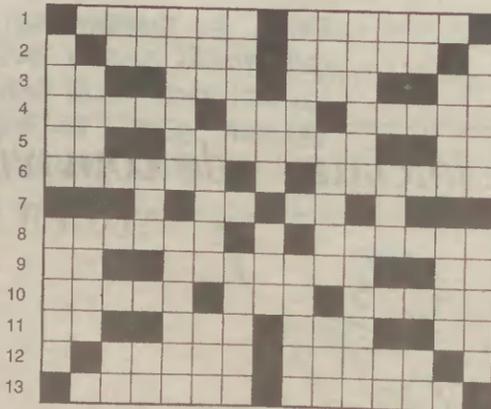


## Palavras Cruzadas

**HORIZONTAIS:** 1 - Composição poética consagrada ao luto e à tristeza; passagem larga entre montes. 2 - Famas (fig.); obra dramática ou lírica, sem diálogo falado, em que a música e a poesia se completam. 3 - O espaço aéreo; mulher que cria uma criança de outrem; chefe etíope; observei. 4 - Extraem; braço de rio; instrumento de ferro, cuneiforme, para rachar madeira (pl.). 5 - Amerício (s.q.); acudir; espécie de escumilha. 6 - Frondosa; missivas. 7 - Medida itinerária chinesa; cobalto (s.q.). 8 - O céu da boca; fazer desaparecer o que escreveu. 9 - Sufixo nominal, de origem latina, com sentido diminutivo e por vezes pejorativo; separara; espécie de pão doce. 10 - Espécie de jogo de azar; óxido de cálcio; cada um dos caracteres tipográficos (pl.). 11 - Carta de jogar; triture com os dentes; pedra de altar; rádio (s.q.). 12 - Lavrais; abastadas. 13 - A parte oposta à superfície ou à parte principal de uma coisa; amargos.

**VERTICAIS:** 1 - Espiolhar; descascar as castanhas para secar. 2 - Poema; estimas muito. 3 - Naquele lugar; avenida (abrev.). 4 - A minha pessoa; base aérea portuguesa; acusada. 5 - Uridade de medida de massa, igual à milésima parte do quilograma (pl.); mitra de pontífice rodeada de três coroas e rematada por um globo que sustenta uma cruz (pl.). 6 - Dirigiam-se (fig.); endurecimento que se produz em determinado ponto, devido à compressão ou fricção continuada (pl.); interj. emprega-se para cumprimentar (bras.) (pl.). 7 - Planta vivaz e medicinal; o pôr do Sol. 8 - Fúria incontida; pron. pess. feminino. 9 - Envergonhar-se (fig.); elevara. 10 - Espécie de capa sem mangas, usada por irmandades e confrarias, em actos solenes; ressoar; víscera dupla. 11 - Prejudicara; moeda correspondente a um escudo (Açor.). 12 - Modo (fig.); via dentro de uma povoação; brisa. 13 - Doa; apenas. 14 - Escavação para esgotar ou canalização de águas; incentivo. 15 - Pavimentos; campo plantado de roseiras.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



**SOLUÇÃO:**  
**HORIZONTAIS:** 1 - Elegia; colada. 2 - Avaras; ópera. 3 - Art. am.; res.; vl. 4 - Tirram; rta; achas. 5 - Am.; correct. 6 - Ramosa; cartas. 7 - Lt.; Co. 8 - Palato; apa. 9 - Im; tsolara. 10 - Lascara; cab.; tipos. 11 - As; roa; arq.; Ra. 12 - Arais; rras. 13 - Averso; amatos. 14 - Opa; ecoart; rim. 15 - Lesara; pataca. 12 - Art. rra; ar. 13 - Dt. 14 - Val. 15 - Pisos; rosar.  
**VERTICAIS:** 1 - Calart; pilat. 2 - Rima; amas. 3 - Lt. 4 - av. 5 - Fui; oia; re. 6 - Grama; liras. 7 - lam; calos; ois. 8 - Ira; ela. 9 - Corat; alara.

Encontro Nacional do PCP  
sobre as Eleições Legislativas 2002

Para uma política de esquerda  
**mais força**  
ao PCP e à CDU

27 de Janeiro | Centro de Congressos da FIL | Junqueira | Lisboa

PCP

## Iniciativas da CDU no Distrito de Braga

**Basto** – Plenário CDU das organizações de Cabeceiras e Celorico de Basto: sexta-feira, 26, às 21h, na sede da CDU (junto à GNR de Cabeceiras de Basto).

**Braga** – Apresentação pública dos candidatos da CDU às eleições legislativas pelo Círculo Eleitoral de Braga: dia 25, às 18h, no Hotel Turismo.

**Vila Verde** – Convívio CDU. Debate sobre a situação política e as próximas eleições legislativas, com a presença de **Agostinho Lopes**: dia 25, às 20h, no Restaurante Portusa (Pico de Regalados).

**Amares** – Convívio CDU na Adega Regional do Chico da Torre: sábado, 26, às 18h, com a presença de **António Lopes**.

## OUTRA POLÍTICA?

Só com  
**a CDU**  
mais  
**forte!**



### Carnaval 2002

9 e 10 de Fevereiro

Excursão à Quinta da Lagoa – Mira

com viagem, alojamento e refeições,  
promovida pela Com. de Iniciativas da Penha de  
França/Lisboa.

(Informações e inscrições: cam. Ivone, tel. 218138119)



## Apresentação pública dos Candidatos da CDU à Assembleia da República pelo Círculo Eleitoral de Lisboa

Terça-feira, 29, às 18 e 30, no Hotel Sofitel

(Av. da Liberdade, 123, Lisboa)

Estará presente o Secretário-geral do PCP  
**Carlos Carvalhas**



### ALMADA

Plenários de militantes das organizações de **Cacilhas** (às 21h no CT de Almada), **Caparica** (às 21h no CT de Caparica), e **Laranjeiro** (às 21h, CT de Laranjeiro) – todos sexta-feira, dia 25; da organização de **Almada** (às 15h30, no CT de Almada), de **Trafaria** (às 15h30, na sede da Campanha da CDU) e da **Costa** (no CT da Costa) – todos no dia 26, sábado; da organização do **Feijó** (dia 3 de Fevereiro às 15h no CT do Feijó).

Plenário da célula dos **Trabalhadores da Autarquia** – quinta-feira, 31, às 18h, no CT de Pombal.

**CDU Cova da Piedade** – Reunião dos Candidatos CDU da freguesia: no Centro de Trabalho da Cova da Piedade, hoje, quinta-feira, às 21h; **Jantar-convívio de candidatos e activistas**: dia 1 de Fevereiro.

### ALHANDRA

Plenário de militantes da Freguesia, sobre a situação política e eleições legislativas: sábado, 26, às 15h.

### ALVERCA

Plenário de militantes da Freguesia com a participação do camarada **Domingos Abrantes**, sobre a situação política e social e as eleições autárquicas e legislativas: sexta-feira, 25, às 21h, no Centro de Trabalho do PCP.

### COUÇO

Reunião de militantes e simpatizantes em **Foros de Lagoiços/Santa Justa**, para discussão da situação política, eleições autárquicas e legislativas: sábado, 26, às 15h30 no Centro Social de Santa Justa.

### LISBOA

Plenário de militantes do Sector da Saúde da **ORL**, para discussão das conclusões da reunião do Comité Central e eleições legislativas: hoje, dia 24, às 21h30, no CT Vitória, com a participação do camarada **Domingos Abrantes**.

Plenário de militantes da **Organização da Freguesia de S. Domingos de Benfica**, para discussão da situação política e social, com apreciação dos resultados das Autárquicas, e preparação do Encontro Nacional sobre as Eleições Legislativas: hoje, dia 24, às 21h, no CT de Benfica.

Reunião da **Direcção do Sector Intelectual da ORL** sobre a preparação das eleições legislativas: hoje, dia 24, às 2h, no CT Vitória.

Plenário de militantes da **Freguesia de Alto do Pina** sobre a situação política e eleições legislativas: sábado, 26, às 15h, no CT Vitória.

Plenário de militantes do Sector de Transportes da **ORL**, para discussão da situação política, designadamente eleições legislativas, e das conclusões da reunião do Comité Central:

terça-feira, 29, às 18h, no CT Vitória, com a participação do camarada **José Casanova**.

Reunião de camaradas bancários reformados: quinta-feira, dia 31, às 14h30, no CT Vitória.

Plenário de militantes da **Freguesia de Marvila** sobre a situação política e eleições legislativas e a Organização na freguesia: sábado, 2 de Fevereiro, às 15h, no CT de Marvila.

### MATOSINHOS

Plenário de militantes: sábado, 26, às 15h, na Escola Básica da Barranha (Av. Vasco da Gama, à Senhora da Hora).

### MOITA

Plenário de militantes da freguesia de **Alhos Vedros**: sábado, 26, às 15h, no CT de Alhos Vedros, com a participação do camarada **Valdemar Santos**.

Reunião da **Comissão Concelhia da Moita**: hoje, dia 24, às 21h.

**CDU** - Reunião de eleitos e activistas da freguesia de **Gaio/Rosário**: sexta-feira, 26, às 21h.

### ODIVELAS

Reunião plenária da **Sector de Empresas do Concelho de Odivelas**, com a participação do camarada **Francisco Pereira**: sexta-feira, 25, às 17h30, no Centro de Trabalho da Pontinha.

Plenários de militantes da **Freguesia de Caneças** (sexta-feira, 25, às 21h, no Centro de Trabalho de Caneças) e da **Freguesia de Póvoa de Sto. Adrião** (segunda-feira, 28, às 21h, nas instalações da futura Biblioteca Pública, à Rua Luís de Camões) – ambos com a participação do camarada **Francisco Pereira**.

### SEIXAL

Plenário da **Célula dos Trabalhadores Comunistas da CM do Seixal** sobre a situação política e as eleições legislativas: sexta-feira, 25, às 17h30, no Centro de Trabalho do Seixal, com a participação do camarada **José Capucho**.

Plenário de militantes da **Comissão Local de Miratejo**, para discussão de questões de Organização, situação política e eleições legislativas: sábado, 26, às 15h, no CT de Corroios.

Plenário de militantes da **freguesia de Amora**: sábado, 26, às 15h, no CT de Amora.

Reunião da **Comissão Concelhia** sobre as próximas eleições legislativas: hoje, dia 24, às 21h.

Plenário de militantes da **Freguesia do Seixal**: dia 2 de Fevereiro às 15h, no CT do Seixal.

### TORRES VEDRAS

Reunião de militantes do PCP e da JCP sobre a situação política e eleições legislativas, com a participação do camarada **Luísa Araújo**: sábado, 26, às 16h, no Centro de Trabalho.

## Iniciativas de convívio da Organização de Almada

### VIAGEM AO BRASIL EM 2002

Rio de Janeiro – Angra dos Reis e Cabo Frio - Búzios

5 a 13 de Outubro (data prevista)

promovida pela Comissão Concelhia de Almada

(Inscrições e informações e inscrições: Cam. Artur Cabrita, tel. 212752777)

### EXCURSÃO

**El Grove** – Santiago de Compostela  
– La Corunha

Dias 28, 29, 30 e 31 de Março

promovida pela Célula dos Trabalhadores  
da Autarquia

(Informações e inscrições: Cam. José António, tel. 965225870)

### EXCURSÃO

**Serra da Estrela**

Dias 16 e 17 de Fevereiro

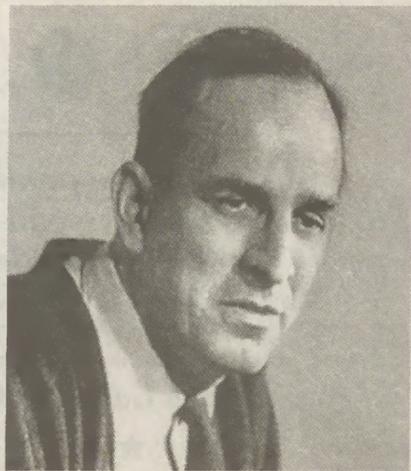
promovida pela Comissão  
de Freguesia de Almada

(Informações e inscrições:

CT Alberto Araújo, tel. 212752121)

# ATVer

Em A Fonte da Virgem mestre Ingmar Bergman põe em andamento uma parábola cristã em atmosfera de paganismo



## A Fonte da Virgem

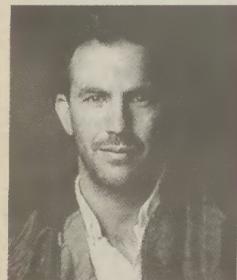
(Quinta-feira, 24.01.02, RTP-2)

Inspirando-se numa balada do século XIV, mestre Ingmar Bergman põe em andamento neste A Fonte da Virgem uma espécie de parábola cristã em atmosfera de paganismo mágico e nórdico. A história é simples: a filha de um rico agricultor sueco do século XIV é violada e morta por dois pastores durante um passeio pela floresta. Os assassinos acabam por se denunciar ao tentarem vender aos pais da vítima o vestido da jovem, pelo que o pai executa, na madrugada, uma feroz vingança que não poupa, sequer, o irmão dos assassinos, uma criança que com eles vivia. Extraordinária a fotografia, trabalhando a luz e a sombra num jogo brilhante de contrastes.

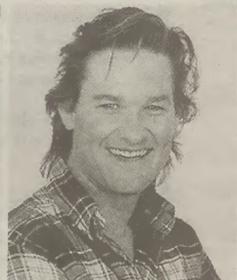
## Jogada para a Morte

(Quinta-feira, 24.01.02, SIC)

Jogada para a Morte é um imaginativo thriller de suspense à volta de um grande mestre de xadrez que se vê envolvido numa misteriosa cha-



Kevin Costner produz, realiza e interpreta este Postman. Será por isso que alguma coisa ficou para trás!...



Kurt Russel é um repórter em corda bamba em A Última Reportagem

rada de crime onde ele próprio se torna suspeito. Com Christopher Lambert (não mais cabotino que o costume...), Diane Lane e Daniel Baldwin.

## Shaka Zulu

(Sábado, 26.01.02, SIC)

Shaka Zulu foi originalmente uma série de televisão de grande orçamento, que a RTP passou a seu tempo. Agora, a SIC apresenta-nos em dois episódios o compacto dessa série, que ficciona o crescimento, ascensão e queda desse grande líder da história do povo zulu no que é hoje a República da África do Sul, que enfrentou e foi finalmente vencido pelo colonialismo britânico.

## The Postman

- o Mensageiro (Sábado, 26.01.02, RTP-1)

Produzindo, realizando e interpretando, Kevin Costner deu mais uma vez com os burrinhos na água com este The Postman - o Mensageiro que, nos EUA, foi um flop comercial e nem a Europa o safou. Fundindo a saga apocalíptica de Waterworld (o seu fracasso anterior) com a saga heroica e evocativa do Dança Com Lobos (o seu grande sucesso), Costner põe aqui de pé uma espécie de cowboy solitário vestido de mensageiro do «Poney Express» que, atravessando uma América pós-apocalíptica, lança as bases da reconstrução do país assumindo a figura de um carteiro solitário que vai ligando as várias comunidades ávidas de notícias. A coisa espremida não dá lá grande sumo...

gráfica. Uma curiosidade: o título original em francês é «Les Quatre Cents Coups», uma expressão idiomática que equivale ao nosso «Trinta por uma linha». Por ignorância, o tradutor português fez uma tradução à letra e deu este título disparatado - Os 400 Golpes - que ainda hoje continua ridiculamente colado ao filme...

## Blade Runner - Perigo Iminente

(Terça-feira, 29.01.02, RTP-1)

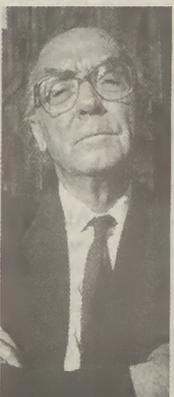
Blade Runner - Perigo Iminente é hoje - e justamente - um filme de culto no género cinematográfico da Ficção Científica. Realizado pelo britânico Ridley Scott em 1982, combina com grande engenhosidade e talento as atmosferas de sofisticação tecnológica com um universo sujo, degradado e decadente, resultando num ambiente de Filme Negro em tom futurista onde um detetive à antiga procura identificar robôs humanóides para serem liquidados. Basicamente, a história é a seguinte: no ano 2019 existe uma classe de andróides chamados «Replicants» em tudo semelhantes ao homem, menos no tempo de existência que é muito curto. Seis desses «Replicants» tomam de assalto um vaivém entre a Terra e as colónias de outros planetas e andam à solta em Los Angeles. Para os identificar, capturar e neutralizar a polícia convoca um ex-Blade Runner (Harrison Ford), nome por que são conhecidos os agentes especiais encarregados de eliminar «Replicants». E a aventura começa, com desenvolvimentos muito inesperados para o caçador, nomeadamente quando se cruza com uma bela mulher que lhe irá dar uma perspectiva bem diferente dos seres humanos artificiais...

## Quinta, 24

- 07:00 Hora Viva
- 09:30 Praça da Alegria
- 11:00 Jornal da Tarde
- 14:00 Regiões
- 14:15 Lá em Casa Tudo Bem
- 14:45 Vidas de Sal
- 15:15 A Senhora das Águas
- 16:45 Pedra sobre Pedra
- 18:00 Futebol: Portugal-Roménia (BB)
- 20:00 Telejornal
- 21:00 Grande Informação
- 21:30 Mr. Bean
- 22:00 «O Condenado de Alcatraz»
- 00:05 Um Estranho em Casa
- 01:06 Serviço de Urgência
- 02:06 24 Horas
- 02:20 «Patrick» (de Richard Franklin, Austrália/1977, Fantástico)

- 07:00 Espaço Infantil
- 10:00 Euronews
- 12:30 O Mar e a Terra
- 13:00 Sinais do Tempo
- 14:10 Estação e Musas Alemãs
- 14:00 Euronews
- 17:00 Informação Gestual
- 18:30 Informação Religiosa
- 19:00 Horizontes da Memória
- 19:50 Clube da Europa
- 20:20 Bem... Você Percebe?
- 20:40 Sete em Miami
- 21:05 Dharma e Greg
- 21:30 Jornal 2
- 22:30 Acontece
- 23:00 Roswell
- 24:00 «A Fonte da Virgem» (de Ingmar Bergman, Suécia/1959, com Max von Sydow, Drama)
- 01:45 Zapping

- 08:00 Buêréé
- 10:00 SIC 10 Horas



Um «Retrato» de Sarago, sexta-feira às 13 horas na RTP2

- 13:00 Primeiro Jornal
- 14:00 As Duas por Três
- 16:15 Malhação
- 17:30 A Padroeira
- 18:30 New Wave
- 19:00 Filhas da Mãe
- 20:00 Jornal da Noite

- 08:30 Animação Infantil
- 11:30 Chiquititas
- 13:00 TVI Jornal
- 14:00 Super Pai
- 16:00 Crianças SOS
- 17:00 Animação Infantil
- 18:00 Filha do Mar
- 19:00 Anjo Selvagem
- 20:00 Jornal Nacional
- 21:00 Anjo Selvagem
- 21:30 Filha do Mar
- 22:45 Nunca Digas Adeus
- 23:45 «Condenado à Morte» (com Daniel Berhart, Lisa Stohard, Drama)
- 01:45 Ally McBeal

## Sexta, 25

- 07:30 Hora Viva
- 10:00 Praça da Alegria
- 11:00 Jornal da Tarde
- 14:00 Regiões
- 14:15 Lá em Casa Tudo Bem
- 14:45 Vidas de Sal
- 15:15 A Senhora das Águas
- 16:45 Pedra sobre Pedra
- 18:00 Futebol: Portugal-Roménia (BB)
- 20:00 Telejornal
- 21:00 Grande Informação
- 21:30 Mr. Bean
- 22:00 «O Condenado de Alcatraz»
- 00:05 Um Estranho em Casa
- 01:06 Serviço de Urgência
- 02:06 24 Horas
- 02:20 «Patrick» (de Richard Franklin, Austrália/1977, Fantástico)

- 07:00 Espaço Infantil
- 10:00 Euronews
- 12:30 O Mar e a Terra
- 13:00 Sinais do Tempo
- 14:10 Estação e Musas Alemãs
- 14:00 Euronews
- 17:00 Informação Gestual
- 18:30 Informação Religiosa
- 19:00 Horizontes da Memória
- 19:50 Clube da Europa
- 20:20 Bem... Você Percebe?
- 20:40 Sete em Miami
- 21:05 Dharma e Greg
- 21:30 Jornal 2
- 22:30 Acontece
- 23:00 Roswell
- 24:00 «A Fonte da Virgem» (de Ingmar Bergman, Suécia/1959, com Max von Sydow, Drama)
- 01:45 Zapping

- 08:00 Buêréé
- 10:00 SIC 10 Horas



Um «Retrato» de Sarago, sexta-feira às 13 horas na RTP2

- 13:00 Primeiro Jornal
- 14:00 As Duas por Três
- 16:15 Malhação
- 17:30 A Padroeira
- 18:30 New Wave
- 19:00 Filhas da Mãe
- 20:00 Jornal da Noite

- 08:30 Animação Infantil
- 11:30 Chiquititas
- 13:00 TVI Jornal
- 14:00 Super Pai
- 16:00 Crianças SOS
- 17:00 Animação Infantil
- 18:00 Filha do Mar
- 19:00 Anjo Selvagem
- 20:00 Jornal Nacional
- 21:00 Anjo Selvagem
- 21:30 Filha do Mar
- 22:45 Nunca Digas Adeus
- 23:45 «Condenado à Morte» (com Daniel Berhart, Lisa Stohard, Drama)
- 01:45 Ally McBeal

## Sábado, 26

- 07:00 Infantil/Juvenil
- 12:30 Jornal da Tarde
- 13:00 Jornal da Tarde
- 14:00 Regiões
- 14:15 Lá em Casa Tudo Bem
- 14:45 Vidas de Sal
- 15:15 A Senhora das Águas
- 16:45 Pedra sobre Pedra
- 18:00 Quebra Cabeças
- 18:30 Riscos
- 19:05 Picara Sonhadora
- 20:00 Telejornal
- 20:55 Futebol: Alverca-Sporting
- 23:00 Filme não designado
- 01:00 O Crime

- 07:00 Espaço Infantil
- 10:00 Euronews
- 12:30 O Mar e a Terra
- 13:00 Sinais do Tempo
- 14:10 Estação e Musas Alemãs
- 14:00 Euronews
- 17:00 Informação Gestual
- 18:30 Informação Religiosa
- 19:00 Horizontes da Memória
- 19:50 Clube da Europa
- 20:20 Bem... Você Percebe?
- 20:40 Sete em Miami
- 21:05 Dharma e Greg
- 21:30 Jornal 2
- 22:30 Acontece
- 23:00 Roswell
- 24:00 «A Fonte da Virgem» (de Ingmar Bergman, Suécia/1959, com Max von Sydow, Drama)
- 01:45 Zapping

- 08:00 Buêréé
- 10:00 SIC 10 Horas



Um «Retrato» de Sarago, sexta-feira às 13 horas na RTP2

- 13:00 Primeiro Jornal
- 14:00 As Duas por Três
- 16:15 Malhação
- 17:30 A Padroeira
- 18:30 New Wave
- 19:00 Filhas da Mãe
- 20:00 Jornal da Noite

- 08:30 Animação Infantil
- 11:30 Chiquititas
- 13:00 TVI Jornal
- 14:00 Super Pai
- 16:00 Crianças SOS
- 17:00 Animação Infantil
- 18:00 Filha do Mar
- 19:00 Anjo Selvagem
- 20:00 Jornal Nacional
- 21:00 Anjo Selvagem
- 21:30 Filha do Mar
- 22:45 Nunca Digas Adeus
- 23:45 «Condenado à Morte» (com Daniel Berhart, Lisa Stohard, Drama)
- 01:45 Ally McBeal

## A Última Reportagem

(Domingo, 27.01.02, SIC)

Em Miami começam a ter lugar vários crimes que apontam para a aparição de um assassino em série. Este acaba por se manifestar quando escolhe um jornalista para dar notícia dos seus crimes e o que, para o repórter, parece ser uma grande «caça» acaba por se transformar num pesadelo, e o assassino a manipular as investigações e a pôr em risco o próprio jornalista. Um thriller bem conduzido, com Kurt Russel, Mariel Hemingway e Richard Jordan.

## Os 400 Golpes

(Segunda-feira, 29.01.02, RTP-2)

Os 400 Golpes é uma bela e tocante crónica urbana sobre a acidentada trajetória de um garoto mal amado que acaba por ir para a um reformatório após uma série de infelizes casos. Primeira obra de François Truffaut, ganhou o Prémio da Melhor Realização no Festival de Cannes e catapultou o seu autor - um antigo crítico dos Cahiers du Cinéma - para a fama de um dia para o outro, aliás confirmada por uma brilhante carreira cinematográfica.

## Blade Runner - Perigo Iminente

(Terça-feira, 29.01.02, RTP-1)

Blade Runner - Perigo Iminente é hoje - e justamente - um filme de culto no género cinematográfico da Ficção Científica. Realizado pelo britânico Ridley Scott em 1982, combina com grande engenhosidade e talento as atmosferas de sofisticação tecnológica com um universo sujo, degradado e decadente, resultando num ambiente de Filme Negro em tom futurista onde um detetive à antiga procura identificar robôs humanóides para serem liquidados. Basicamente, a história é a seguinte: no ano 2019 existe uma classe de andróides chamados «Replicants» em tudo semelhantes ao homem, menos no tempo de existência que é muito curto. Seis desses «Replicants» tomam de assalto um vaivém entre a Terra e as colónias de outros planetas e andam à solta em Los Angeles. Para os identificar, capturar e neutralizar a polícia convoca um ex-Blade Runner (Harrison Ford), nome por que são conhecidos os agentes especiais encarregados de eliminar «Replicants». E a aventura começa, com desenvolvimentos muito inesperados para o caçador, nomeadamente quando se cruza com uma bela mulher que lhe irá dar uma perspectiva bem diferente dos seres humanos artificiais...

## «A Crónica do Século», finalmente em horário aceitável, passa em revista esta semana a arquitetura e a ciência em Portugal no século XX

«A Crónica do Século», finalmente em horário aceitável, passa em revista esta semana a arquitetura e a ciência em Portugal no século XX

20:00 Telejornal

02:00 24 Horas

07:00 Euronews

08:00 Buêréé

10:00 SIC 10 Horas

13:00 Primeiro Jornal

14:00 As Duas por Três

16:15 Malhação

17:30 A Padroeira

18:30 New Wave

19:00 Filhas da Mãe

20:00 Jornal da Noite

08:30 Animação Infantil

11:30 Chiquititas

## Domingo, 27

- 07:00 Infantil/Juvenil
- 12:30 Jornal da Tarde
- 13:00 Jornal da Tarde
- 14:00 Regiões
- 14:15 Lá em Casa Tudo Bem
- 14:45 Vidas de Sal
- 15:15 A Senhora das Águas
- 16:45 Pedra sobre Pedra
- 18:00 Quebra Cabeças
- 18:30 Riscos
- 19:05 Picara Sonhadora
- 20:00 Telejornal
- 20:55 Futebol: Alverca-Sporting
- 23:00 Filme não designado
- 01:00 O Crime

- 07:00 Espaço Infantil
- 10:00 Euronews
- 12:30 O Mar e a Terra
- 13:00 Sinais do Tempo
- 14:10 Estação e Musas Alemãs
- 14:00 Euronews
- 17:00 Informação Gestual
- 18:30 Informação Religiosa
- 19:00 Horizontes da Memória
- 19:50 Clube da Europa
- 20:20 Bem... Você Percebe?
- 20:40 Sete em Miami
- 21:05 Dharma e Greg
- 21:30 Jornal 2
- 22:30 Acontece
- 23:00 Roswell
- 24:00 «A Fonte da Virgem» (de Ingmar Bergman, Suécia/1959, com Max von Sydow, Drama)
- 01:45 Zapping

- 08:00 Buêréé
- 10:00 SIC 10 Horas



Mankiewicz, EUA/1991, com John Candy, Mariel Hemingway, Emma Samms, Comédia

08:30 Animação Infantil

11:30 Chiquititas

13:00 TVI Jornal

14:00 Super Pai

16:00 Crianças SOS

17:00 Animação Infantil

18:00 Filha do Mar

19:00 Anjo Selvagem

## Segunda, 28

- 07:00 Bom Dia Portugal
- 10:00 Praça da Alegria
- 13:00 Jornal da Tarde
- 14:00 Regiões
- 14:15 Lá em Casa Tudo Bem
- 14:45 Vidas de Sal
- 15:15 A Senhora das Águas
- 16:45 Pedra sobre Pedra
- 18:00 Quebra Cabeças
- 18:30 Riscos
- 19:05 Picara Sonhadora
- 20:00 Telejornal
- 21:00 Sorte Grande
- 22:00 Mr. Bean
- 23:00 Jogo Falado
- 24:00 Um Estranho em Casa
- 01:00 Bull
- 02:00 24 Horas
- 02:15 «Sonhos Virtuais» (de Max Cleven, EUA/1997, com Chip Mayer, Charlie Blaine, «Thriller»)

- 07:00 Espaço Infantil
- 10:00 Euronews
- 12:30 O Mar e a Terra
- 13:00 Sinais do Tempo
- 14:10 Estação e Musas Alemãs
- 14:00 Euronews
- 17:00 Informação Gestual
- 18:30 Informação Religiosa
- 19:00 Horizontes da Memória
- 19:50 Clube da Europa
- 20:20 Bem... Você Percebe?
- 20:40 Sete em Miami
- 21:05 Dharma e Greg
- 21:30 Jornal 2
- 22:30 Acontece
- 23:00 Roswell
- 24:00 «A Fonte da Virgem» (de Ingmar Bergman, Suécia/1959, com Max von Sydow, Drama)
- 01:45 Zapping

- 08:00 Buêréé
- 10:00 SIC 10 Horas



Mankiewicz, EUA/1991, com John Candy, Mariel Hemingway, Emma Samms, Comédia

08:30 Animação Infantil

11:30 Chiquititas

13:00 TVI Jornal

14:00 Super Pai

16:00 Crianças SOS

17:00 Animação Infantil

18:00 Filha do Mar

19:00 Anjo Selvagem

## Terça, 29

- 07:00 Bom Dia Portugal
- 10:00 Praça da Alegria
- 13:00 Jornal da Tarde
- 14:00 Regiões
- 14:15 Lá em Casa Tudo Bem
- 14:45 Vidas de Sal
- 15:15 A Senhora das Águas
- 16:45 Pedra sobre Pedra
- 18:00 Quebra Cabeças
- 18:30 Riscos
- 19:05 Picara Sonhadora
- 20:00 Telejornal
- 21:00 Grande Informação
- 21:30 Mr. Bean
- 22:00 «Blade Runner - Perigo Iminente» (de Ridley Scott, EUA/1982, com Harrison Ford, Rutger Hauer, Sean Young, Ficção Científica)
- 23:45 Um Estranho em Casa
- 00:45 Histórias da Noite
- 01:30 «A Mulher Vampiro» (de Jess Franco, Esp-R/1970, com Eva Strömberg e Soledad Miranda, Fantástico)

- 07:00 Espaço Infantil
- 10:00 Euronews
- 12:30 O Mar e a Terra
- 13:00 Sinais do Tempo
- 14:10 Estação e Musas Alemãs
- 14:00 Euronews
- 17:00 Informação Gestual
- 18:30 Informação Religiosa
- 19:00 Horizontes da Memória
- 19:50 Clube da Europa
- 20:20 Bem... Você Percebe?
- 20:40 Sete em Miami
- 21:05 Dharma e Greg
- 21:30 Jornal 2
- 22:30 Acontece
- 23:00 Roswell
- 24:00 «A Fonte da Virgem» (de Ingmar Bergman, Suécia/1959, com Max von Sydow, Drama)
- 01:45 Zapping

- 08:00 Buêréé
- 10:00 SIC 10 Horas



Mankiewicz, EUA/1991, com John Candy, Mariel Hemingway, Emma Samms, Comédia

08:30 Animação Infantil

11:30 Chiquititas

13:00 TVI Jornal

14:00 Super Pai

16:00 Crianças SOS

17:00 Animação Infantil

18:00 Filha do Mar

19:00 Anjo Selvagem

## Quarta, 30

- 07:00 Bom Dia Portugal
- 10:00 Praça da Alegria
- 13:00 Jornal da Tarde
- 14:00 Regiões
- 14:15 Lá em Casa Tudo Bem
- 14:45 Vidas de Sal
- 15:15 A Senhora das Águas
- 16:45 Pedra sobre Pedra
- 18:00 Quebra Cabeças
- 18:30 Riscos
- 19:05 Picara Sonhadora
- 20:00 Telejornal
- 21:00 Grande Informação
- 21:30 Mr. Bean
- 22:00 «Blade Runner - Perigo Iminente» (de Ridley Scott, EUA/1982, com Harrison Ford, Rutger Hauer, Sean Young, Ficção Científica)
- 23:45 Um Estranho em Casa
- 00:45 Histórias da Noite
- 01:30 «A Mulher Vampiro» (de Jess Franco, Esp-R/1970, com Eva Strömberg e Soledad Miranda, Fantástico)

- 07:00 Espaço Infantil
- 10:00 Euronews
- 12:30 O Mar e a Terra
- 13:00 Sinais do Tempo
- 14:10 Estação e Musas Alemãs
- 14:00 Euronews
- 17:00 Informação Gestual
- 18:30 Informação Religiosa
- 19:00 Horizontes da Memória
- 19:50 Clube da Europa
- 20:20 Bem... Você Percebe?
- 20:40 Sete em Miami
- 21:05 Dharma e Greg
- 21:30 Jornal 2
- 22:30 Acontece
- 23:00 Roswell
- 24:00 «A Fonte da Virgem» (de Ingmar Bergman, Suécia/1959, com Max von Sydow, Drama)
- 01:45 Zapping

- 08:00 Buêréé
- 10:00 SIC 10 Horas



Mankiewicz, EUA/1991, com John Candy, Mariel Hemingway, Emma Samms, Comédia

08:30 Animação Infantil

11:30 Chiquititas

13:00 TVI Jornal

14:00 Super Pai

16:00 Crianças SOS

17:00 Animação Infantil

18:00 Filha do Mar

19:00 Anjo Selvagem

# TVisto

Correia da Fonseca

## Nevoeiro

Olha-se os quatro canais «tradicionais» da televisão portuguesa e vê-se que três deles estão, em maior ou menor grau, inundados por telenovelas ou similares, isto é, por ficção sempre ou quase sempre cozinh

## A talhe de foice

• Anabela Fino

# Despautérios

A senhora Lynne Cheney, mulher do vice-presidente norte-americano, Dick Cheney, fundou e preside ao Conselho Americano das Escolas e dos Graduados (ACTA, na sigla em inglês). Poder-se-ia pensar que se trata de uma meritória actividade para ocupar o tempo e as energias da esposa de um político ocupado, mas o caso não é tão simples como isso. Na verdade, o ACTA tem estado muito ocupado, desde os atentados de 11 de Setembro nos EUA, a fazer o levantamento dos professores universitários que não alinham as suas vozes com o coro da Casa Branca.

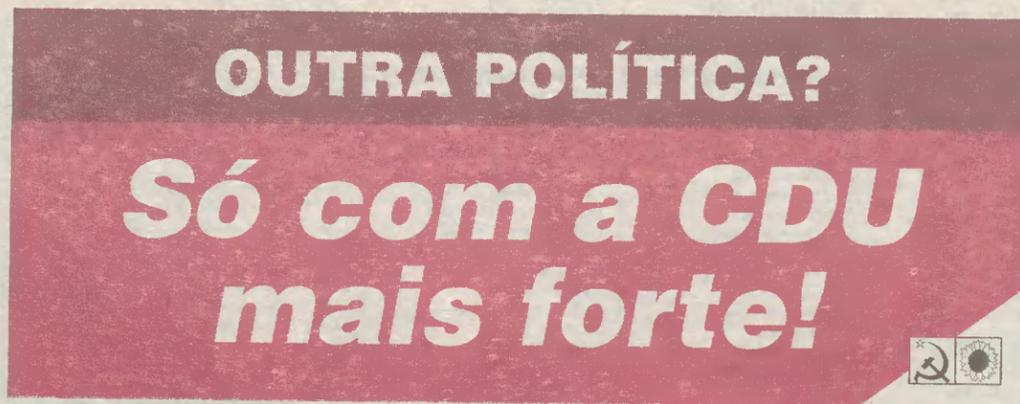
Segundo informações vindas a público, a «lista negra», ao melhor estilo do macartismo dos anos 50, já tem pelo menos cem nomes de professores universitários, todos acusados de falta de patriotismo e terem a ousadia de, nas respectivas Universidades ou nos media, questionarem a política de Bush a pretexto do combate ao terrorismo.

«Raramente os professores universitários, quando falam sobre terrorismo, discutem as diferenças entre o bem e o mal ou elogiam as virtudes e a liberdade civil no Ocidente», diz a senhora Lynne. «Muito pelo contrário, esses professores - cujas posições costumam ganhar grande repercussão nos media - são sempre os primeiros a atacar o que eles chamam de o imperialismo norte-americano», queixa-se a vice-primeira-dama.

A lista dos «traidores à pátria» ainda não foi divulgada, mas num volumoso documento recentemente lançado e intitulado «Como as nossas Universidades são imperfeitas e o que se pode fazer para o corrigir», o ACTA aponta o dedo acusador aos estabelecimentos de ensino onde se acoitam os «inimigos»: a Universidade da Cidade de Nova Iorque (Cuny), o Massachusetts Institute of Technology (MIT), a Escola de Medicina da Universidade Brown, a Universidade do Novo México, a Universidade da Carolina do Norte, a Universidade do Texas e a Universidade do Havai.

De acordo com o documento, professores daquelas instituições têm o péssimo hábito de discutir com os alunos a política externa norte-americana, chegando ao cúmulo de a criticarem e de dizerem coisas do tipo «o melhor caminho para a guerra contra o terrorismo é o país olhar-se ao espelho». Inadmissível, evidentemente. Os conservadores, capitaneados por Lynne, uniram-se e já criaram uma fundação para difundir a moral e os bons costumes ente os estudantes - a Fundação de Defesa da Civilização. Experiência não falta à senhora Cheney: entre 1986 e 1993 presidiu à Fundação Nacional para a Humanidade que se dedicou, entre outras coisas, a fazer a vida negra a intelectuais e artistas que criticavam os governos de Ronald Reagan e George Bush (pai).

Entretanto, para que o mau exemplo não se espalhe, as escolas do país foram avisadas para evitarem «conflitos», como reconheceu Peter Kingstone, cientista político da Universidade de Connecticut em declarações ao Correio Brasileiro. Mas a situação não está ainda sob controlo. O que se passa é que muitos dos académicos norte-americanos acham, como o historiador Jordan Young, da Universidade Pace, que «por mais traumáticos que tenham sido os atentados terroristas contra os EUA», não podem «permitir que a livre expressão nas Universidades seja cerceada». Young vai mesmo mais longe e garante que «todas as vezes que acharmos importante manifestarmos-nos em relação ao governo vamos fazê-lo, sem medo de termos os nossos nomes numa lista negra». Um despautério, como diria a senhora Cheney.



Já está na rua, desde a passada segunda-feira a nova propaganda da CDU, composta por um outdoor e um mupi, que expressa a convicção de que uma outra política só é possível com o reforço da Coligação Democrática Unitária. Com uma frase simples, mas plena de conteúdo - «Outra política? Só com a CDU mais forte» - a propaganda da CDU volta assim às ruas com o objectivo de mobilizar consciências para a necessidade de uma política de esquerda para Portugal.

Hotelaria hoje em greve

## Por aumentos salariais dignos

Os trabalhadores das cantinas, refeitórios, áreas de serviço e bares concessionados iniciam hoje uma paralisação que se prolongará pelo dia de amanhã, sexta-feira. É a resposta ao que consideram ser o «comportamento injusto» dos patrões expresso numa proposta de aumento salarial que não chega a cobrir a inflação do último ano.

Para a Federação dos Sindicatos de Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal, que convocou a greve, a proposta que está em cima da mesa é claramente insuficiente e constitui mesmo uma afronta, uma vez que os valores propostos não atendem, sequer, à reposição do poder de compra perdido.

Por isso a qualificam de «inadmissível», sublinhando, a propósito, que tendo em conta a inflação de 4,4 por cento registada o ano passado o «salário real dos trabalhadores diminui ainda mais do que nos anos anteriores».

Aquela estrutura sindical, numa crítica severa à atitude do patronato, compara ainda o que são os «milhares de contos de lucro que as empresas contabilizam», em resultado do «esforço e empenhamento responsável dos trabalhadores», com a situação de baixos salários praticados no sector sem que

haja o mínimo de esforço no sentido da sua reponderação.

«O comportamento dos patrões é prepotente e irresponsável, porque tem deliberadamente arrastado as negociações, não aceitam as reivindicações dos trabalhadores, tratando-os como meros objectos do aparelho produtivo e não estão preocupados com os efeitos da greve sobre os doentes e os utentes, nomeadamente em fábricas e hospitais», conclui ainda a federação sindical.

Para além de aumentos salariais de sete por cento, no mínimo de 30 euros por mês (6.014\$00), entre outras reivindicações, contam-se o pagamento em mais 50 por cento do trabalho prestado ao sábado e domingo, uma escala de horários com 104 folgas por ano, 25 dias úteis de férias anuais, o pagamento do subsídio de alimentação no valor de 21 mil escudos e a negociação de carreiras profissionais para todos os trabalhadores.

### Têxteis em luta

Também o sector têxtil se encontra em pleno processo de luta. Marcado para hoje, no Porto, está o Encontro Nacional de dirigentes e delegados sindicais do sector que tem o objectivo de

debater a actual situação da negociação colectiva, as propostas das associações patronais e as formas de luta a desenvolver por melhores salários.

Confirmada que está a presença de cerca de 250 dirigentes e delegados sindicais do sector, o encontro será confrontado com uma proposta de acções de luta a desenvolver, saída do Plenário Geral de Sindicatos, que reuniu na passada semana, no Porto.

Na Covilhã, o Sindicato dos Têxteis da Beira Baixa (STBB) convocou para hoje uma manifestação dos trabalhadores dos sectores dos lanifícios e vestuário. A iniciativa surge na

sequência do bloqueio das negociações do Contrato Colectivo de Trabalho nesses sectores e foi decidida num encontro de dirigentes sindicais realizado no sábado, com a presença de mais de meia centena de sindicalistas. Anunciada foi já, pelo presidente do STBB, a possibilidade de recorrer a um ou mais dias de greve, com o objectivo de «descongelar» as negociações.

Luís Garra considerou que «se os patrões não querem negociar o Contrato Colectivo de Trabalho, terão de negociar aumentos empresa a empresa», garantindo que «não se livrarão do conflito».

## Hoje, em Águeda Assembleia de Delegados Sindicais

Realiza-se hoje, pelas 10 horas, a Assembleia de Delegados Sindicais do Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro, Viseu e Guarda. A Assembleia tem o objectivo, não só de discutir e aprovar o plano de actividades e orçamento para 2002, mas também de analisar a situação social e sectorial, nomeadamente a contratação colectiva.

Será ainda discutida a Campanha para a Efectivação dos Direitos, levada a cabo pela CGTP-IN, que decorrerá durante todo o ano, e a Segurança Social, sobretudo a nova lei do cálculo das pensões.

A Assembleia terá lugar no restaurante «Pôr do Sol», em Ois da Ribeira, em Águeda.

## Atentado mata dirigente do PT

A violência no Brasil atingiu, nos últimos dias, dois dirigentes de forças progressistas brasileiras. Celso Daniel, prefeito de Santo André, membro fundador do Partido dos Trabalhadores e coordenador do programa de governo do partido para as próximas presidenciais, foi raptado e assassinado na semana passada, em circunstâncias ainda por esclarecer.

Tomando conhecimento do ocorrido, o Comité Central do PCP enviou uma mensagem ao PT do Brasil e à família do dirigente, onde manifesta a

sua inteira solidariedade, reclamando o «rápido esclarecimento público deste crime político e o castigo dos seus responsáveis».

Também José Rainha, coordenador-geral do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), foi alvo de um atentado. Este dirigente ganhou projecção mundial ao ver-se envolvido num dos maiores escândalos da justiça brasileira dos últimos anos, ao ser acusado de um pretenso crime, embora todas as provas indicassem o contrário, tendo sido mais tarde ilibado.

Ao tomar conhecimento do atentado que atingiu José Rainha, «figura prestigiada no plano internacional como dirigente da luta dos camponeses pela Reforma Agrária no Brasil», o Comité Central do PCP manifestou à direcção do MST e ao próprio dirigente a solidariedade dos comunistas portugueses. O CC condena ainda a «impunidade com que os «fazendeiros» continuam a actuar no vosso país contra os trabalhadores sem terra, procurando, através de processos intimidatórios, que a Refor-

ma Agrária não avance, pondo assim em causa não apenas o direito da terra para quem a trabalha, mas a própria produção agrícola brasileira» e reclama das autoridades brasileiras que actuem em conformidade com a gravidade «de mais este atentado contra a acção do MST».



02024